



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

JOSÉ HENRIQUE COSTA MONTEIRO DA SILVA

**FECUNDIDADE E PAREAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL: UM
ESTUDO DE COORTE**

**CAMPINAS
2019**

JOSÉ HENRIQUE COSTA MONTEIRO DA SILVA

FECUNDIDADE E PAREAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL: UM
ESTUDO DE COORTE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Demografia.

Orientador: Prof. Dr. Everton Emanuel Campos de Lima
Co-orientadora: Profa. Dra. Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DE
MESTRADO DEFENDIDA POR JOSÉ
HENRIQUE COSTA MONTEIRO DA
SILVA E ORIENTADA PELO PROF.
DR. EVERTON EMANUEL CAMPOS
DE LIMA.

CAMPINAS
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CNPq, 130897/2017-5

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9674-3041>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

M764f Monteiro da Silva, José Henrique Costa, 1993-
Fecundidade e pareamento educacional no Brasil: um estudo de Coorte /
José Henrique Costa Monteiro da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Everton Emanuel Campos de Lima.

Coorientador: Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Fecundidade. 2. Análise de coorte. I. Lima, Everton Emanuel Campos
de, 1981-. II. Oliveira, Maria Coleta Ferreira Albino de, 1947-. III. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Fertility and educational pairing in Brazil: a Cohort analysis

Palavras-chave em inglês:

Fertility

Cohort analysis

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestre em Demografia

Banca examinadora:

Everton Emanuel Campos de Lima [Orientador]

Gláucia dos Santos Marcondes

Ana Paula de Andrade Verona

Data de defesa: 25-02-2019

Programa de Pós-Graduação: Demografia



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 25 de fevereiro de 2019, considerou o candidato José Henrique Costa Monteiro da Silva aprovado.

Prof. Dr. Everton Emanuel Campos de Lima (orientador) – IFCH/UNICAMP
Profa. Dra. Glaucia dos Santos Marcondes – IFCH/UNICAMP
Profa. Dra. Ana Paula de Andrade Verona – CEDEPLAR/UFMG

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família por todo o suporte e confiança ao longo da minha formação pessoal e profissional e por se manterem presentes na minha vida mesmo diante das distâncias físicas impostas pelo destino. Sou grato pelo apoio financeiro e emocional ao longo da minha vida e trajetória acadêmica.

Agradeço ao CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que através da contribuição de milhões de Brasileiros - muitos dos quais jamais terão as mesmas oportunidades de frequentar um ensino superior de qualidade – pode financiar esta e várias pesquisas no país.

Agradeço ao NEPO, aos seus profissionais e pesquisadores pela estrutura e pelo ambiente de trabalho proporcionado ao longo do período de Mestrado. Agradeço nominalmente a Adriana, Jane, Rogério, Raquel, Marcelo, Beth e Denise pelo suporte técnico, pela conservação do espaço e pelos momentos de descontração. Agradeço também à Laécia pela amizade e ajuda no início da minha trajetória profissional em Brasília.

Agradeço aos meus professores e professoras ao longo da minha carreira acadêmica. Agradeço à professora Joice, pelas valiosas conversas e sugestões ao longo da minha formação, por sua amizade e pelo seu interesse em sempre contribuir e ajudar o corpo discente e o programa de pós-graduação. Agradeço à professora Luciana por ter me introduzido ao mundo da demografia, pela amizade e pelos momentos de descontração durante as tardes de trabalho no NEPO e pelas oportunidades de aprendizado como Docente e pelos conselhos para minha vida profissional.

Agradeço aos meus orientadores Everton e Coleta pela contribuição com minha formação como demógrafo. Ao Everton, agradeço por ter me acolhido enquanto seu orientando e companheiro de trabalho, sempre prestando o suporte necessário e fazendo as críticas para a melhoria do trabalho, além dos aconselhamentos profissionais. À professora Coleta, agradeço por sua leitura crítica e por nos instigar a ler a demografia de uma forma aprofundada sem desconsiderar os contextos sociais que envolvem cada processo demográfico.

Por fim, agradeço às amigas que fiz ao longo do curso, Natália, Guilherme e Raphael. Obrigado pela companhia nos trabalhos, pelos momentos de divertimento, pelo auxílio mútuo, pelas críticas duras e necessárias em determinados momentos e pela força nos momentos mais delicados. Agradeço ainda aos meus companheiros de casa que estiveram comigo nesses dois anos dedicados ao mestrado, principalmente ao Vinícius, uma inspiração de profissional e

um companheiro para toda a vida e ao Thiago Francisco, um grande amigo e parceiro durante este último ano. Agradeço ainda a minha companheira Camila, por estar ao meu lado me apoiando durante esta reta final do trabalho.

Por fim, agradeço a todos e todas que presenciaram e que de alguma forma se envolveram no meu processo de formação como demógrafo e pesquisador.

RESUMO

O Brasil observou ao longo das décadas de 1960 a 2000 uma grande queda das suas taxas de fecundidade de período. O controle reprodutivo por parte das mulheres casadas e de escolaridade mais elevada foram elementos centrais do início desse processo. Concomitante à queda da fecundidade o país passou por uma diversidade de mudanças sociodemográficas de cunho cultural e estrutural, dentre as quais destacam-se a expansão do ensino, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e mudanças nas relações de gênero. As mudanças de cunho estrutural, por sua vez, incorreram em transformações nos padrões de seletividade conjugal do país, resultado no aumento da heterogeneidade das relações de nupcialidade entre grupos com diferentes níveis de escolaridade. As mudanças socioeconômicas do país refletiram diretamente o perfil desigual de desenvolvimento do país por Regiões e grupos socioeconômicos. O presente trabalho busca analisar a transição da fecundidade Brasileira a partir da variável de escolaridade por meio de um estudo de coorte, inserindo as características masculinas como parte da avaliação do resultado reprodutivo final dos casais. Adotou-se a análise de coorte devido à escassez de análises do tipo para o Brasil e como forma de evitar necessidades de correções de nível e de efeito tempo, inerentes às medidas de período. A inserção do homem como ator ativo no processo reprodutivo atende à necessidade de endereçamento do comportamento masculino enquanto parte do processo de tomada de decisão reprodutiva do casal. Assim, o objetivo do trabalho é avaliar como se dá a influência da escolaridade masculina ao longo das coortes de mulheres e dos níveis de escolaridade femininos, além de verificar as diferenças de resultado reprodutivo entre os arranjos heterogâmicos e homogâmicos. Verificou-se que, de fato, a escolaridade masculina atua na fecundidade de coorte, sobretudo para as coortes mais velhas e para os níveis de escolaridade menos elevados. Foi avaliado o processo de convergência de fecundidade que se destacou principalmente entre os grupos de escolaridade mais baixa. Por fim, verificou-se que os arranjos com vantagem educacional masculina (hipergâmicos) apresentam um patamar reprodutivo mais elevado que os arranjos hipogâmicos. Buscou-se evidenciar ainda as marcantes diferenças entre as Regiões Brasileiras, de notável discrepância entre Norte-Nordeste e Centro-Sul. Esses resultados corroboram com a ideia de que o Brasil se encontra no meio de uma primeira fase da Revolução de Gênero, marcado pelo o aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Fecundidade. Análise de coorte.

ABSTRACT

Brazil has experienced a large drop in its period fertility rates over the 1960s and 2000s. This process was initially marked by an increase of reproductive control among married women from higher-level social groups. The decline of fertility levels occurred concomitant with a diversity of cultural and structural socio-demographic changes in the country, such as the expansion of education systems, the increase of female participation in the labor market and changes in gender norms and relations. As a result of these structural changes, the country observed new patterns of assortative mating, reflect of a higher heterogeneity of unions among partners from different social groups and with diverse levels of schooling. The socioeconomic changes of the country directly reflected the unequal profile of the country's development by regions and socioeconomic groups. The present work aims to study the transition of Brazilian cohort fertility, including the partner characteristics to evaluate the couple's final reproductive result. The cohort analysis was adopted due to the scarcity of this type of analysis for Brazil and as a way of avoiding the need for quantum and tempo corrections of period fertility rates. Further, this work addresses the need to take in account the male partner as part of the couple's reproductive decision-making process. Thus, the objective of this study is to evaluate the influence of male schooling across female cohorts and educational levels, as well as to verify the differences in reproductive outcomes between heterogamous and homogamous arrangements. Indeed, male schooling has notable effects in cohort fertility rates, especially for older cohorts and for groups with lower levels of schooling. It was evaluated the process of fertility convergence that stood out mainly among groups of the lower educated strata. Finally, it was found that couples with male educational advantage (hypergamic) had higher reproductive levels than hypogamic pairings. The study also highlighted the marked differences between Brazilian Regions, especially those among North-Northeast and Center-South Regions. These results corroborate to the idea that Brazil is in the middle of the first phase of the Gender Revolution, marked by an increase of female participation in the labor market.

Keywords: Fertility. Cohort analysis.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Série histórica das taxas de fecundidade totais do Brasil por Grande Região.....	24
FIGURA 2 – Série histórica do perfil etário da fecundidade brasileira entre os anos censitários de 1950 a 2010.....	25
FIGURA 3 – Tempo médio de estudo em anos por coorte de nascimento e região. Coortes nascidas entre 1925 e 1975, em grupos quinquenais de idade.....	44
FIGURA 4 – Tendências de Seletividade Conjugal por coorte de nascimento das mulheres para o Brasil e Regiões.....	45
FIGURA 5 – Tendências de Seletividade Conjugal por coorte de nascimento das mulheres para o Brasil e Regiões.....	45
FIGURA 6 – Avaliação dos dados de fecundidade de coorte por nível de escolaridade feminina. Histórico da fecundidade de coorte de mulheres nascidas entre 1900 e 1970 reconstruído por censo demográfico para mulheres com comportamento reprodutivo finalizado de todas as Regiões do Brasil	57
FIGURA 7 – Avaliação dos dados de fecundidade de coorte por nível de escolaridade feminina. Histórico da fecundidade de coorte de mulheres nascidas entre 1900 e 1970 reconstruído por censo demográfico para mulheres com comportamento reprodutivo finalizado da Região Centro-Oeste.....	58
FIGURA 8 – Avaliação dos dados de fecundidade de coorte por nível de escolaridade feminina. Histórico da fecundidade de coorte de mulheres nascidas entre 1900 e 1970 reconstruído por censo demográfico para mulheres com comportamento reprodutivo finalizado da Região Nordeste.....	58
FIGURA 9 – Avaliação dos dados de fecundidade de coorte por nível de escolaridade feminina. Histórico da fecundidade de coorte de mulheres nascidas entre 1900 e 1970 reconstruído por censo demográfico para mulheres com comportamento reprodutivo finalizado da Região Norte.....	58
FIGURA 10 – Avaliação dos dados de fecundidade de coorte por nível de escolaridade feminina. Histórico da fecundidade de coorte de mulheres nascidas entre 1900 e 1970 reconstruído por censo demográfico para mulheres com comportamento reprodutivo finalizado da Região Sudeste.....	59
FIGURA 11 – Avaliação dos dados de fecundidade de coorte por nível de escolaridade feminina. Histórico da fecundidade de coorte de mulheres nascidas entre 1900 e 1970 reconstruído por censo demográfico para mulheres com comportamento reprodutivo finalizado da Região Sul.....	59
FIGURA 12 – Evolução da escolarização no Brasil por tempo médio de anos de estudo da população por sexo, ano de nascimento da coorte e ano censitário. Coortes de nascimento de 1925 a 1970, para indivíduos com pelo menos 30 anos no momento do censo	63
FIGURA 13 – Taxas de fecundidade de coorte totais por ano de nascimento da coorte feminina e tipo de pareamento educacional para o Brasil e Região Centro-Oeste.....	66
FIGURA 14 – Taxas de fecundidade de coorte totais por ano de nascimento da coorte feminina e tipo de pareamento educacional para as Regiões Nordeste e Norte	67
FIGURA 15 – Taxas de fecundidade de coorte totais por ano de nascimento da coorte feminina e tipo de pareamento educacional para as Regiões Sudeste e Sul.....	68
FIGURA 16 – Diferenças relativas entre níveis de escolaridade menos que primário e secundário ou mais com relação ao nível de escolaridade primário – Brasil e Regiões.....	70
FIGURA 17 – Proporção (por 100) de mulheres unidas (nascidas entre 1925 e 1969) por nível de escolaridade alcançado no momento do censo e ano de nascimento da coorte para Brasil e Regiões...	72
FIGURA 18 – Proporção (por 100) de homens unidos (nascidos entre 1925 e 1969) por nível de escolaridade alcançado no momento do censo e ano de nascimento da coorte para Brasil e Regiões...	72
FIGURA 19 – Proporção de casais para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por	

nível de escolaridade entre homens e mulheres – Brasil.....	73
FIGURA 20 – Proporção de casais para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Centro-Oeste.....	75
FIGURA 21 – Proporção de casais para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Nordeste	76
FIGURA 22 – Proporção de casais para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Norte.....	77
FIGURA 23 – Proporção de casais para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Sudeste	78
FIGURA 24 – Proporção de casais para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres - Sul.	79
FIGURA 25 – Série histórica do número médio de filhos tidos nascidos vivos para coortes de nascimento de mulheres em união por grupo de escolaridade e nível de escolaridade do parceiro – Brasil	81
FIGURA 26 – Série histórica do número médio de filhos tidos nascidos vivos para coortes de nascimento de mulheres em união por grupo de escolaridade e nível de escolaridade do parceiro – Região Centro-Oeste	83
FIGURA 27 – Série histórica do número médio de filhos tidos nascidos vivos para coortes de nascimento de mulheres em união por grupo de escolaridade e nível de escolaridade do parceiro – Região Nordeste	84
FIGURA 28 – Série histórica do número médio de filhos tidos nascidos vivos para coortes de nascimento de mulheres em união por grupo de escolaridade e nível de escolaridade do parceiro – Região Norte	84
FIGURA 29 – Série histórica do número médio de filhos tidos nascidos vivos para coortes de nascimento de mulheres em união por grupo de escolaridade e nível de escolaridade do parceiro – Região Sudeste	85
FIGURA 30 – Série histórica do número médio de filhos tidos nascidos vivos para coortes de nascimento de mulheres em união por grupo de escolaridade e nível de escolaridade do parceiro – Região Sul.....	85
FIGURA 31 – Diferenças relativas entre níveis de escolaridade menos que primário e secundário ou mais com relação ao nível de escolaridade primário para os parceiros, controlando pela escolaridade feminina – Brasil e Regiões	86
FIGURA 32 – Resultados reprodutivos finais para pareamentos homogâmicos e heterogâmicos para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Brasil	89
FIGURA 33 – Resultados reprodutivos finais para pareamentos homogâmicos e heterogâmicos para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Região Centro-Oeste	90
FIGURA 34 – Resultados reprodutivos finais para pareamentos homogâmicos e heterogâmicos para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Região Nordeste	90
FIGURA 35 – Resultados reprodutivos finais para pareamentos homogâmicos e heterogâmicos para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Região Norte.....	91
FIGURA 36 – Resultados reprodutivos finais para pareamentos homogâmicos e heterogâmicos para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Região Sudeste	91

FIGURA 37 – Resultados reprodutivos finais para pareamentos homogâmicos e heterogâmicos para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Região Sul92

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Número total de casais na amostra para cada ano censitário com informações consideradas para as estimativas de fecundidade. Casais compostos por mulheres na faixa etária de 40 a 69 anos e homens entre 35 e 79 anos	55
TABELA 2 – Proporção de valores desconhecidos para as variáveis de filhos tidos nascidos vivos, <i>status</i> conjugal e nível de escolaridade. Casais compostos por mulheres na faixa etária de 40 a 69 anos e homens entre 35 e 79 anos	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE NO BRASIL: MUDANÇAS À LUZ DA EXPANSÃO EDUCACIONAL E DOS NOVOS PADRÕES DE UNIÕES	20
1.1 Transição de fecundidade no Brasil: trajetória e contexto atual	20
1.1.1 Fecundidade pré-transicional	23
1.1.2 Desestabilização e declínio da fecundidade num contexto de desigualdade estrutural.....	26
1.1.3 O papel da contracepção no declínio da fecundidade brasileira	29
1.1.4 Fecundidade em regime de reposição: a nova realidade brasileira.....	31
1.2 A expansão educacional e a transição da fecundidade do Brasil	33
1.2.1 Escolaridade e comportamento reprodutivo	33
1.2.2 Expansão do Sistema Educacional Brasileiro	36
1.3 Comportamento reprodutivo a partir da formação das uniões: educação, seletividade conjugal e relações de gênero	39
1.3.1 Seletividade conjugal e educação: tendências do Brasil	42
1.3.2 Desequilíbrios de gênero e papel dos homens da reprodução.....	46
Considerações finais: proposta de análise por coortes.....	48
CAPÍTULO 2 – DADOS E MÉTODOS	50
2.1 Análise de coorte vs análise de período.....	50
2.2 Fontes de dados e variáveis	53
2.2.1 Fontes de dados.....	53
2.2.2 Variáveis.....	53
2.3 Reconstrução da Fecundidade de Coorte por tipo de Pareamento Educacional	55
2.4 Qualidade dos dados	56
2.4.1 Informações Faltantes	56
2.4.2 Qualidade das Informações Reprodutivas	57
2.4.3 Continuidade das informações reprodutivas entre os Censos Demográficos	57
2.5 Estratégias metodológicas de análise.....	60
2.5.1 Análise da série histórica do comportamento reprodutivo de coorte	60
2.5.2 Diferenciais reprodutivos de escolaridade entre parceiros por arranjo de escolaridade do casal.....	61
2.6 Limitações e pontos fracos	62
Considerações finais: análise de coorte para além das limitações.....	64
CAPÍTULO 3 – RESULTADOS.....	65
3.1 Transição da fecundidade no Brasil sob uma perspectiva de coorte.....	65
3.2 Transição da fecundidade conjugal no Brasil sob uma perspectiva de coorte	71
3.2.1 Mudanças composicionais na escolaridade dos casais	71
3.2.2 Série histórica das taxas de fecundidade conjugal de coorte por nível de escolaridade do casal.....	80
3.3 Taxas de Fecundidade Conjugal de Coorte e diferenciais por pareamento do casal	88
Considerações finais: revolução de gênero em curso	92
CONCLUSÕES.....	95
REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

O Brasil experimentou um rápido declínio das suas taxas de fecundidade a partir da década de 1960 (MERRICK; BERQUÓ, 1983; CARVALHO; WONG, 1992; POTTER; SCHMERTMANN; CAVENAGHI, 2002) e hoje apresenta taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2014; CASTANHEIRA; KOHLER, 2015; LIMA et al., 2018; RIOS-NETO; MIRANDA-RIBEIRO; MIRANDA-RIBEIRO, 2018). Esse processo de transição da fecundidade ocorreu de forma heterogênea – em termos de velocidade e de momento de início - entre as diferentes regiões brasileiras e estratos sociais por conta das históricas discrepâncias socioeconômicas e diferenças culturais (POTTER et al., 2010). Nesse aspecto, o controle reprodutivo era praticado pelos estratos sociais mais escolarizados de áreas urbanas e industrializadas antes mesmo do início do declínio generalizado da fecundidade brasileira (MERRICK; BERQUÓ, 1983; GUZMÁN; RODRÍGUEZ, 1993) e se disseminou rapidamente entre os grupos sociais menos favorecidos conduzindo a taxa de fecundidade total do país para abaixo do regime de reposição (CARVALHO; WONG, 1992; CAVENAGHI; ALVES, 2009; BERQUÓ; CAVENAGHI, 2014; CASTANHEIRA; KOHLER, 2015; LIMA et al., 2018; RIOS-NETO; MIRANDA-RIBEIRO; MIRANDA-RIBEIRO, 2018).

A convergência dos regimes de fecundidade dos diferentes grupos sociais do Brasil para os níveis de reposição se deu devido a uma combinação de fatores, como a influência dos processos de industrialização e urbanização, mudanças na organização produtiva e do mercado de trabalho, redução das taxas de mortalidade infantil, aumento do acesso à educação acompanhado pelo aumento da participação feminina no mercado de trabalho, redução da população dedicada às atividades agrárias e rurais, mudanças nas relações de gênero com maior autonomia feminina, expansão da sociedade de consumo, dos meios de comunicação, bem como a outros fatores relacionados ao desenvolvimento socioeconômico (MERRICK; BERQUÓ, 1983; PAIVA, 1987; FARIA, 1989; OLIVEIRA, 1989; LAM; SEDLACEK; DURYEA, 1992; ALVES, 1994; MARTINE, 1996; POTTER; SCHMERTMANN; CAVENAGHI, 2002; CASTANHEIRA; KOHLER, 2017; RIOS-NETO; MIRANDA-RIBEIRO; MIRANDA-RIBEIRO, 2018). A demanda por controle reprodutivo desencadeada por esses diferentes processos foi então atendida pela difusão dos métodos contraceptivos modernos, notadamente da esterilização feminina e da pílula anticoncepcional (PERPÉTUO; WAJNMAN, 1998), e efetivou a redução do tamanho familiar no país, atuando principalmente sobre os nascimentos de ordem mais elevada (MERRICK; BERQUÓ, 1983;

CARVALHO; WONG, 1992).

As disparidades socioeconômicas internas e externas às regiões do país e o território extenso e desconexo nos primórdios da transição da fecundidade conduziram a desequilíbrios de velocidade e de momento de início desse processo entre os diferentes grupos sociais (SCHKOLNIK; CHACKIEL, 2004; POTTER et al., 2010). Os segmentos populacionais de menor renda e escolaridade das regiões Norte e Nordeste, por exemplo, iniciaram seu processo de transição somente na década de 1980 e num passo mais acelerado do que as regiões Sul e Sudeste, que já observavam sua fecundidade em queda antes mesmo da década de 1960 (POTTER; SCHMERTMANN; CAVENAGHI, 2002; POTTER et al., 2010). A superação das altas taxas de fecundidade por esses grupos sociais menos favorecidos e menos escolarizados foi grande responsável pela queda generalizada da fecundidade para abaixo dos níveis de reposição (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2014).

Concomitantemente ao declínio da fecundidade rumo aos níveis de reposição, o Brasil observou a ampliação do seu sistema educacional com o consequente aumento proporcional da população frequentando o ensino formal (ROMANELLI, 1986; SILVA; HASENBALG, 2000; MARCÍLIO, 2014). A educação tem influência direta no comportamento reprodutivo e assume um papel-chave na formação familiar por estar atrelada à formação de capital humano, à participação feminina no mercado de trabalho, à adoção de contraceptivos modernos como forma de atendimento da demanda por uma família mais reduzida, à definição do tempo de entrada à maternidade, à redução das desigualdades de gênero e à determinação dos padrões de seletividade conjugal nas formações de uniões (CASTRO-MARTIN; JUAREZ, 1995; JEJEEBHOY, 1995; MCDONALD, 2000; MESSINA, 2002; ARRIAGADA, 2002; SCHWARTZ; MARE, 2005; ESTEVE; MCCA, 2007; ESPING-ANDERSEN, 2009; RIBEIRO; SILVA, 2009; ESTEVE; GARCIA-ROMÁN; PERMANYER, 2012; OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015). Portanto, a expansão do ensino no país, notadamente para o grupo feminino, corroborou para as mudanças no comportamento reprodutivo da população (MERRICK; BERQUÓ, 1983; LAM; SEDLACEK; DURYEA, 1992; RIOS-NETO; GUIMARÃES, 2013; BERQUÓ; CAVENAGHI, 2014), resultando nos efeitos de polarização (perfis etários de fecundidade diferenciados por características socioeconômicas) e anunciando um possível início da postergação (adiamento da maternidade) da fecundidade (LIMA; MYRSKYLÄ, 2013; MIRANDA-RIBEIRO et al., 2016; LIMA et al., 2018; RIOS-NETO; MIRANDA-RIBEIRO; MIRANDA-RIBEIRO, 2018), além de influenciar na formação das uniões pela seletividade conjugal entre os parceiros (ESTEVE; MCCA, 2007; RIBEIRO; SILVA, 2009; LONGO, 2011). Ainda assim, a

persistente desigualdade na distribuição de renda do país não permitiu a redução mais acentuada das disparidades educacionais entre grupos sociais e regiões (WOOD; CARVALHO, 1988; SILVA; HASENBALG, 2000). Dessa maneira, os diferenciais educacionais tornaram-se parte estrutural da formação social do Brasil e apresentam reflexos na fecundidade (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2014; LIMA et al., 2018). Os perfis etários de entrada à maternidade (LIMA et al., 2018), a maternidade adolescente (VIGNOLI; CAVENAGHI, 2014) e a opção contraceptiva (PERPÉTUO; WAJNMAN, 1998), por exemplo, se manifestaram de forma diferenciada por estrato social ao longo do processo de transição da fecundidade, evidenciando a persistente exclusão social do país (CARVALHO; BRITO, 2005).

Frente ao cenário nacional de marcantes desigualdades sociais e regionais, a fecundidade em nível de reposição representa um enorme desafio para os estudos demográficos do país devido às mudanças demográficas que ocorreram de forma concorrente à sua transição para os atuais patamares. As recentes tendências de diversificação de arranjos familiares e reconfiguração dos domicílios (BERQUÓ, 1998; OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015), as mudanças nos padrões de seletividade conjugal nas formações de uniões (ESTEVE; MCCAA, 2007; RIBEIRO; SILVA, 2009; LONGO, 2011), bem como o início do processo de postergação da maternidade (ROSETO-BIXBY; CASTRO-MARTIN; MARTIN-GARCIA, 2009; MIRANDA-RIBEIRO et al., 2016; RIOS-NETO; MIRANDA-RIBEIRO; MIRANDA-RIBEIRO, 2018) e os diferenciais educacionais de fecundidade (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2014; LIMA et al., 2018) representam algumas nuances do novo cenário demográfico que se anuncia no país. Adicionalmente, tem-se a natural preocupação com a pressão demográfica do envelhecimento populacional que os regimes de fecundidade abaixo dos níveis de reposição impõem à longo prazo sobre a economia do país (CARVALHO; GARCIA, 2003; WONG; CARVALHO, 2006; LEE; MASON, 2014).

Conforme tais desafios e novas peculiaridades foram emergindo junto às populações de diferentes partes do mundo, novas formas de análise começaram a se desenvolver pela demografia. Dentre essas novas ferramentas e perspectivas de estudo, destacam-se os estudos de coorte e a abordagem do universo masculino na compreensão da reprodução humana. Os estudos de coorte apresentam uma ótica diferenciada dos fenômenos demográficos, pois levam em consideração experiências simultâneas de diferentes grupos sociais ao longo do seu curso de vida que, no caso da fecundidade, podem resultar em distorções nas análises de período (RYDER, 1965, 1990; BONGAARTS; FEENEY, 1998; BONGAARTS; SOBOTKA, 2012; SOBOTKA et al., 2012). Ademais, a inserção do universo

masculino nos estudos de fecundidade começa a ser utilizada como recurso para endereçar os cenários demográficos mais recentes que se apresentam (THOMSON, 1997; OLIVEIRA, 2007; VAN BAVEL, 2017; NITSCHKE et al., 2018), como o aumento da hipogamia¹ (ESTEVE; GARCIA-ROMÁN; PERMANYER, 2012; ESTEVE et al., 2016) e as mudanças nas relações de gênero dentro e fora do âmbito familiar (MCDONALD, 2000; ESPING-ANDERSEN, 2009; OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015; ITABORAÍ, 2015). Essas duas abordagens, no entanto, ainda foram pouco exploradas para os estudos de fecundidade e comportamento reprodutivo no Brasil (LAM; SEDLACEK; DURYEA, 1992; OLIVEIRA, 2007; REHER; REQUENA, 2014).

A falta de estudos longitudinais para as análises de coorte, no entanto, é uma lacuna para a demografia brasileira. Assim, os estudos de coorte a partir de dados censitários de estoque se apresentam como alternativa. Tal abordagem permite acompanhar os resultados finais da vida reprodutiva feminina contornando distorções, premissas de estabilidade e malabarismos estatísticos que o tratamento de período requer (BONGAARTS; FEENEY, 1998; BONGAARTS; SOBOTKA, 2012; SOBOTKA et al., 2012). Analisar o comportamento das coortes possibilita observar a transição da fecundidade à luz das transformações sociais às quais os diferentes grupos geracionais estiveram sujeitos ao longo do seu curso de vida. Ademais, essa modalidade de análise permite retroceder a gerações anteriores ao processo de intensa urbanização e industrialização do país e fornece subsídios para a compreensão da tendência reprodutiva das próximas gerações.

Em vista desses múltiplos cenários demográficos, o presente trabalho tem como objetivo analisar o comportamento da fecundidade conjugal Brasileira a partir de uma análise de coorte. Não obstante, a fecundidade será tratada no âmbito do casal, considerando tanto a escolaridade feminina quanto a masculina. Pretende-se dessa forma avaliar os diferenciais de fecundidade entre os pareamentos educacionais dos casais levando em conta as discrepâncias regionais e os diferentes comportamentos das coortes. Adicionalmente, o trabalho se propõe a verificar a influência da escolaridade masculina no comportamento reprodutivo das suas respectivas parceiras ao longo das gerações. Como pano de fundo da análise do comportamento reprodutivo no âmbito das relações conjugais, discute-se ainda as principais mudanças nos padrões de seletividade por escolaridade das uniões ao longo da evolução das coortes.

Esta pesquisa adquire importância no atual contexto por diversos motivos.

¹ Arranjo conjugal em que a mulher se une com um parceiro de menor *status* socioeconômico do que o seu (ECKLAND, 1968).

Primeiramente, pela carência de trabalhos que avaliem o comportamento das coortes Brasileiras ao longo do processo de transição da fecundidade, considerando a sua exposição a um sistema de ensino em constante mudança e com expansão recente (CASTRO, 1998). Além disso, há necessidade de se considerar o parceiro como parte do processo de tomada de decisão reprodutiva junto à mulher (THOMSON, 1997; VAN BAVEL, 2017), bem como verificar os diferentes comportamentos das coortes, identificando alterações nas relações familiares e as novas realidades de gênero a partir de suas transformações de cunho estrutural ou cultural (PAMPEL, 2011). Ademais, o Brasil apresenta notáveis contrastes sociais e constrangimentos de gênero que ecoam através das gerações, produzindo dinâmicas demográficas contrastantes entre as diferentes regiões e grupos socioeconômicos (WOOD; CARVALHO, 1988; PATARRA; OLIVEIRA, 1988). Estas dinâmicas se materializaram em distintas alternativas e mecanismos de adaptação da população, resultando em variados perfis reprodutivos e estratégias de controle da fecundidade entre os estratos sociais (MARTINE, 1996; PERPÉTUO; WAJNMAN, 1998; BERQUÓ; CAVENAGHI, 2014; LIMA et al., 2018). Assim, a hipótese inicial deste trabalho é de que a influência da escolaridade do parceiro no comportamento reprodutivo das mulheres Brasileiras se apresente de maneira distinta no tempo e no espaço, reflexo das novas estruturas demográficas e sociais que se definem ao longo do processo de transição demográfica. Entretanto, esperam-se observar ainda hoje diferenciais marcantes de fecundidade entre os pareamentos educacionais de casais nas regiões devido à sobreposição de cenários e realidades sociais do país (MERRICK; GRAHAM, 1981; WOOD; CARVALHO, 1988; PATARRA; OLIVEIRA, 1988; ARRIAGADA, 2002; CASTANHEIRA; KOHLER, 2017; LIMA et al., 2018) e devido aos diferentes constrangimentos que se impõe à reprodução feminina com relação à dupla jornada de trabalho resultante de desequilíbrios de gênero no âmbito domiciliar (OLIVEIRA, 1989; FOLBRE, 1994; ITABORAÍ, 2015). Esta dissertação apresenta 3 capítulos fora esta introdução e as conclusões.

O primeiro capítulo apresenta a revisão bibliográfica do processo de transição da fecundidade no Brasil à luz dos diferenciais socioeconômicos e regionais, da expansão do sistema de ensino Brasileiro e das mudanças nos padrões de formação de uniões e de relações de gênero, principalmente no âmbito domiciliar. O objetivo do capítulo é fundamentar o trabalho a partir da dinâmica da fecundidade e das mudanças nos arranjos e relações familiares pelas quais o país passou ao longo do processo de transição demográfica.

O segundo capítulo apresenta as fontes de dados utilizadas e a metodologia empregada no trabalho. Este capítulo tem como objetivo apresentar as vantagens de se utilizar

uma abordagem de coorte ao invés de período para os estudos de fecundidade e elucidar as técnicas utilizadas para estimar a fecundidade de coorte a partir dos pareamentos educacionais. Discutem-se ainda alguns aspectos relativos à qualidade das informações utilizadas.

O terceiro capítulo apresenta os resultados acerca do comportamento da fecundidade conjugal no Brasil sob a perspectiva das coortes femininas. Primeiramente, apresenta-se a transição da fecundidade Brasileira sob a perspectiva de coortes, discutindo o brevemente as suas motivações e o processo de convergência entre grupos de escolaridade. Em seguida, apresenta-se a transição da fecundidade conjugal Brasileira levando em conta os diferentes arranjos de escolaridade dos casais. A partir dos resultados, pretende-se discutir as mudanças nos comportamentos reprodutivos das coortes a partir das relações de gênero e do processo de expansão do sistema educacional Brasileiro, destacando o impacto da escolaridade do parceiro para a fecundidade conjugal de coorte e a importância dessa medida para a análise do comportamento reprodutivo dos casais.

CAPÍTULO 1 – TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE NO BRASIL: MUDANÇAS À LUZ DA EXPANSÃO EDUCACIONAL E DOS NOVOS PADRÕES DE UNIÕES

Este primeiro capítulo é uma breve revisão bibliográfica a respeito da transição da fecundidade no Brasil. São destacadas as suas diferentes fases a partir dos múltiplos contextos socioeconômicos que se estabelecem a partir da influência de fatores como a escolaridade, a seletividade conjugal e as relações de gênero. A primeira seção traz os aspectos gerais da transição da fecundidade no Brasil, apresentando o arcabouço teórico utilizado para a discussão dos principais fatores e do contexto socioeconômico que estiveram por trás desse processo. A segunda seção aborda a expansão educacional Brasileira destacando brevemente as mudanças nas políticas educacionais que contribuíram para tal, bem como sua influência frente à queda da fecundidade ao longo do século XX. Na terceira seção, é apresentada a abordagem da fecundidade sob a perspectiva do casal, considerando as mudanças no perfil de seletividade conjugal por nível de escolaridade e a importância de se considerar as características do homem para o estudo da fecundidade a partir do seu papel junto à família e dos mecanismos de influência que este exerce no comportamento reprodutivo do casal. Por fim, nas considerações finais é traçado um panorama geral do que se discute neste primeiro capítulo buscando qualificar a abordagem de coorte para a compreensão do processo de transição da fecundidade no Brasil e a necessidade de endereçar a perspectiva masculina nos estudos de fecundidade.

1.1 Transição de fecundidade no Brasil: trajetória e contexto atual

A história e as tendências da fecundidade ao longo do tempo em diversas partes do mundo mostram que a evolução da fecundidade não ocorre de maneira independente das mudanças políticas, socioeconômicas e culturais. Ou seja, a adoção generalizada da contracepção não representa um fim em si mesmo. Notestein (1945) foi um dos pioneiros dessa abordagem da fecundidade e do crescimento populacional a partir de condicionantes socioeconômicas e culturais. Para o autor, a modernização - enquanto conjunto de transformações socioeconômicas que envolvem a urbanização, a industrialização e as mudanças normativas no âmbito familiar - seria a grande responsável por desencadear os processos de queda da mortalidade e da fecundidade, variáveis definidoras do crescimento populacional. A queda da mortalidade se daria pelos avanços da tecnologia médica e melhorias das condições sanitárias e de saúde. A queda da fecundidade, por sua vez, se daria em

decorrência da transferência de funções sociais de membros da família para o Estado – educação, saúde, seguridade social - o que desestimularia a reprodução por conta do aumento dos custos sociais dos filhos.

Davis e Blake (1956) avançaram sobre o tema apontando que a atuação dos contextos socioeconômico e cultural de um determinado local sobre comportamento reprodutivo se daria a partir de vias indiretas - através das chamadas variáveis intermediárias. Anos mais tarde, Bongaarts (1978) sintetizou as variáveis intermediárias em quatro determinantes próximos da fecundidade: exposição à união, adoção de contracepção, prevalência de aborto induzido e tempo de aleitamento materno. Compreende-se tais variáveis enquanto intermediárias, pois a sua manifestação depende de fatores de contexto socioeconômico e cultural e ao mesmo tempo elas estão diretamente relacionadas aos aspectos biológicos da reprodução humana que envolvem a exposição à atividade sexual, a concepção, a gravidez e o parto em si (DAVIS; BLAKE, 1956). Dessa maneira, quaisquer efeito de mudanças socioeconômicas na fecundidade poderiam ser facilmente captados a partir de tais variáveis.

De maneira análoga a Notestein (1945), Coale (1973) apresentou três pré-requisitos básicos para o declínio generalizado da fecundidade pelo controle reprodutivo: 1) o comportamento reprodutivo deve fazer parte da escolha consciente do casal, portanto, o controle reprodutivo tem de ter aceitação moral e social, 2) o casal deve perceber vantagem em um número menor de filhos, e 3) os métodos contraceptivos eficazes devem estar disponíveis. O atendimento desses pré-requisitos se daria, sobretudo, por via dos processos de modernização socioeconômica e de secularização (mudanças culturais) da população (COALE, 1986). A partir de dados de países da Europa, Coale (1986) apresentou as relações entre os efeitos da modernização nas variáveis intermediárias de Davis e Blake (1956) e como essa interação resultou no declínio da fecundidade observado nos locais.

A transição da fecundidade no Brasil, no entanto, se coloca de maneira distinta da transição Europeia analisada por Coale (1986) no contexto do *European Fertility Project*. As tendências da fecundidade Brasileira se apresentaram sob uma diversidade de conjunturas socioeconômicas, marcadas por um cenário de permanente desigualdade estrutural (PATARRA; OLIVEIRA, 1988; WOOD; CARVALHO, 1988; CARVALHO; WONG, 1992). Observou-se no país um rápido declínio da fecundidade entre os diferentes estratos sociais, mesmo sem que todos experimentassem os efeitos positivos da modernização econômica (WOOD; CARVALHO, 1988; ARRIAGADA, 2002; POTTER; SCHMERTMANN; CAVENAGHI, 2002). A industrialização, acentuada a partir da década de 1930, por exemplo,

não foi capaz absorver todo o contingente populacional que se deslocou rumo às áreas urbanas, criando notáveis diferenciais socioeconômicos nos grandes centros urbanos (SINGER, 1973). Além disso, a concentração de atividade industrial na região Sudeste resultou em desequilíbrios regionais que representam até hoje barreiras para o dinamismo econômico de outras regiões do país (MERRICK; GRAHAM, 1981). Da mesma forma, o crescimento econômico observado entre as décadas de 1960 e 1980 não culminou na redução da desigualdade na distribuição de renda (WOOD; CARVALHO, 1988): a população de menor renda foi fortemente afetada pela redução do seu poder de compra em decorrência da queda do poder aquisitivo do salário mínimo e do aumento dos preços dos alimentos (PAIVA, 1983).

Por mais que o Brasil tenha observado aspectos relativos à chamada modernização, esta se coloca sob nuances particulares marcadas por uma desigualdade estrutural que gera diferentes mecanismos de adaptação e estratégias de sobrevivência para cada grupo social frente aos constrangimentos que se impõem sobre estes (PATARRA; OLIVEIRA, 1988). A própria diferenciação por escolha do método de controle reprodutivo por grupo social (PERPÉTUO; WAJNMAN, 1998) é reflexo dessas particularidades do país. Portanto, as diferenças constatadas entre a dinâmica demográfica e o contexto socioeconômico do Brasil e da Europa tornam necessária uma outra abordagem para o tema da transição da fecundidade no país.

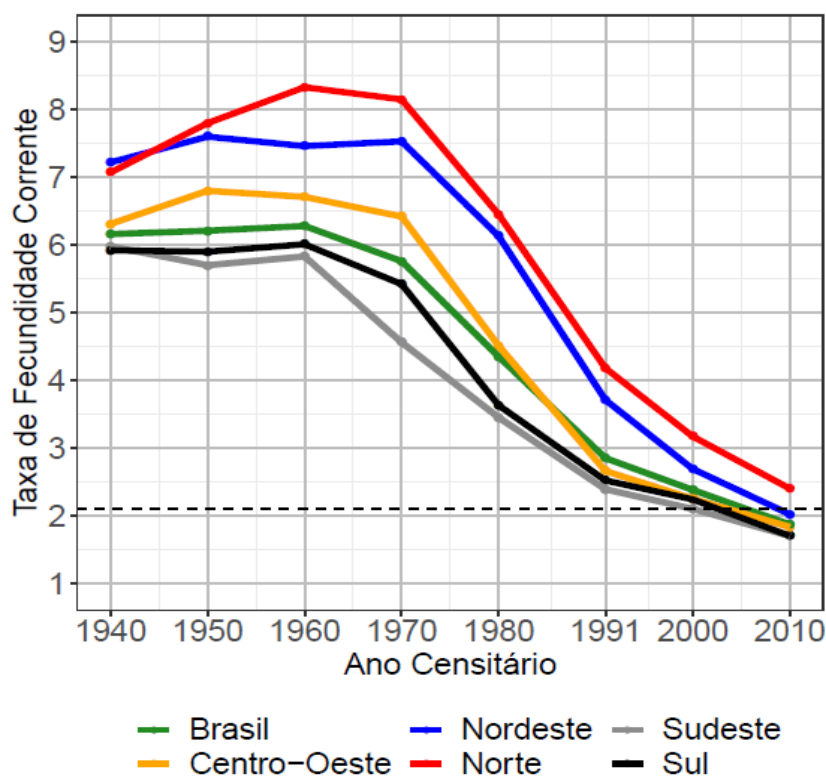
O termo transição, por si só, sugere mudança entre estados de um sistema intermediada por uma desestabilização. No caso da transição da fecundidade, em geral, percebe-se a passagem de níveis pré-transicionais elevados para níveis pós-transicionais baixos. Conforme apontado anteriormente, os dois estágios não se apresentam deslocados de um determinado contexto socioeconômico e seus níveis se manifestam através de variáveis intermediárias. Dessa forma, a atuação dos fatores de caráter socioeconômico e cultural junto ao processo de transição da fecundidade pode ser compreendida a partir das três diferentes etapas da transição, sendo elas: 1) o contexto em que se estabelecem os níveis de fecundidade pré-transicionais, 2) as mudanças sociais concomitantes ao momento de desestabilização dos níveis pré-transicionais, e 3) o processo de declínio em si (PAIVA, 1987; GUZMÁN, 1991). Por sua vez, os fatores de contexto social que condicionam o comportamento reprodutivo em cada uma dessas etapas encontram-se sobre influência direta da forma como a sociedade está posicionada junto à divisão internacional do trabalho, logo, estão atrelados aos modos de produção locais (PATARRA; OLIVEIRA, 1988). Ou seja, a organização produtiva de uma população se reflete na forma como esta se reproduz (PAIVA, 1987). Por exemplo, áreas com maior proporção de população no mercado de trabalho formal, no meio urbano e com maior

nível médio de escolaridade apresentaram, em geral, um comportamento precursor de declínio da fecundidade (GUZMÁN, 1991). Analogamente, a escolarização da população estaria relacionada à demanda produtiva por mão de obra qualificada (ROMANELLI, 1986).

Tendo em vista os aportes teóricos mencionados, esta seção buscará descrever a transição da fecundidade Brasileira à luz dos contextos socioeconômicos das diferentes etapas da transição e das variáveis intermediárias que atuam diretamente sobre a reprodução humana, destacando a forma como a sociedade Brasileira se organizava produtivamente e se modificou ao longo do processo.

1.1.1 Fecundidade pré-transicional

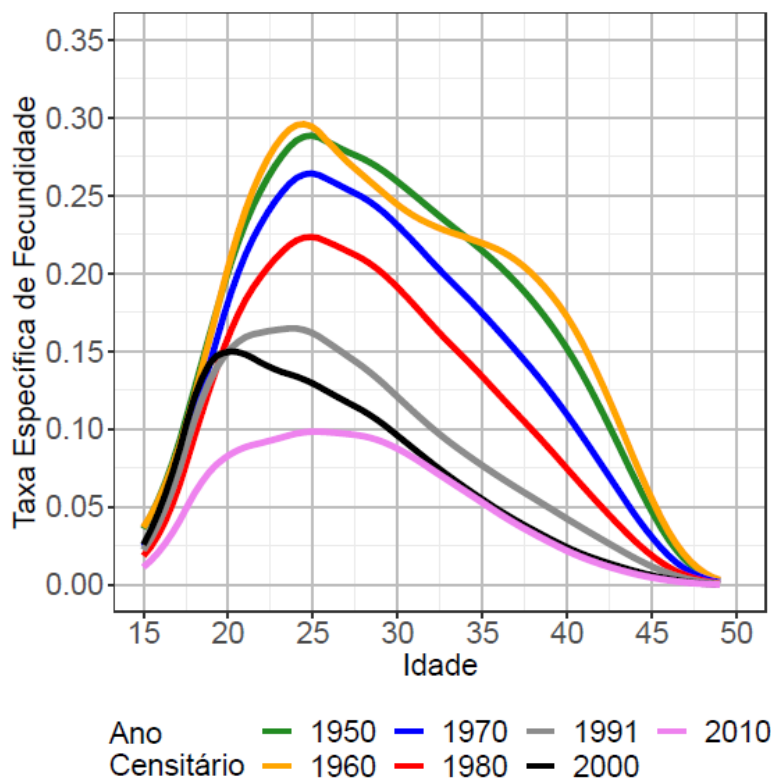
O Brasil percebeu a partir da segunda metade do século XX um rápido declínio da sua fecundidade corrente (MERRICK; BERQUÓ, 1983; CARVALHO; WONG, 1992; POTTER; SCHMERTMANN; CAVENAGHI, 2002; POTTER et al., 2010). Em menos de meio século as Taxas de Fecundidade Total do país passaram de níveis acima de 6 filhos por mulher para níveis abaixo ou muito próximos aos níveis de reposição para todas as Regiões do País (Figura 1) (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2014; LIMA et al., 2018; RIOS-NETO; MIRANDA-RIBEIRO; MIRANDA-RIBEIRO, 2018). Esse declínio foi observado no agregado para os diversos grupos sociais (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2014). Porém, percebem-se diferentes trajetórias entre as etapas da transição da fecundidade para cada região, a depender das características socioeconômicas, geográficas e culturais de cada uma (POTTER; SCHMERTMANN; CAVENAGHI, 2002; SCHMERTMANN; POTTER; CAVENAGHI, 2008; POTTER et al., 2010).

FIGURA 1 – Série histórica das taxas de fecundidade totais do Brasil por Grande Região

Fonte: IBGE (2010).

A transição da fecundidade compreendeu não somente o declínio nos níveis das taxas de fecundidade total, mas também uma mudança no seu padrão etário (Figura 2). Nesse processo, o perfil reprodutivo passou a se concentrar em torno de idades mais jovens (entre 20 e 25 anos) com a queda das taxas específicas de fecundidade das mulheres acima de 30 anos. Ou seja, diferentemente da transição de fecundidade Europeia - caracterizada pela postergação do casamento e da maternidade (COALE, 1986; LESTHAEGHE, 2010) – a transição Brasileira é marcada inicialmente por um rejuvenescimento da sua estrutura etária. Verificou-se ainda um breve aumento da fecundidade adolescente (15 a 19 anos) entre 1980 e 2000 (VIGNOLI; CAVENAGHI, 2014). No ano de 2010, o padrão etário da fecundidade interrompe a tendência de rejuvenescimento observada até o censo do ano 2000 (VERONA, 2018) e passa a se deslocar para as idades mais avançadas, indicando o início de uma possível tendência de postergação da maternidade (LIMA; MYRSKYLÄ, 2013; MIRANDA-RIBEIRO et al., 2016; RIOS-NETO; MIRANDA-RIBEIRO; MIRANDA-RIBEIRO, 2018).

FIGURA 2 – Série histórica do perfil etário da fecundidade brasileira entre os anos censitários de 1950 a 2010



Fonte: Human Fertility Collection (2018).

Os regimes de fecundidade pré-transicionais se apresentam em diferentes níveis e se estabelecem por diferentes intervalos de tempo para cada região do país, conforme observado na Figura 1 e discutido por Potter et al. (2010). Essas diferenças são intrínsecas às realidades socioeconômicas e culturais de cada região e à forma como cada uma e cada grupo social se inseriu na divisão social do trabalho (PATARRA; OLIVEIRA, 1988) e se desenvolveu ao longo do tempo com relação aos indicadores socioeconômicos em geral (POTTER; SCHMERTMANN; CAVENAGHI, 2002). Portanto, as heterogeneidades socioeconômicas e regionais são marcas da diversidade de transições que se observaram para o país.

No contexto pré-transicional, antes da década de 1950, a população rural ainda era predominante frente ao processo de industrialização, que se inicia em 1930, concentrado na região Sudeste em decorrência do capital acumulado do café, principal produto agrícola do país à época (MERRICK; GRAHAM, 1981; WOOD; CARVALHO, 1988). Essa diferenciação de poderio econômico atrelada à concentração de desenvolvimento industrial, somada às diferentes formações étnico-sociais, a uma população de predomínio rural e à pouca conectividade do país em termos de infraestrutura representam o pano de fundo da diversidade

de níveis de fecundidade pré-transicional constatados no período (WOOD; CARVALHO, 1988; POTTER; SCHMERTMANN; CAVENAGHI, 2002; POTTER et al., 2010). Notadamente, as regiões de maior dinamismo econômico e com maior grau de urbanização apresentavam níveis pré-transicionais mais reduzidos com relação às demais, pois o meio urbano concentra uma maior gama de dispositivos sociais que atuam em prol do controle reprodutivo, como estruturas de ensino, saúde e mercado de trabalho formal (MARTINE, 1996). Já no período pré-transicional verificavam-se grupos precursores do controle reprodutivo, em geral, de classes mais abastadas do meio urbano (PATARRA; OLIVEIRA, 1988; GUZMÁN; RODRÍGUEZ, 1993). No entanto, esse comportamento não se disseminava para os demais grupos sociais devido a fatores estruturais que funcionavam como barreiras sociais ao processo de difusão, como a ausência de conectividade entre as regiões distantes dos grandes centros e a ausência de infraestrutura de comunicação e transporte (GUZMÁN; RODRÍGUEZ, 1993).

A predominância da população rural observada no período, bem como a forma de organização da produção agrícola na primeira metade do século XX fornece subsídios para a compreensão dos elevados níveis de fecundidade pré-transicional (PAIVA, 1987; OLIVEIRA, 1989). Tanto a produção cafeeira do Sudeste quanto a produção açucareira do Nordeste apresentavam modos de organização produtiva que não geravam demanda por controle reprodutivo (PAIVA, 1987). Por serem de caráter familiar, o volume produzido estava atrelado à quantidade de braços disponíveis como mão de obra e o abastecimento de bens de subsistência para o domicílio não requeria o consumo de mercado, já que era produzido localmente pela família (PAIVA, 1987). A gestão do tempo e dos recursos produtivos do sistema do colonato paulista, por exemplo, era de autonomia da família, e assim, a pressão por controle reprodutivo era reduzida (OLIVEIRA, 1989).

1.1.2 Desestabilização e declínio da fecundidade num contexto de desigualdade estrutural

No momento da desestabilização dos níveis pré-transicionais da fecundidade no Brasil, os diferentes estratos sociais estavam sujeitos a diferentes cenários socioeconômicos, que se materializaram em múltiplos mecanismos de aumento da demanda por contracepção a depender do grupo social (PATARRA; OLIVEIRA, 1988). Destacam-se da literatura Brasileira alguns dos processos mais marcantes dessa desestabilização: mudanças na organização produtiva e do mercado de trabalho (processo de proletarização e assalariamento da mão de obra) (PAIVA, 1987; OLIVEIRA, 1989), urbanização (MARTINE, 1996), efeitos indiretos de

políticas de Estado (FARIA, 1989), consequências das crises econômicas e do aumento da desigualdade nas décadas de 1970 e 1980 (PAIVA, 1983; WOOD; CARVALHO, 1988; CARVALHO; WONG, 1992), escolarização (LAM; SEDLACEK; DURYEA, 1992; CASTRO-MARTIN; JUAREZ, 1995) e aumento da participação feminina no mercado de trabalho (ALVES, 1994). De alguma forma, cada um desses processos atuou no sentido de aumentar os custos sociais ou econômicos dos filhos para as famílias Brasileiras.

No contexto inicial da transição da fecundidade, a especialização da produção agrícola, as mudanças no regime de trabalho (proletarização) e a expansão do setor de serviços no meio urbano representam aspectos das modificações na organização produtiva do país que atuaram diretamente sobre a população então majoritariamente rural (PAIVA, 1987; WOOD; CARVALHO, 1988). Nesse aspecto, a população rural, que antes atendia às suas próprias necessidades produtivas de subsistência, se viu obrigada a fazê-lo através do mercado, tornando-se vulnerável economicamente às variações de preços (PAIVA, 1987). O controle reprodutivo ou a adesão de outros membros familiares no mercado de trabalho surgem então como estratégias de sobrevivência para uma população que começa a se urbanizar e se inserir economicamente no mercado de consumo capitalista de uma economia instável como a Brasileira (PAIVA, 1983; PAIVA, 1987; OLIVEIRA, 1989; SEDLACEK; SANTOS, 1991; CARVALHO; WONG, 1992).

As considerações de Faria (1989) apontam no mesmo sentido, porém o autor considera a inserção da população na sociedade de consumo como um efeito indireto das políticas de governo no período de 1960 a 1980. Mencionam-se os investimentos em infraestrutura de energia elétrica, de transportes e de comunicação de massa, a criação de um sistema previdenciário, a urbanização e o fomento à cultura médica da população, sobretudo feminina. Como resultado desse conjunto de medidas institucionais, o modo de organização social das famílias teria incorporado à racionalidade econômica do mercado de consumo capitalista, institucionalizando a demanda por controle reprodutivo (FARIA, 1989). Adicionalmente, a expansão dos meios de comunicação de massa e da eletricidade (POTTER; SCHMERTMANN; CAVENAGHI, 2002) pelo país possibilitaram, por exemplo, a difusão de um modelo de família nuclear de tamanho reduzido – e de padrões bastante distintos dos observados nos lares de grupos Brasileiros menos abastados – através das populares telenovelas Brasileiras (FARIA; POTTER, 1999; RIOS-NETO, 2001; POTTER; SCHMERTMANN; CAVENAGHI, 2002; LA FERRARA; CHONG; DURYEA, 2012).

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho formal foi outro aspecto relevante para o declínio da fecundidade no país (ALVES, 1994). Esse processo esteve

diretamente ligado às mudanças sociais e de ordem normativa que se desencadeiam sobretudo a partir da década de 1930. Até esse período, prevalece um modelo familiar no qual a mulher é socialmente relegada ao espaço privado do domicílio, enquanto o homem é o sujeito da vida pública e do mercado de trabalho (MALUF; MOTT, 1998). O avanço da urbanização e da industrialização, bem como o contato com as realidades de outros países no Pós-Segunda Guerra abrem espaço no mercado de trabalho para as mulheres, porém, num conjunto restrito de atividades - geralmente nas áreas de costura, atendimento e cuidados (MALUF; MOTT, 1998). O período iniciado a partir de 1920 e acelerado na década de 1930 foi marcante para a intensificação dessa participação feminina no mercado de trabalho formal, sobretudo, através da magistratura e das profissões atreladas ao cuidado e saúde (AZEVEDO; FERREIRA, 2006). A maior participação feminina no mercado pode ser vista ainda como reflexo de demandas econômicas familiares, da superação de desequilíbrios de gênero, da queda da fecundidade ou até mesmo como decorrência do aumento da escolaridade feminina frente à maior demanda por mão de obra qualificada num contexto de ampliação do setor de serviços das cidades Brasileiras (OLIVEIRA, 1989; SEDLACEK; SANTOS, 1991; ALVES, 1994; CAMARANO, 2014; ITABORAÍ, 2015). Scorzafave e Menezes-Filho (2001); Soares e Izaki (2002) e Costa (2007), por exemplo, mostram que a probabilidade de participação da mulher Brasileira no mercado de trabalho aumenta com o nível de escolaridade e que o processo de expansão de ensino feminino explica boa parte do incremento feminino no mercado de trabalho. No entanto, essa participação no mercado se apresenta de maneira seletiva, reflexo de desequilíbrios de gênero típicos de sociedades patriarcais, concentrando-se em setores específicos da economia, como de serviços, comércio e administração pública (sobretudo em serviços públicos de saúde e de ensino) (TEIXEIRA, 2014). Apesar da estratificação por gênero do mercado de trabalho, as mulheres passaram a ocupar de vez a esfera pública da vida social Brasileira, antes reservada ao sexo masculino (AZEVEDO; FERREIRA, 2006). Essa maior participação no mercado de trabalho (tanto formal quanto informal) foi observada para todas as faixas de idade, seguindo uma tendência de aumento ao longo da evolução das coortes de nascimento (SCORZAFAVE; MENEZES-FILHO, 2001; COSTA, 2007).

A influência da participação feminina no mercado de trabalho sobre a fecundidade pode ser descrita por diferentes abordagens. Becker (1993) aponta que a atuação feminina no mercado de trabalho aumentaria o custo de criação dos filhos percebido pela família, pois o tempo que ela dispenderia em casa com eles se tornaria mais restrito. Essa escolha, no entanto, dependeria da avaliação dos custos relativos entre o abandono do cuidado domiciliar e o salário no mercado de trabalho. O aumento de escolaridade aumentaria o custo de oportunidade no

mercado de trabalho, assim, a família seria levada a controlar sua prole, reduzindo os seus custos com cuidado domiciliar e maximizando sua função utilidade.

Oliveira (1989); Folbre (1994) e McDonald (2000) apontam para as relações de gênero enquanto formas de constrangimento do comportamento reprodutivo frente à participação da mulher no mercado de trabalho. Suas considerações apontam que devido à desigual divisão sexual do trabalho, a mulher atuante no mercado de trabalho acumula tanto as funções da vida pública (trabalho) quanto as atividades de cunho privado (tarefas domiciliares e de criação dos filhos). Esse desequilíbrio na atribuição das atividades familiares entre os parceiros resulta num desincentivo à reprodução e aumento da demanda por controle reprodutivo.

1.1.3 O papel da contracepção no declínio da fecundidade brasileira

A queda da fecundidade Brasileira (medida de período) se inicia no decênio 1960-70 a partir de algumas áreas precursoras, localizadas sobretudo no meio urbano e na região Centro-Sul do país (MERRICK; BERQUÓ, 1983; POTTER; SCHMERTMANN; CAVENAGHI, 2002; SCHMERTMANN; POTTER; CAVENAGHI, 2008; POTTER et al., 2010). Essa queda foi resultado das alterações nos determinantes próximos da fecundidade de Bongaarts (1978), dentre os quais a contracepção apresentou o maior destaque (MERRICK; BERQUÓ, 1983).

O estudo de Merrick e Berquó (1983) foi pioneiro ao investigar os determinantes próximos mais fortemente relacionados à queda da fecundidade Brasileira. Os autores verificaram um expressivo aumento do uso de métodos contraceptivos, não sendo constatadas mudanças significativas para as demais variáveis – tempo de aleitamento materno, aborto induzido e idade de entrada à união. O aumento da prevalência da contracepção se deu sobretudo para mulheres em união que já haviam atingido um número específico de filhos, ou seja, entre mulheres casadas com 2 a 3 filhos (MERRICK; BERQUÓ, 1983; CARVALHO; WONG, 1992). Dois métodos em específico predominaram entre as mulheres de forma diferenciada por grupo social: a esterilização feminina e a pílula anticoncepcional (MERRICK; BERQUÓ, 1983). A primeira se difundiu especialmente a partir da liberdade de atuação da classe média (MARTINE, 1996), que será discutida a seguir, e a pílula foi inicialmente aprovada para uso nos Estados Unidos na década de 1960 e logo se disseminou para outras partes do mundo (GOLDIN; KATZ, 2002). A esterilização foi mais predominante inicialmente entre os grupos mais abastados e em seguida passou a se destacar também entre as camadas e regiões mais pobres do país, enquanto que a pílula anticoncepcional se destacou

principalmente neste segundo grupo por conta da distribuição gratuita nos estabelecimentos de saúde e pelo seu baixo custo no mercado (MERRICK; BERQUÓ, 1983; PERPÉTUO; WAJNMAN, 1998).

A posição do Estado Brasileiro frente ao declínio da fecundidade se caracterizou pela não interferência na decisão reprodutiva, que seria de responsabilidade exclusiva do casal, cabendo ao Estado garantir somente a igualdade de acesso ao controle reprodutivo entre as diferentes classes sociais (BERQUÓ, 1987). Apesar do discurso, o poder público só tomou ações efetivas com relação ao acesso ao planejamento familiar em meados da década de 1980 quando, enfim, foi criado o PAISM (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher), mantendo-se omissos até então ou falhando na sua atuação (MARTINE, 1996). Portanto, a difusão dos métodos contraceptivos modernos contou com a atuação de organizações e entidades privadas para a sua divulgação e garantia de acesso - como por exemplo, da BEMFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil) na região Nordeste - sujeitando a autonomia do controle reprodutivo das mulheres aos interesses econômicos e políticos de diferentes grupos da elite, especialmente da classe médica (CARDOSO, 1983; BERQUÓ, 1987; MARTINE, 1996). A esterilização feminina, por exemplo, foi utilizada como barganha eleitoral na região Nordeste (CAETANO; POTTER, 2004) e se viu associada financeiramente ao procedimento de cesarianas (BERQUÓ, 1987). A liberdade de atuação de segmentos privados no planejamento familiar do país sem a devida atuação ou regulação Estatal resultou na concentração do controle reprodutivo do país em torno da esterilização feminina e da pílula anticoncepcional (CARDOSO, 1983; BERQUÓ, 1987; PERPÉTUO; WAJNMAN, 1998). A ausência do Estado no âmbito da saúde reprodutiva acarretou em consequências irreversíveis com relação ao elevado número de procedimentos de cesarianas observadas no país, que por sua vez apresentam efeitos negativos tanto sobre a saúde do recém nascido quanto sobre os índices de mortalidade materna (BARROS et al., 1991; FAÚNDES; CECATTI, 1991; POTTER et al., 2001; POTTER et al., 2008).

A atuação do Estado para a garantia do direito ao planejamento familiar se efetivou somente na década de 1990, após a constituição de 1988 com o reforço da Conferência de População do Cairo de 1994. Nesse período, foi sancionada a Lei do Planejamento Familiar (BRASIL, 1996) e o Estado Brasileiro começou a atuar sobre os elevados números da esterilização feminina. Este método de controle reprodutivo foi de grande preocupação das políticas públicas de saúde da época não só pelo seu caráter definitivo e cirúrgico, mas também por conta dos diferenciais socioeconômicos e regionais e seus respectivos riscos com relação às condições em que o procedimento é realizado, principalmente pelo grupo social mais

vulnerável (PERPÉTUO; WAJNMAN, 1998; CAETANO; POTTER, 2004). Ademais, chamou a atenção a disseminação desse processo pelos grupos sociais mais vulneráveis, após um acesso inicialmente maior por parte de mulheres mais abastadas (PERPÉTUO; WAJNMAN, 1998). Por conta desses fatores, o poder público atuou no sentido de regular a esterilização feminina a partir da segunda metade da década de 1990, estabelecendo uma série de regras para a realização da laqueadura, como limite de idade, anuência do cônjuge, número mínimo de filhos e aconselhamento prévio (CAETANO, 2014). Os efeitos da nova legislação de planejamento familiar foram captados pela Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 2006. Após o aumento observado entre 1986 e 1996, de 26.8% para 38.5% entre as mulheres unidas de 15 a 44 anos, a prevalência da esterilização feminina reduziu para 25.9% em 2006 (PERPÉTUO; WAJNMAN, 1998; PERPÉTUO; WONG, 2009)².

Essa omissão Estatal no âmbito do planejamento familiar que perdurou até a década de 1990 trouxe efeitos negativos para a população feminina, especialmente para as camadas de baixa renda (FARIA, 1997; CARVALHO; BRITO, 2005). A ausência de informação e de acesso a uma diversidade maior de métodos contraceptivos restringiu o atendimento da demanda por contracepção desses grupos a alternativas de maior risco para a saúde feminina, como o próprio procedimento de esterilização e até mesmo o aborto clandestino (BERQUÓ, 1987; MARTINE, 1996; PERPÉTUO; WAJNMAN, 1998). Ainda, o acesso diferenciado aos meios de controle reprodutivo escancararam as desigualdades sociais entre os grupos sociais Brasileiros e dificultam o exercício pleno da cidadania pelas mulheres de estratos menos abastados até os dias atuais (CARVALHO; BRITO, 2005).

1.1.4 Fecundidade em regime de reposição: a nova realidade brasileira

A fecundidade abaixo do regime de reposição³ se estabeleceu no Brasil a partir do decênio 2000-2010 (MIRANDA-RIBEIRO; GARCIA, 2013; CASTANHEIRA; KOHLER, 2015; RIOS-NETO; MIRANDA-RIBEIRO; MIRANDA-RIBEIRO, 2018), cerca de 50 anos após o início do processo de declínio, e se apresenta como tendência entre os diferentes estratos sociais (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2014). Desse quadro, emergem novos desafios à demografia Brasileira, dentre os quais se destacam: o rápido processo de envelhecimento populacional (CARVALHO; GARCIA, 2003; CAMARANO, 2014), a persistência dos

² Tais dados referem-se a medidas de estoque, ou seja, muitas mulheres mais velhas e já esterilizadas entram na conta da prevalência. Informação mais completa e detalhada a respeito poderia ser oferecida pelo grau de incidência (casos novos) da esterilização, medida não disponível nas pesquisas apontadas.

³ A reposição populacional se dá quando cada mulher consegue dar a luz a pelo menos uma menina durante o seu período reprodutivo. Esse regime ocorre quando a Taxa de Fecundidade Total é aproximadamente igual a 2,1 filhos por mulher. Para maiores detalhes, ver (PRESTON; HEUVELINE; GUILLOT, 2001, Capítulo 5).

diferenciais socioeconômicos (MIRANDA-RIBEIRO; GARCIA, 2013; LIMA et al., 2018), sobretudo com relação à fecundidade de jovens e adolescentes (OLIVEIRA; VIEIRA, 2010; VIGNOLI; CAVENAGHI, 2014), e o processo de postergação da maternidade (ROSETO-BIXBY; CASTRO-MARTIN; MARTIN-GARCIA, 2009; MIRANDA-RIBEIRO; GARCIA, 2013; LIMA; MYRSKYLÄ, 2013; MIRANDA-RIBEIRO et al., 2016; RIOS-NETO; MIRANDA-RIBEIRO; MIRANDA-RIBEIRO, 2018).

A mudança na estrutura etária da população a partir da queda da fecundidade e aumento da longevidade culmina no aumento relativo da população idosa, processo conhecido como envelhecimento populacional (CARVALHO; GARCIA, 2003). Essa rápida transição da estrutura etária Brasileira frente à queda da fecundidade traz a tona diversos desafios para as políticas públicas (WONG; CARVALHO, 2006; CAMARANO, 2014). Além das questões relativas ao financiamento do sistema previdenciário impactado pelo aumento da população idosa, as políticas públicas devem se ocupar ainda do provimento de um sistema de saúde adequado à nova realidade Brasileira, num contexto persistente de desigualdades socioeconômicas e regionais (WONG; CARVALHO, 2006; CAMARANO, 2014).

Os diferenciais de fecundidade entre os grupos sociais representam uma antiga nuance da transição da fecundidade Brasileira e hoje se manifestam por meio de diferentes mecanismos, frente à tendência de convergência em termos de nível reprodutivo (MERRICK; BERQUÓ, 1983; MIRANDA-RIBEIRO; GARCIA, 2013; BERQUÓ; CAVENAGHI, 2014; LIMA et al., 2018). Notam-se comportamentos reprodutivos distintos entre os grupos sociais com relação à entrada na maternidade: ao padrão etário típico da fecundidade Brasileira com um pico nas faixas de 20-24 anos, soma-se um segundo cume em idades mais avançadas, padrão reprodutivo de mulheres com escolaridade mais elevada (LIMA et al., 2018).

A gravidez na adolescência, mais prevalente nos grupos menos abastados é de preocupação do poder público devido aos seus aspectos negativos tanto para as jovens que engravidam quanto para seus filhos (VIGNOLI; CAVENAGHI, 2014). A gravidez de jovens no Brasil afeta não somente a carreira profissional e a vida escolar das meninas que engravidam (na maioria, mulheres em situação de alta vulnerabilidade e baixa escolaridade), o próprio desenvolvimento dos seus filhos é também impactado, estando estes mais susceptíveis à circulação entre outros adultos (quando são criados por outros familiares ou por outras famílias), reflexo das condições socioeconômicas desfavoráveis de suas mães (OLIVEIRA; VIEIRA, 2010).

A postergação da maternidade é outro aspecto recente que se estabeleceu junto ao contexto da baixa fecundidade Brasileira (ROSETO-BIXBY; CASTRO-MARTIN;

MARTIN-GARCIA, 2009; MIRANDA-RIBEIRO; GARCIA, 2013; LIMA; MYRSKYLÄ, 2013; MIRANDA-RIBEIRO et al., 2016). As mudanças na composição educacional, e o aumento vertiginoso da escolaridade feminina particularmente (GODINHO et al., 2006; BELTRÃO; ALVES, 2009), explicam esse cenário recente. O maior tempo dedicado às instituições de ensino, sobretudo para as coortes femininas mais jovens, resulta no processo de postergação do comportamento reprodutivo (NEELS et al., 2017). Esse comportamento era observado anteriormente entre os grupos mais escolarizados e no decênio 2000/2010 se amplifica por conta das mudanças de efeito composicional da expansão educacional do país (MIRANDA-RIBEIRO; GARCIA, 2013; RIOS-NETO; MIRANDA-RIBEIRO; MIRANDA-RIBEIRO, 2018). A efetivação desse processo no Brasil depende, no entanto, do resultado das futuras pesquisas censitárias.

1.2 A expansão educacional e a transição da fecundidade do Brasil

A ampliação do acesso ao ensino formal teve impacto direto na transição da fecundidade do país (LAM; SEDLACEK; DURYEA, 1992; RIOS-NETO; MIRANDA-RIBEIRO; MIRANDA-RIBEIRO, 2018). O estudo dos determinantes do rápido declínio da fecundidade do Brasil feito por Merrick e Berquó (1983) verificou uma forte associação da escolaridade feminina com o comportamento reprodutivo. De fato, estudos posteriores confirmaram que o aumento da escolaridade feminina teve um efeito significativo para a redução da fecundidade no país ao longo da segunda metade do século XX (LAM; SEDLACEK; DURYEA, 1992; LAM; DURYEA, 1999). A mudança da composição educacional Brasileira se associa tanto com a redução do nível quanto com a idade inicial do comportamento reprodutivo (MIRANDA-RIBEIRO; GARCIA, 2013; MIRANDA-RIBEIRO et al., 2016; LIMA et al., 2018; RIOS-NETO; MIRANDA-RIBEIRO; MIRANDA-RIBEIRO, 2018). Entende-se que o aumento relativo da população mais escolarizada está diretamente relacionado à maior adesão ao controle reprodutivo por métodos modernos (CASTRO-MARTIN, 1995; PERPÉTUO; WAJNMAN, 1998). Esta seção se propõe a discutir a influência da escolaridade sobre o comportamento reprodutivo feminino. Apresenta-se ainda um breve apanhado histórico acerca da evolução do sistema de ensino Brasileiro como forma de contextualizar o aumento da escolaridade percebido pelo país no último século.

1.2.1 Escolaridade e comportamento reprodutivo

A escolaridade se relaciona direta e indiretamente com o comportamento reprodutivo da população feminina de diferentes maneiras. Por ser condicionante das

transições entre diferentes etapas do curso de vida, como a transição para o mercado de trabalho ou a entrada à união, a escolaridade afeta a exposição feminina à reprodução (CASTRO-MARTIN, 1995; JEJEEBHOY, 1995; NEELS et al., 2017). A própria inclinação ao controle reprodutivo é influenciada pelo nível de escolaridade, pois a educação, além de dar respaldo ao saber científico, garante maior conhecimento acerca das diferentes estratégias contraceptivas e possibilita o atendimento das reais intenções reprodutivas (CLELAND; WILSON, 1987; JEJEEBHOY, 1995). O grau de escolaridade feminino associa-se ainda com maiores oportunidades no mercado de trabalho e com relações de gênero mais igualitárias dentro das uniões, por conta do aumento da autonomia feminina nas decisões domiciliares (JEJEEBHOY, 1995).

As teorias de caráter econômico destacam a educação como um aspecto relativo aos custos sociais de oportunidade atrelados à reprodução familiar. Aries (1980), partindo da teoria da capilaridade social, aborda a educação formal dos filhos como oportunidade de ascensão do *status* social da família. Esta, por sua vez, praticaria o controle reprodutivo para prezar pela "qualidade" familiar e pelo futuro dos seus poucos membros. Essa tese vai de encontro à teoria econômica da fecundidade de Becker (1993). Para o autor, a opção familiar pelo investimento no capital humano dos herdeiros – principalmente no aspecto da formação educacional – em detrimento do investimento na quantidade de herdeiros resultaria no aumento da demanda por controle reprodutivo. Não obstante, a escolarização feminina aumentaria seu potencial produtivo no mercado de trabalho, incorrendo no aumento do custo social dos filhos Becker (1993).

A massificação dos sistemas de ensino, por sua vez, representa um importante efeito indireto da expansão educacional sobre a fecundidade. Este efeito se dá especialmente pelo aumento do custo social e econômico percebido pela família, ao ter que arcar com o maior tempo despendido pela criança no sistema de ensino (CALDWELL, 1996; FOLBRE, 1983). Caldwell (1996) aponta cinco mecanismos que atuam tanto no aspecto da economia familiar quanto nas estruturas socioculturais e morais das famílias:

The greatest impact of education is not direct but through the restructuring of family relationships and, hence, family economies and the direction of the net wealth flow. It is postulated here that education has its impact on fertility through at least five mechanisms. First, it reduces the child's potential for work inside and outside the home. [...] Second, education increases the cost of children far beyond the fees, uniforms, and stationery demanded by the school. [...] Third, schooling creates dependency, both within the family and within the society. [...] Fourth, schooling speeds up cultural change and creates new cultures. [...] Fifth, in the contemporary developing world, the school serves as a major instrument - probably the major instrument - for propagating the values, not of the local middle class, but of the

Western middle class (CALDWELL, 1996, p. 227-228)⁴.

A massificação dos sistemas de ensino desencadeia ainda o desenvolvimento da cultura do tempo escolar. A formação da criança passa a ter um dever social à medida que se altera a percepção da sociedade a respeito da infância e a escola adquire então um papel de destaque nas etapas de transição da juventude para a vida adulta (ARIÈS, 1978). A etapa escolar torna-se condicionante do curso de vida dos indivíduos, influenciando não somente as crianças em si, mas também os seus pais e a sociedade como um todo. No que se refere à reprodução, o tempo dedicado ao ensino formal atua como condicionante da idade à união e da entrada à maternidade.

Em suma, a instrução da população está intrinsecamente relacionada ao seu processo de transição da fecundidade. O grau de escolaridade é um dos indicadores sociais associados ao início do declínio da fecundidade (GUZMÁN, 1991; BONGAARTS, 2003; CHACKIEL; SCHKOLNIK, 2003). Em geral, o comportamento precursor de controle reprodutivo das elites esteve relacionado ao seu maior nível de escolaridade (MERRICK; BERQUÓ, 1983; CLELAND; WILSON, 1987) e a difusão do comportamento dessas elites para os demais estratos sociais explicaria o início da transição generalizada da fecundidade (CLELAND; WILSON, 1987; BONGAARTS, 2003). O fator composicional da educação também diz muito a respeito do comportamento reprodutivo da população. A persistência dos diferenciais sociais de fecundidade, por exemplo, conferem a populações com maior nível de escolaridade média um menor número médio de filhos por mulher, devido ao maior peso dos grupos sociais mais instruídos (BONGAARTS, 2003).

No Brasil, a fecundidade apresenta marcados diferenciais por nível de escolaridade desde o início do seu processo de declínio (LAM; SEDLACEK; DURYEA, 1992; MERRICK; BERQUÓ, 1983; BERQUÓ; CAVENAGHI, 2014; LIMA et al., 2018). Esses diferenciais se manifestaram nas diferentes estratégias contraceptivas adotadas para o controle reprodutivo, relacionadas também às opções disponíveis para cada grupo social (PERPÉTUO; WAJNMAN, 1998). Entre 1960 e 2010, as diferenças entre os níveis de fecundidade por nível de escolaridade materno diminuíram consideravelmente e apresentam uma tendência de

⁴ O maior impacto da educação não se dá diretamente, mas através da redefinição das relações familiares e, portanto, da economia familiar e da direção dos fluxos líquidos de riqueza. Postula-se aqui que a educação impacta na fecundidade por meio de pelo menos cinco mecanismos. Primeiro, ela reduz o potencial de trabalho da criança dentro e fora do domicílio. [...] Segundo, a educação aumenta os custos da criança muito além das taxas de matrícula, uniformes e artigos de papelaria exigidos pelas escolas. [...] Terceiro, a escolarização cria relação de dependência dentro da família e da sociedade. [...] Quarto, a escolarização acelera as mudanças culturais e cria novas culturas. [...] Quinto, no mundo em desenvolvimento contemporâneo, a escola serve como um importante instrumento – provavelmente o principal instrumento - para propagar os valores, não da classe média local, mas da classe média Ocidental.

convergência (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2014). Hoje, outros aspectos reprodutivos manifestam os diferenciais entre os grupos sociais. O tempo de entrada à maternidade, por exemplo, apresenta um padrão distinto para os diferentes grupos de escolaridade - mulheres menos escolarizadas apresentam perfil etário de fecundidade mais rejuvenescido (LIMA et al., 2018). Ao mesmo tempo, a mudança da composição educacional da população Brasileira teve um grande impacto na queda da fecundidade e no envelhecimento do perfil etário da maternidade (LAM; SEDLACEK; DURYEA, 1992; MIRANDA-RIBEIRO; GARCIA, 2013; RIOS-NETO; MIRANDA-RIBEIRO; MIRANDA-RIBEIRO, 2018). A escolarização em massa da população, por sua vez, só foi possível por conta das mudanças estruturais das políticas educacionais adotadas ao longo do século XX no país. Portanto, compreender o curso da história do sistema educacional Brasileiro facilita no entendimento do ritmo da transição da fecundidade no país a partir dos efeitos indiretos da escolaridade.

1.2.2 Expansão do Sistema Educacional Brasileiro

A organização do sistema educacional Brasileiro ao longo do tempo reflete uma gama de demandas políticas, sociais e econômicas da sociedade Brasileira da época e, principalmente, o modelo de desenvolvimento econômico adotado pela classe política no poder (ROMANELLI, 1986). A década de 1930 se coloca como o principal ponto de inflexão para a expansão do ensino no Brasil, pois representou não somente a troca da classe política dominante, mas também a mudança do modelo econômico Brasileiro (MERRICK; GRAHAM, 1981). A demanda social e econômica por educação, portanto, é bastante distinta antes e depois da Revolução de 1930.

Antes de 1930, apesar da certa pressão social e política de alguns grupos específicos, a pressão econômica para criar uma demanda por educação formal era reduzida a grupos sociais específicos, pois a população majoritariamente rural era geograficamente dispersa e submetida a uma organização produtiva de subsistência e com estruturas arcaicas de produção (MERRICK; GRAHAM, 1981; ROMANELLI, 1986; WOOD; CARVALHO, 1988). Além disso, o regime político dominado por uma oligarquia rural definia estruturas sociais rígidas e com grande estratificação social, herdadas do regime escravocrata do século XIX (GOLDEMBERG, 1993). Nesse contexto, pode-se definir o sistema de ensino que vigora até a década de 1930 no país como um sistema de caráter dual, com um ensino primário voltado para a profissionalização das camadas mais pobres e com o ensino secundário voltado para a preparação das elites para o nível superior e para as carreiras liberais e de administração pública, ou seja, para a formação dos quadros políticos e governamentais (ROMANELLI,

1986). Ademais, não havia vontade política para a universalização do ensino básico por parte das elites no poder até então (GOLDEMBERG, 1993).

Esse modelo de ensino dual e de demanda reduzida começa a ser superado conforme o país percebe a "evolução de um modelo econômico exclusivamente agrário-exportador para um modelo parcialmente urbano-industrial" (ROMANELLI, 1986, p. 46). O modelo capitalista industrial, por sua vez, necessita de um sistema educacional de massa, pois os sucessos tanto da produção quanto do consumo exigem certo nível de conhecimento para a formação de mão de obra qualificada numerosa capaz de concorrer no mercado de trabalho e de uma sociedade de consumo com renda suficiente para consumir (ROMANELLI, 1986; CASTRO, 1998). A alteração do modelo produtivo exerceu, portanto, uma importante pressão econômica para o redirecionamento das políticas de ensino do país. Do ponto de vista demográfico, o processo de urbanização desencadeado pelo desenvolvimento industrial e o crescimento populacional representaram demandas sociais, políticas e econômicas em prol da expansão educacional (ROMANELLI, 1986; GOLDEMBERG, 1993; MARCÍLIO, 2014). Mesmo frente às pressões sociais e econômicas que atuaram no sentido de ampliar o sistema de ensino Brasileiro, este herdou sua estrutura do período anterior, privilegiando um ensino acadêmico em detrimento do técnico, mantendo a exclusão de determinados estratos sociais e, principalmente, perpetuando as desigualdades regionais intrínsecas à inclusão diferenciada dos estados do país no modelo capitalista industrial (ROMANELLI, 1986; GOLDEMBERG, 1993; SILVA; HASENBALG, 2000).

O período de 1930 a 1990 se caracteriza então por grandes reformas e mudanças no sistema de ensino do país. No entanto, a expansão educacional no período foi marcada por atropelos, pela falta de uma política nacional de ensino e pela influência política de uma classe latifundiária não comprometida com a democratização do ensino (ROMANELLI, 1986). Ainda assim, a partir de 1930 com o primeiro governo de Getúlio Vargas, a educação ganha peso na agenda política Brasileira com a criação dos mecanismos institucionais fundamentais para a sua avaliação e expansão: o Ministério da Educação e Saúde é criado em 1931 e na mesma década surgem no Brasil as primeiras universidades, o Instituto Nacional de Pedagogia (atual INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); na década de 1940, são criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) como demandas dos setores de indústria e comércio que se expandiam junto à urbanização; em 1961 é promulgada a primeira Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional seguida por uma revisão em 1971 no governo militar, que reforça a

obrigatoriedade do ensino básico e define as bases do atual sistema de ensino do país com uma etapa de primeiro grau (ensino fundamental) e uma de segundo grau (ensino médio) visando a profissionalização universal e compulsória da população (MARCÍLIO, 2014). Todas essas reformas e legislações em prol da educação se deram junto a um contexto internacional do pós Segunda Guerra, no qual a educação aparece na agenda política internacional com a criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 1946 (MARCÍLIO, 2014). O resultado dessas medidas se observou na evolução dos índices educacionais do país: queda do analfabetismo, aumento das taxas de matrícula e universalização do ensino básico (CASTRO, 1998).

Os avanços educacionais atrelados ao processo de urbanização e às transformações socioeconômicas do país nesse período mencionado se refletiram em significativas mudanças para as mulheres. A escolarização feminina foi inicialmente intensificada através de um processo de formação estratificado por sexo (por exemplo, a magistratura), visando o preenchimento de quadros profissionais específicos, como os setores educacionais e de saúde (BESSE, 1999). Esse processo, além de impulsionar a transição de espaço das mulheres da vida privada (restrita ao gerenciamento do domicílio e da família) para a vida pública (mercado de trabalho, espaços públicos) através da ampliação da sua participação no mercado de trabalho (MALUF; MOTT, 1998; AZEVEDO; FERREIRA, 2006), resultou na reversão do hiato educacional de gênero da educação Brasileira (BELTRÃO; ALVES, 2009) e promoveu profundas transformações nas relações de gênero e nas normas sociais do país ao longo do século (ITABORAÍ, 2015), que por sua vez não podem ser ignoradas do escopo dos estudos de fecundidade a nível do casal.

Por essa breve descrição, percebe-se que o declínio da fecundidade e a expansão dos sistemas de ensino no Brasil ocorreram concorrentemente. A primeira queda significativa nos níveis de fecundidade do país verificou-se no decênio 1960-70, ou seja, quando as mulheres nascidas após 1930 alcançavam as idades do período reprodutivo (15 a 49 anos). No caso, verifica-se o impacto que a inserção da educação na agenda política Brasileira a partir da década de 1930 teve sobre a vida das mulheres nascidas após esse período, em especial com relação ao seu comportamento reprodutivo e às suas oportunidades no mercado de trabalho, ainda que a ampliação do ensino no país tenha se dado de forma lenta - alcançando a universalidade do ensino básico somente na virada do século XX. O nível atual de fecundidade próxima à reposição, bem como o processo de postergação que se estabelece no decênio 2000/2010 são reflexos do comportamento de coortes que estiveram em contato com um maior acesso ao ensino básico.

1.3 Comportamento reprodutivo a partir da formação das uniões: educação, seletividade conjugal e relações de gênero

Os matrimônios e as uniões consensuais, assim como a passagem pelo sistema de ensino formal, entrada no mercado de trabalho e a maternidade/paternidade, representam momentos-chave do curso de vida dos indivíduos. Todos esses elementos, por sua vez, estão mutuamente correlacionados. No que tange à reprodução populacional, as uniões (formalizadas ou consensuais) historicamente respondem pela maior parte das taxas de fecundidade total de mulheres em idade reprodutiva, por mais que a tendência recente seja de queda (COALE, 1984; LAPLANTE et al., 2016; LAPLANTE; CASTRO-MARTÍN; CORTINA, 2018). No Brasil, por exemplo, a fecundidade conjugal representou cerca de 82% do valor da fecundidade total do país no ano de 2010 (LAPLANTE et al., 2016) e seu declínio via controle reprodutivo foi o grande responsável pelo declínio da fecundidade total (MERRICK; BERQUÓ, 1983)⁵. O resultado reprodutivo das uniões depende, no entanto, de como estas são formadas – a respeito das características de cada um dos parceiros (educação, mercado de trabalho, origem socioeconômica e cultural) – e de como se dão as relações entre os parceiros durante a convivência - em termos de participação no mercado de trabalho e atribuições de tarefas, por exemplo.

O processo de escolha do parceiro não é aleatório e envolve, além dos aspectos de cunho pessoal (preferências individuais, preconceito), controles de ordem cultural e socioeconômica (normas sociais e distância social entre os diferentes grupos) e aspectos de ordem estrutural (composição populacional, distribuição espacial da população e o contato com mercados conjugais locais - escola, ambiente de trabalho) (ECKLAND, 1968; KALMIJN, 1998; RIBEIRO; SILVA, 2009; LEVY, 2009). Cada um desses elementos atuam como limitantes das opções de parceiro disponíveis para cada indivíduo, pois impactam diretamente na proximidade - social e física - e na possibilidade de contato e interação entre pessoas predispostas a se relacionar. Esse processo pode resultar, portanto, em uniões endogâmicas (entre pessoas de um mesmo grupo social), homogâmicas (entre pessoas com características socioeconômicas e culturais semelhantes), exogâmicas (entre pessoas de diferentes grupos sociais) ou heterogâmicas (entre pessoas com características socioeconômicas e culturais distintas) (ECKLAND, 1968; KALMIJN, 1998). Em geral, uniões homogâmicas também são endogâmicas devido às características semelhantes compartilhadas dentro de cada grupo ou classe social e às distâncias sociais entre cada classe

⁵ Tais medidas de fecundidade referenciadas se tratam de medidas de período e não necessariamente apresentam o mesmo comportamento que as medidas estimadas de coorte.

(WARREN, 1966; ECKLAND, 1968). As uniões heterogâmicas dividem-se ainda entre dois tipos a partir da perspectiva da mulher, hipergâmicas – padrão no qual a mulher se une a um parceiro de *status* social mais elevado que o seu – ou hipogâmicas - padrão no qual a mulher apresenta *status* social mais elevado do que o de seu parceiro (ECKLAND, 1968; KALMIJN, 1998). Nesse sentido, a heterogamia pode ser descrita como uma medida de interação entre grupos sociais distintos (KALMIJN, 1998).

Na teoria econômica da família apresentada por Becker (1993), os casais buscam maximizar o seu desempenho econômico a partir da divisão de tarefas. Esta é fundamentada no conceito de família tradicional, em que o homem atua na esfera pública (mercado de trabalho) como provedor e a mulher cumpre com as obrigações da esfera privada (domiciliar), nas tarefas relativas à reprodução social (cuidado dos filhos e do lar). Nessa perspectiva, a mulher buscaria no mercado conjugal um parceiro com potencial produtivo no mercado de trabalho. Sendo a escolaridade uma medida do capital humano e da capacidade produtiva do indivíduo, as uniões hipergâmicas do ponto de vista educacional seriam vantajosas para as mulheres. Por outro lado, os homens estariam à procura de mulheres com potencial produtivo no domicílio, portanto, a escolaridade feminina teria um papel secundário nesse aspecto. As tendências sócio-demográficas observadas nos últimos anos ao longo do globo, no entanto, apontam para um padrão de união diferente daquele descrito por Becker (1993) (OPPENHEIMER, 1994; ESTEVE et al., 2016).

As mudanças socioeconômicas que levaram ao aumento da participação feminina e também à deterioração da posição masculina no mercado de trabalho, bem como as mudanças nas relações entre os parceiros quanto à divisão de tarefas domiciliares e de criação dos filhos implicam mudanças não só nas relações entre os parceiros, mas também na forma como o matrimônio e a união são reconhecidos socialmente (OPPENHEIMER, 1988; 1994; ENGLAND, 2010; ESTEVE; GARCIA-ROMÁN; PERMANYER, 2012; OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015; ESTEVE et al., 2016). A maior participação feminina no mercado de trabalho se mostra diretamente associada à aceleração dos ganhos em escolaridade das mulheres nos últimos anos com relação aos ganhos masculinos (JEJEEBHOY, 1995; SCORZAFAVE; MENEZES-FILHO, 2001; SOARES; IZAKI, 2002; ENGLAND, 2010). O Brasil, por exemplo, observa a reversão dos diferenciais de escolaridade por sexo, com o aumento da escolaridade feminina em passo mais acentuado que o aumento da escolaridade masculina (BELTRÃO; ALVES, 2009; RIBEIRO; SILVA, 2009; ESTEVE; GARCIA-ROMÁN; PERMANYER, 2012). Concomitantemente, aumenta a participação feminina no mercado de trabalho Brasileiro e a importância econômica dos

cônjuges enquanto provedores junto aos chefes de domicílio (SEDLACEK; SANTOS, 1991; CAMARANO, 2014). Essas tendências apontam para um modelo econômico domiciliar não necessariamente especializado por sexo e baseado em contribuições mútuas dos parceiros para o bem estar tanto da união quanto do domicílio (OPPENHEIMER, 1994). Adicionalmente, tais aspectos refletem uma nova realidade de liberdade de escolha do parceiro atrelada ao bem estar dos indivíduos e interesses pessoais que se destaca a partir da segunda metade do século XX no Brasil em contraposição aos casamentos arranjados como forma de criação de vínculos de poder político e econômico entre as famílias, que prevaleceu no país até os primórdios da República (LEVY, 2009).

A própria relação entre as uniões e o comportamento reprodutivo passa a ser repensada frente ao atual contexto socioeconômico. Em especial, os comportamentos de cada parceiro na esfera domiciliar e na esfera pública, principalmente no que tange a questão do tempo despendido no mercado de trabalho e nas atividades domésticas, atuam diretamente sobre o custo social da reprodução (OLIVEIRA, 1989; BECKER, 1993; FOLBRE, 1994; OPPENHEIMER, 1994; ESPING-ANDERSEN, 2009). Os rearranjos dessas relações conjugais e as mudanças na forma como a sociedade percebe e reconhece o matrimônio e as uniões dos últimos anos, por sua vez, impactam nos resultados reprodutivos dos casais a depender de como se dão as suas relações de gênero (MCDONALD, 2000; MYRSKYLÄ; KOHLER; BILLARI, 2011). Entende-se que as estruturas de gênero representam constrangimentos inerentes aos diferentes processos da dinâmica demográfica, principalmente no que tange a reprodução e a formação familiar (OLIVEIRA, 1989; FOLBRE, 1994; ESPING-ANDERSEN, 2009).

Tratando a reprodução humana como fruto das relações entre homens e mulheres, o endereçamento do universo masculino torna-se indissociável da análise da fecundidade conjugal (OLIVEIRA; BILAC; MUSZKAT, 1994; GOLDSCHIEDER; KAUFMAN, 1996; OLIVEIRA, 2007; VAN BAVEL, 2017; NITSCHKE et al., 2018). A compreensão da natureza do comportamento reprodutivo, assim como a previsão das futuras tendências perpassam pela abordagem do homem enquanto ator no comportamento reprodutivo (GOLDSCHIEDER; KAUFMAN, 1996; NITSCHKE et al., 2018). Ademais, a interação entre as relações de gênero e fecundidade torna-se essencial para a compreensão das mudanças no comportamento reprodutivo que resultaram num contexto de fecundidade em nível de reposição no Brasil e em diversas partes do mundo (MCDONALD, 2000; MYRSKYLÄ; KOHLER; BILLARI, 2011).

Sendo assim, a presente seção discute a importância de compreender a reprodução populacional sob a perspectiva do casal como um todo e não somente a partir da população

feminina no Brasil. Entende-se ainda que o comportamento reprodutivo do casal é reflexo dos aspectos do processo de seleção de parceiros, a partir de características socioeconômicas e dos constrangimentos relativos às relações de gênero na esfera domiciliar.

1.3.1 Seletividade conjugal e educação: tendências do Brasil

Os padrões de seletividade conjugal exibidos por uma determinada população estão diretamente associados ao grau de heterogeneidade das características socioeconômicas dos seus indivíduos (BLAU; SCHWARTZ, 1997). Portanto, as oportunidades de união com pessoas de um determinado grupo dependem da composição do mercado conjugal e do tamanho dos grupos sociais (KALMIJN, 1998). Nesse aspecto, a educação é uma das características mais abordadas pelos demógrafos na análise dos mercados conjugais pela importância que ela exerce na definição do curso de vida dos indivíduos, pois representa uma medida de capital humano acumulada, que não se esvai ao longo do tempo (WARREN, 1966; MARE, 1991; KALMIJN, 1998; ESTEVE; MCCAA, 2007; ESTEVE; GARCIA-ROMÁN; PERMANYER, 2012; ESTEVE et al., 2016).

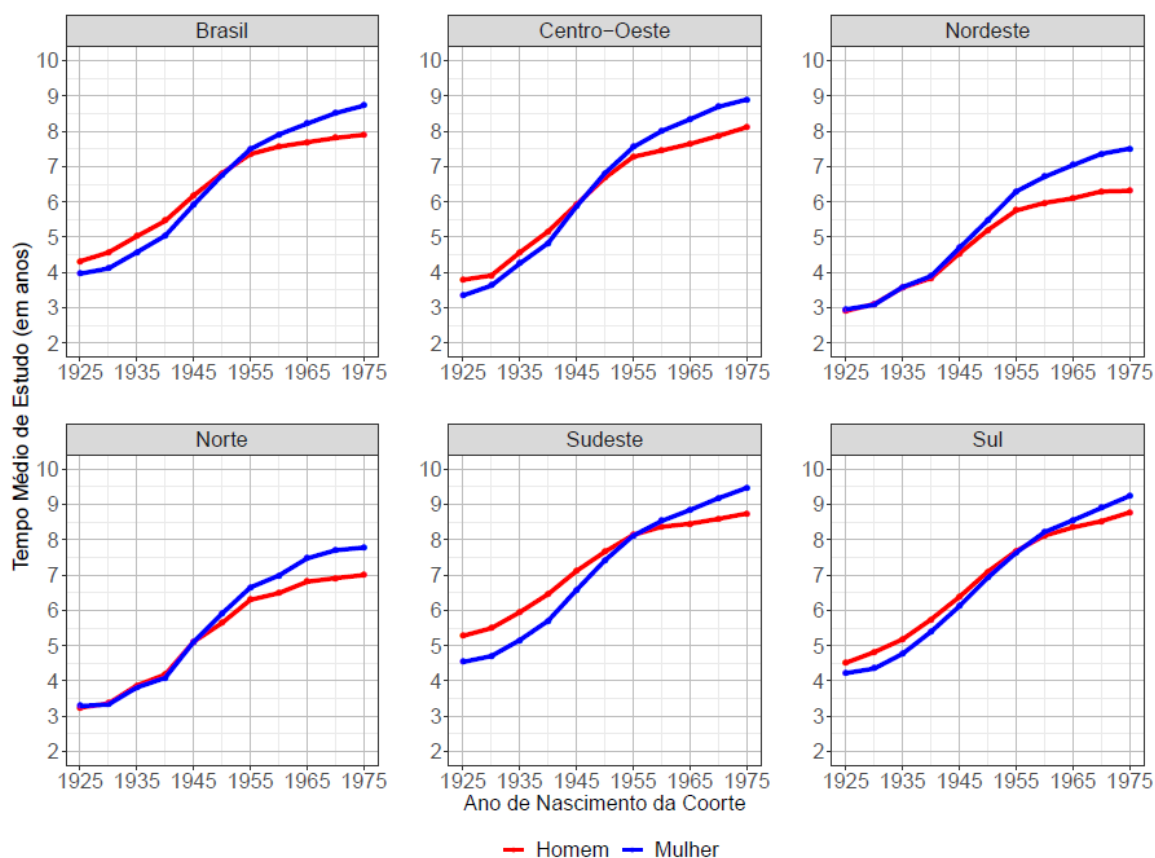
A educação atua na organização dos mercados conjugais, pelo lado composicional, e na determinação dos padrões de seletividade das uniões, pois molda aspectos relativos a aspirações e a objetivos profissionais, bem como questões de valores e estilo de vida (WARREN, 1966; MARE, 1991). A escola, assim como o mercado de trabalho ou a vizinhança do bairro, propicia o contato e a proximidade – elementos básicos para a formação de uniões – entre pessoas de determinadas características em um momento da vida em que elas estariam mais propensas a estabelecer laços afetivos de união (WARREN, 1966; ECKLAND, 1968). Portanto, a cultura do sistema de ensino formal é uma das principais responsáveis pela não aleatoriedade do processo de formação de uniões. Em geral, as uniões ocorrem entre pessoas com nível de escolaridade semelhante (homogâmicas), especialmente por conta da homogeneidade educacional das classes escolares (MARE, 1991) e também pelo compartilhamento de valores e ideais entre pessoas que tiveram a mesma formação (ECKLAND, 1968; KALMIJN, 1998). As universidades, por exemplo, constituem-se como um dos mercados conjugais mais homogâmicos, pois seus pares se constituem de indivíduos que conviveram por um longo período no sistema de ensino (MARE, 1991).

Conforme tratado anteriormente, o século XX foi um período de grandes transformações no sistema de ensino do Brasil, modificando substantivamente a composição educacional da população Brasileira, sobretudo da porção feminina (GODINHO et al., 2006; FÍGOLI, 2006; BELTRÃO; ALVES, 2009). Antes isoladas do sistema educacional nas escolas

normais e no magistério (AZEVEDO; FERREIRA, 2006; GODINHO et al., 2006), as mulheres experimentaram um vertiginoso aumento de escolaridade a partir da década de 1930, notadamente no período de 1970 a 2000, concomitante à ampliação do seu contingente no mercado de trabalho (SCORZAFAVE; MENEZES-FILHO, 2001; SOARES; IZAKI, 2002; FÍGOLI, 2006; COSTA, 2007; CAMARANO, 2014). O maior acesso ao ensino formal, notadamente em nível básico, culminou nas maiores taxas de matrícula feminina observadas a partir da década de 2000, sobretudo nos níveis médio e superior (GODINHO et al., 2006).

Na Figura 3, apresentam-se a média de anos de estudo por sexo e por coorte de nascimento de homens e mulheres, evidenciando a inversão do hiato educacional entre os sexos. Nota-se que a partir da coorte de pessoas nascidas no quinquênio 1950-54, começa a predominar no país o padrão de maior escolaridade feminina. No entanto, as regiões apresentam diferentes comportamentos. Norte e Nordeste, regiões mais afetadas pela concentração de poderio econômico do país, observaram a escolaridade feminina ultrapassar masculina para coortes mais antigas, o que reflete também diferenças regionais de relações de gênero. A baixa demanda por qualificação do mercado de trabalho Brasileiro em localidades que não foram expostas na mesma medida ao processo de industrialização do Sudeste e a força da divisão sexual do trabalho à época, que relegava as mulheres à esfera doméstica – mais compatível com a dedicação ao ensino formal (ITABORAÍ, 2016) – permitiram às regiões Norte e Nordeste uma reversão precoce do hiato educacional de gênero. Os trabalhos de Gonçalves; Perez e Wajnman (2004); Moreira e Cirino (2012) e Barbosa (2014) corroboram com essa hipótese ao mostrar que a presença feminina no mercado de trabalho é menos intensa do que nas demais regiões e mais atrelada ao mercado de trabalho informal.

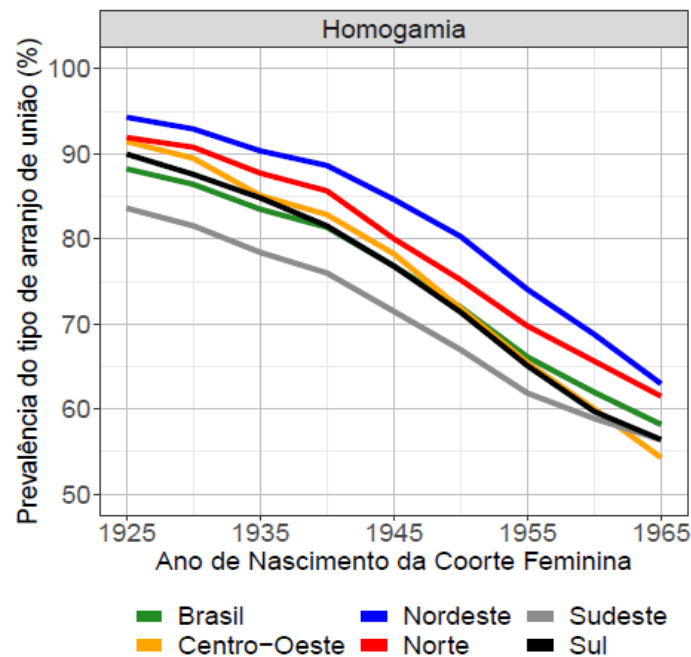
FIGURA 3 – Tempo médio de estudo em anos por coorte de nascimento e região. Coortes nascidas entre 1925 e 1975, em grupos quinquenais de idade



Fonte: IBGE (Censo Demográfico, 2000); Minnesota Population Center (2018).

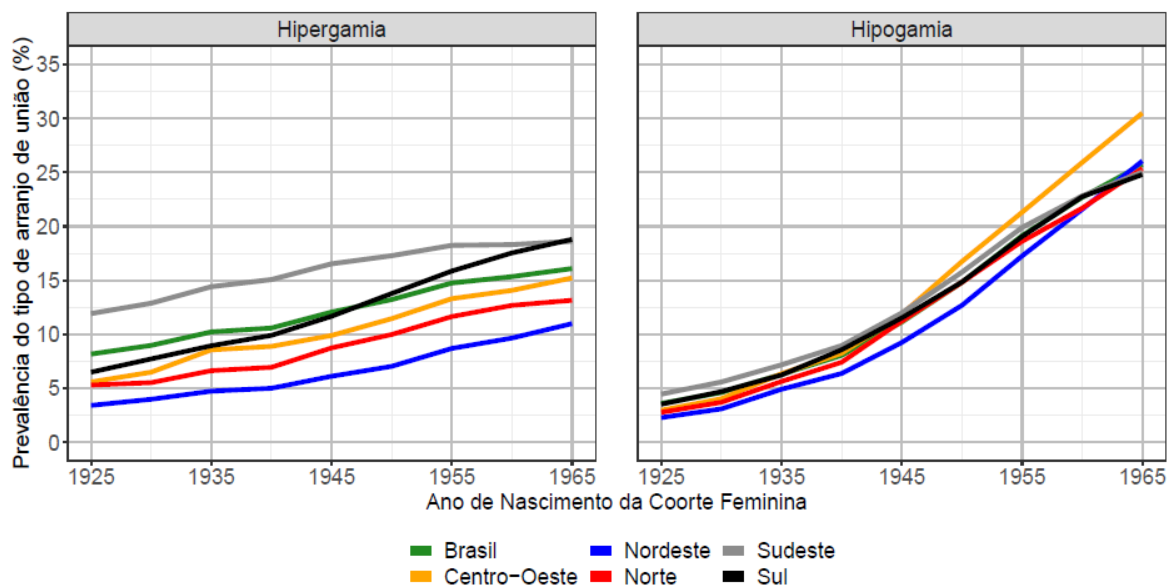
Essa mudança estrutural na composição da população por nível de escolaridade e por sexo impactou diretamente nos padrões de seletividade conjugal do Brasil. Frente ao aumento da escolaridade feminina, a homogamia declinou substancialmente no Brasil (ESTEVE; MCCAA, 2007; RIBEIRO; SILVA, 2009; TORCHE, 2010; ESTEVE; GARCIA-ROMÁN; PERMANYER, 2012; ESTEVE et al., 2016). Ao mesmo tempo, a hipogamia (mulher com escolaridade mais alta que seu parceiro) e a hipergamia (homem com escolaridade maior do que de sua parceira) cresceram, com destaque para o aumento mais acentuado da primeira, reflexo dos ganhos em escolaridade das mulheres no período. As Figuras 4 e 5 apresentam as tendências de prevalência de cada tipo de arranjo por nível de escolaridade do casal para as coortes de nascimento das mulheres. O perfil das mudanças se mostrou o mesmo para o Brasil e suas regiões, notam-se somente diferenças nos níveis de prevalência entre cada região. Claramente, as regiões mais atrasadas na expansão do ensino apresentam maiores índices de homogamia, pois este arranjo, no Brasil, é reflexo do grande volume de uniões entre pessoas com nível de escolaridade baixa (RIBEIRO; SILVA, 2009).

FIGURA 4 – Tendências de Seletividade Conjugal por coorte de nascimento das mulheres para o Brasil e Regiões - Homogamia



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

FIGURA 5 – Tendências de Seletividade Conjugal por coorte de nascimento das mulheres para o Brasil e Regiões - Heterogamia



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

A despeito da mudança composicional do mercado matrimonial Brasileiro, observou-se ainda a queda das barreiras sociais à união entre membros de grupos sociais distintos, com exceção para os indivíduos de escolaridade superior, que se mostraram ainda mais fechados à união com pessoas de menor nível de escolaridade (ESTEVE; MCCA, 2018).

2007; RIBEIRO; SILVA, 2009). Essas barreiras sociais reproduzem principalmente desigualdades na distribuição de renda do país, que por sua vez ampliam o distanciamento físico e social e dificultam a interação dos grupos mais privilegiados socialmente com os demais (TORCHE, 2010).

1.3.2 Desequilíbrios de gênero e papel dos homens da reprodução

Apesar de estarem diretamente envolvidos na reprodução populacional, os homens são constantemente esquecidos pelos demógrafos nos estudos de fecundidade (OLIVEIRA; BILAC; MUSZKAT, 1994; GOLDSCHIEDER; KAUFMAN, 1996; VAN BAVEL, 2017). Principalmente, pelo aspecto limitante da falta de informações a respeito da fecundidade masculina. Eles são, assim como as mulheres, protagonistas das tomadas de decisões no âmbito familiar, seja no planejamento da economia domiciliar ou na escolha reprodutiva do casal (THOMSON, 1997). Essa lacuna se torna ainda mais evidente no atual contexto de mudanças nas relações entre familiares, nas relações de gênero, nos arranjos familiares e nos padrões de seletividade conjugal (BERQUÓ, 1998; ENGLAND, 2010). Portanto, a análise do universo masculino junto à reprodução perpassa também pela compreensão da natureza desigual das relações de poder no domicílio.

As desigualdades econômicas das relações entre gerações e entre homens e mulheres levam as crianças e as mulheres a arcarem com a maior parte dos custos da criação dos filhos (FOLBRE, 1983). Os ganhos em escolaridade ou a participação no mercado de trabalho representariam uma forma de ampliar o poder de barganha feminino frente aos constrangimentos das relações desequilibradas de poder dentro do domicílio, tornando o compartilhamento dos custos sociais da reprodução mais igualitário (FOLBRE, 1983; MCDONALD, 2000).

Os incrementos em escolaridade e o consequente aumento da participação feminina no mercado de trabalho decorrente das novas normas sociais, mudanças de cunho cultural e autonomia reprodutiva (usualmente ilustrada pela disseminação da pílula anticoncepcional, ver Goldin e Katz (2002)), atuaram na ampliação maciça das mulheres na esfera pública e institucional (GOLDIN, 2006; ESPING-ANDERSEN, 2009; ENGLAND, 2010). Esse processo de aumento da participação feminina da esfera pública, inicialmente de participação majoritariamente masculina, caracteriza a primeira fase da chamada Revolução de Gênero descrita por Goldscheider; Bernhardt e Lappegard (2015), reflexo do aumento da demanda do mercado de trabalho por mão de obra qualificada e da redução dos custos sociais da reprodução com a queda da fecundidade. A segunda fase dessa revolução se daria pela

maior participação masculina nas atividades da esfera privada, domiciliar, relativas aos cuidados domésticos e dos filhos (ESPING-ANDERSEN, 2009). Ao final das mudanças estruturais que implicam cada uma dessas duas fases, constataria-se um novo balanço de relações de gênero familiares com maior comprometimento individual com seu parceiro ou parceira e com a própria família. Ou seja, os constrangimentos à reprodução feminina se reduziriam, possibilitando a recuperação da fecundidade em locais em que esta se estabeleceu em níveis mais reduzidos (MYRSKYLÄ; KOHLER; BILLARI, 2011; GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGARD, 2015).

No entanto, nem a participação na esfera pública e tampouco o aumento da escolaridade culminaram em melhorias na divisão sexual do trabalho (ENGLAND, 2010). Pelo contrário, no Brasil por exemplo, a participação no mercado de trabalho incorre na dupla jornada para as mulheres, principalmente nas classes sociais menos abastadas que não possuem poderio financeiro para recorrer ao mercado de atividades domésticas e de cuidado (COSTA, 2007; GUEDES, 2015; ITABORAÍ, 2016). Esses constrangimentos resultam em diferentes estratégias para conciliação do trabalho remunerado com as atividades de reprodução social (cuidado dos filhos e do domicílio), como: 1) a opção pelo regime parcial de trabalho, que contribui para a manutenção do padrão de inserção feminina em postos de trabalho menos valorizados e remunerados (ENGLAND, 2010; GUEDES, 2015), 2) abandono do mercado de trabalho (COSTA, 2007; TEIXEIRA, 2014) e 3) o controle reprodutivo, restringindo o tamanho da prole como forma de se adaptar à realidade financeira e de tempo (OLIVEIRA, 1989).

Os diferenciais de participação nas atividades de cuidado e de afazeres domésticos se fazem presentes independentemente do nível de escolaridade dos parceiros. As mulheres sempre despendem mais tempo para tais atividades do que os homens (ITABORAÍ, 2016). Entre os níveis de escolaridade, no entanto, verificam-se diferenças que podem dar subsídios para a compreensão de futuras tendências reprodutivas a partir da mudança na composição educacional da população. As mulheres de maior nível de escolaridade dedicam menos tempo para as atividades domésticas, seja por conta do acesso ao mercado de serviços domésticos, facilitado pela sua posição social mais privilegiada, ou por conta da falta de tempo em decorrência da sua participação no mercado de trabalho. Em contrapartida, homens de maior nível de escolaridade dedicam mais tempo às atividades domésticas do que os demais. Portanto, "aumentos na escolaridade da população e na frequência de trabalho feminino tendem a ajudar a reduzir os diferenciais por gênero na dedicação ao trabalho doméstico" (ITABORAÍ, 2016, p. 120). Ainda assim, essa dedicação às atividades domésticas por parte

dos parceiros não se dá em todas as esferas de atribuições, restringindo-se a atividades específicas como limpeza da casa e alguns auxílios com o cuidado dos filhos, mas em geral, a criação de fato dos filhos e as atividades relativas ao cuidado ficam restritas às mulheres (OLIVEIRA, 2007).

Em suma, os constrangimentos da divisão sexual do trabalho ao comportamento reprodutivo e os diferenciais de escolaridade na dedicação às atividades domésticas e de cuidado entre homens e mulheres são elementos primordiais para a compreensão das tendências recentes da fecundidade Brasileira. Entende-se que a interação das características dos dois atores reprodutivos incorre em diferentes estratégias de atuação no mercado de trabalho, de divisão de tarefas e tomada de decisões e afeta, portanto, o resultado reprodutivo do casal. Em um contexto de mudanças nas relações e papéis de gênero e de diversificação dos padrões de seletividade conjugal, considerar a característica de um dos parceiros não é suficiente para interpretar o comportamento reprodutivo (NITSCHKE et al., 2018).

Considerações finais: proposta de análise por coortes

As mudanças socioeconômicas que se dão no Brasil a partir de 1930 com a intensificação dos processos de industrialização, o advento dos grandes centros urbanos e a expansão dos investimentos da área de educação resultaram numa diversidade de transformações sociodemográficas que trazem impactos até os tempos atuais (ROMANELLI, 1986; WOOD; CARVALHO, 1988; WONG; CARVALHO, 2006). O avanço do sistema educacional Brasileiro, por sua vez, além de provocar mudanças de efeito composicional sobre a fecundidade (RIOS-NETO; MIRANDA-RIBEIRO; MIRANDA-RIBEIRO, 2018), trouxe à tona transformações nos padrões de seletividade conjugal do país (ESTEVE; MCCAA, 2007; RIBEIRO; SILVA, 2009; ESTEVE et al., 2016). A expansão da escolaridade e a ampliação do acesso feminino à esfera pública abriram espaço para transformações nas relações de gênero com um aumento da autonomia feminina tanto no aspecto econômico quanto no aspecto reprodutivo (MALUF; MOTT, 1998; BERQUÓ, 1998; ITABORAÍ, 2015). Ainda assim, o processo de ampliação do equilíbrio das relações de gênero se coloca de forma mais intensa na esfera pública-institucional, constatando-se poucas mudanças na esfera de decisões domiciliares, principalmente em algumas regiões específicas, como a América Latina, e privilegiam de sobremaneira os grupos mais abastados e de mulheres mais escolarizadas, que conseguem fazer frente a um modelo patriarcal ainda dominante (COVRE-SUSSAI et al., 2013).

Todas essas novas particularidades que emergem da nova realidade da fecundidade

Brasileira abaixo do regime de reposição populacional representam um desafio a mais para os estudos demográficos e para as políticas públicas, sobretudo num cenário que se acerca do envelhecimento populacional (CARVALHO; GARCIA, 2003; WONG; CARVALHO, 2006; CAMARANO, 2014). Somada à queda da fecundidade, a desigualdade estrutural do Brasil se reflete nos diferentes perfis transições de fecundidade e de aumento do nível de escolaridade médio que se observam no país. Assim, a abordagem da transição da fecundidade no Brasil, de modo a compreender os atuais níveis que se apresentam, busca alternativas que consigam inserir outras formas de análise sob perspectivas que enderecem questões de gênero e de curso de vida (MCDONALD, 2000; SOBOTKA, 2004). Nesse aspecto, a inserção do comportamento masculino na reprodução ganha relevância frente às relações de poder envolvidas nas tomadas de decisão entre parceiros (NITSCHKE et al., 2018).

Uma forma de endereçar a questão é trabalhar a partir de uma abordagem de coorte, observando como cada grupo social se comporta sob a perspectiva geracional. Cada coorte apresenta comportamento distinto entre seus pares de diferentes estratos sociais e entre as coortes adjacentes a depender do cenário socioeconômico, cultural, político e demográfico ao qual esteja exposta (RYDER, 1965). Essa estratégia endereça a própria evolução das coortes no tempo, pois conforme as coortes mais jovens se desenvolvem e progridem em termos de escolaridade e participação feminina no mercado de trabalho, elas tendem a adotar comportamentos mais igualitários na esfera das relações de gênero (PAMPEL, 2011; GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGARD, 2015).

CAPÍTULO 2 – DADOS E MÉTODOS

Neste capítulo serão apresentados as fontes de dados e os métodos adotados para analisar a Transição da Fecundidade Conjugal Brasileira sob uma perspectiva de coorte. Primeiramente, discute-se a proposta da abordagem de coorte, destacando suas vantagens e desvantagens com relação às medidas de período. Na segunda seção, apresentam-se as fontes de dados utilizadas, bem como as variáveis adotadas para a análise. Na terceira seção, apresenta-se a metodologia utilizada para a estimativa da fecundidade de coorte para os pareamentos educacionais. Na quarta seção, apresenta-se uma breve discussão sobre a qualidade das informações utilizadas. A quinta seção expõe as duas estratégias metodológicas utilizadas para atender aos objetivos da pesquisa. Por fim, a sexta seção apresenta as limitações metodológicas do trabalho.

2.1 Análise de coorte vs análise de período

Antes de apresentar propriamente as fontes de dados e as variáveis utilizadas, convém discutir as diferenças entre as abordagens e os cálculos da fecundidade de coorte e de período. Deve-se ter em mente que a escolha entre as abordagens depende do foco do estudo que se pretende desenvolver. Nesse caso, a análise de coorte leva vantagem em discussões de curso de vida e mudanças geracionais. No entanto, se a coorte acompanhada não está no estágio do curso de vida que se pretende analisar, a análise de período representa uma forma de estimativa do comportamento observado e uma alternativa para a previsão do comportamento reprodutivo futuro (NÍ BHROLCHÁIN, 2011).

As taxas de fecundidade de período consideram as taxas específicas de fecundidade de diferentes coortes num dado momento do tempo para estimar o número médio de filhos por mulher. Por outro lado, as taxas de fecundidade de coorte dizem respeito às mulheres que já finalizaram o seu comportamento reprodutivo. Ou seja, as medidas de período não levam em conta as possíveis distorções entre os diferentes grupos etários do período considerado – o chamado efeito *tempo*, fruto de mudanças no padrão etário da fecundidade (BONGAARTS; FEENEY, 1998).

Matematicamente, as medidas de coorte e de período apresentam diferenças fundamentais em sua forma de cálculo. A taxa de fecundidade total, de período, também é conhecida como taxa de fecundidade corrente por se tratar de uma medida transversal. Nesse aspecto, essa medida representa o comportamento reprodutivo de uma coorte sintética, construída pela sobreposição de diversas coortes de nascimento. O cálculo da taxa de

fecundidade corrente de um determinado período t (TFT^t) se dá então pela fórmula 2.1. Sendo NV_x^t , o número de nascidos vivos de mulheres na idade x no período t e $PFem_x^t$, a população feminina exposta à maternidade na idade x no período t . Convenciona-se utilizar valores de idade entre 15 e 49, intervalo considerado como o período reprodutivo feminino. Em geral, calcula-se a fecundidade corrente para um período de um ano, ou seja, consideram-se os somente os filhos nascidos nos últimos doze meses.

$$TFT^t = \sum_{x=15}^{49} \frac{NV_x^t}{PFem_x^t} \quad (2.1)$$

A taxa de fecundidade de coorte, por sua vez, é uma medida acumulada das experiências reprodutivas ao longo do curso de vida. Dessa forma, pode ser calculada de diversas maneiras. Primeiramente, pode ser feito um acompanhamento longitudinal da coorte, somando os nascimentos de cada grupo de mulheres até um limite de idade considerado como o fim do período fértil. Ou, caso não se disponha de dados longitudinais, pode-se fazer uma média do número total de filhos tidos nascidos vivos por cada coorte feminina ao final do seu período reprodutivo. Esta última abordagem é representada na equação 2.2, onde a taxa de fecundidade da coorte c (TFC^c) é obtida pela divisão do número total de filhos tidos nascidos vivos pelas mulheres da coorte c ($FTNV^c$) pela população total de mulheres da coorte de nascimento c ($PFem^c$).

$$TFC^c = \frac{FTNV^c}{PFem^c} \quad (2.2)$$

O grande objetivo das análises de fecundidade em demografia é investigar o comportamento das coortes. Todavia, a necessidade de informações reprodutivas completas - após o término do período reprodutivo - justificam a importância dos estudos e análises de período para a fecundidade (NI BHROLCHAIN, 1992). Ainda assim, o uso dessas medidas de período deve ser feito com precaução, pois são bastante sensíveis às mudanças no tempo dos comportamentos das coortes. O contexto da postergação da maternidade e a análise de resultados de políticas públicas na fecundidade são casos em que o uso das medidas de período podem oferecer resultados inflados ou depreciados em resposta a efeitos de cunho temporal, como o adiamento ou adiantamento do comportamento reprodutivo ou a progressão mais

rápida entre o número de filhos (SOBOTKA, 2004; SOBOTKA; LUTZ, 2010). Aditivamente, a simultaneidade entre efeitos temporais no comportamento reprodutivo das coortes e o processo de queda da fecundidade em si torna difícil diferenciar os efeitos *tempo* e *quantum* (nível) nas medidas de período. Dessa forma, recomenda-se o uso da análise de coorte quando se pretende estudar mudanças de longo prazo na fecundidade com relação aos efeitos de adiamento ou de queda no nível (SOBOTKA et al., 2012). Essa abordagem tem ainda a vantagem de não requisitar manipulações estatísticas ou correções de deslocamento necessárias à análise de período (BONGAARTS; FEENEY, 1998; SOBOTKA et al., 2012). No caso Brasileiro, em específico, as análises de período, sobretudo de censos mais antigos de tempos em que o país reportava fecundidades em nível mais elevado, requerem ainda correções de nível por conta dos sub-registros de nascimento, usualmente feitas a partir de métodos indiretos como o Método PF de Brass ou o Modelo Relacional Sintético de Gompertz (CAVENAGHI; ALVES, 2016; LIMA; QUEIROZ; ZEMAN, 2018). Ademais, a análise de coorte respeita o desenrolar do curso de vida, tratando os eventos ao longo da vida do indivíduo de uma coorte como sendo dependentes entre si. Nesse aspecto, cada coorte apresenta experiências de formação social, cultural e ideacionais específicos e relevantes para a compreensão das suas tendências demográficas (RYDER, 1965; LESTHAEGHE; SURKYN, 1988).

No caso desta pesquisa, a perspectiva de coorte se mostra vantajosa sob quatro aspectos. Primeiramente, essa alternativa contorna as distorções do efeito de postergação da maternidade que começa a se evidenciar no Brasil a partir do decênio 2000/2010 (RIOS-NETO; MIRANDA-RIBEIRO; MIRANDA-RIBEIRO, 2018) e que pode resultar na depreciação das estimativas de fecundidade corrente mais recentes. Em segundo lugar, a abordagem de coorte a partir da escolaridade leva em consideração as diferentes formações das coortes nas distintas fases da expansão do sistema de ensino Brasileiro que estas experimentaram ao longo do seu curso de vida. Terceiro, a escolaridade diz respeito ao capital humano do indivíduo, resultado de um acúmulo de experiências e conhecimento ao longo do seu curso de vida, e não se modifica profundamente com o tempo após atingir a idade adulta, diferente de emprego, renda e status familiar, medidas relativas ao período da vida (bem como ao contexto socioeconômico em que se insere) em que esse se encontra (PAMPEL, 2011). Por fim, a influência do parceiro na fecundidade, tratada aqui também sob a perspectiva da sua formação escolar, se dá ao longo da vida em união do casal e pode incorrer em impactos no resultado reprodutivo final deste.

2.2 Fontes de dados e variáveis

2.2.1 Fontes de dados

Este trabalho utiliza como fontes de dados os Censos Brasileiros de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 realizados pelo IBGE e coletados do projeto *IPUMS – International*. O projeto *IPUMS – Integrated Public Use Microdata Series* – é uma parceria entre a Universidade de Minnesota e os Institutos Nacionais de Estatística de diversos países, dentre os quais o IBGE do Brasil, com o objetivo de disponibilizar os microdados das pesquisas censitárias e *surveys* nacionais para fins educacionais e acadêmicos (MINNESOTA POPULATION CENTER, 2018). Os dados das variáveis do IPUMS se encontram harmonizados no tempo e no espaço, tornando possível a comparação entre diferentes anos censitários e localidades sem a necessidade de compatibilização, sendo esta a grande vantagem de se coletar os microdados censitários do Brasil deste projeto (ESTEVE; SOBEK, 2003; MINNESOTA POPULATION CENTER, 2018).

2.2.2 Variáveis

A partir das informações e variáveis disponíveis no IPUMS, é possível verificar as características socioeconômicas dos indivíduos que compartilham um mesmo domicílio. Para a presente pesquisa, faz-se necessário identificar as informações de escolaridade e número de filhos tidos dos chefes de domicílio e de seus respectivos cônjuges, bem como de outros membros da família que sejam também unidos e morem no mesmo domicílio. A identificação dos domicílios, dos indivíduos e das relações entre eles é feita a partir das seguintes variáveis: número de série do domicílio, status conjugal (casamento formal ou união consensual), relação com o responsável pelo domicílio. Com base nessas variáveis, é possível parear as informações de idade, nível de escolaridade alcançado, número de filhos tidos nascidos vivos (para as mulheres) e características socioeconômicas em geral entre homens e mulheres casados ou unidos.

As uniões são identificadas pelas variáveis Status Conjugal e Relação com o Responsável pelo Domicílio. A escolha por analisar tanto uniões formais quanto uniões consensuais se deu pelo fato de que no Brasil, e na América Latina de modo geral, a coabitação tem se difundido amplamente entre as diversas camadas sociais e apresenta um importante impacto nos níveis de fecundidade observados (ESTEVE; LESTHAEGHE; LÓPEZ-GAY, 2012; LAPLANTE et al., 2015; VIEIRA, 2016). Por mais que as diferentes características socioeconômicas entre casais unidos consensualmente e os casais unidos formalmente apresentem reflexos na idade à união (VIEIRA; ALVES, 2016) e nos níveis de

fecundidade de cada um (VIEIRA, 2016), essas duas tipologias de união não apresentaram ao longo do tempo grandes diferenciais de seletividade conjugal no Brasil (ESTEVE; MCCA, 2007).

Optou-se por utilizar da informação de escolaridade estratificada em quatro níveis de escolaridade alcançada disponibilizadas na base de dados do IPUMS, sendo elas: 1) Menos que o Primário Completo, 2) Primário Completo (equivalente no Brasil ao Ensino Fundamental Completo), 3) Secundário Completo (equivalente no Brasil ao Ensino Médio Completo) e 4) Terciário Completo (equivalente no Brasil ao Ensino Superior Completo) (MINNESOTA POPULATION CENTER, 2018). Pessoas com escolaridade em um determinado nível incompleto estão contidas nos grupos de escolaridade imediatamente inferiores, por exemplo, indivíduos com escolaridade igual ao Secundário Incompleto são considerados como parte do grupo de escolaridade com Primário Completo e indivíduos com ensino Primário Incompleto pertencem ao grupo com nível de escolaridade Menos que o Primário Completo.

Utilizando da idade da mulher e do ano censitário é possível calcular o seu ano de nascimento e assim observar as tendências de coorte. Restringiu-se a idade feminina para a faixa entre 40 e 69 anos e a idade masculina para a faixa de 35 a 79 anos. Considera-se que a partir dos 40 anos as mulheres já teriam finalizado ou estariam em vias de finalizar seu comportamento reprodutivo. Dispondo desses dois limites de idade e dos cinco anos censitários coletados (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010), pode-se reconstruir a fecundidade de coortes de mulheres nascidas entre e 1891 e 1970. Essa faixa de coorte, no entanto, é reconsiderada por conta da qualidade das informações das coortes mais velhas. Nas próximas seções esse tópico é discutido mais detalhadamente acompanhado de propostas para contornar possíveis inconsistências nas estimativas. Com relação ao intervalo etário escolhido para os homens, optou-se por ampliar o número de observações nos dois sentidos, ainda que as uniões apresentem um padrão marcado por parceiros de idade superior às suas respectivas cônjuges. Como a declaração do número de filhos tidos é informação feminina, adotou-se uma idade limite superior dez anos maior do que o limite de idade escolhido para as mulheres.

A partir dessas considerações, foram construídos bancos de dados para cada censo contendo as informações reprodutivas e de escolaridade dos casais que coabitavam um mesmo domicílio. A Tabela 1 apresenta o tamanho da amostra de casais com características retiradas de cada censo demográfico.

TABELA 1 – Número total de casais na amostra para cada ano censitário com informações consideradas para as estimativas de fecundidade. Casais compostos por mulheres na faixa etária de 40 a 69 anos e homens entre 35 e 79 anos

Ano Censitário	Número de casais na amostra
1970	275388
1980	369399
1991	579340
2000	780295
2010	892863

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

Todas as estimativas foram realizadas utilizando o *software* R versão 3.4.4. Foram considerados os pesos amostrais dos domicílios para os cálculos das informações apresentadas, através do pacote *survey*.

2.3 Reconstrução da Fecundidade de Coorte por tipo de Pareamento Educacional

Partindo das considerações feitas, pode-se reconstruir o comportamento reprodutivo das coortes de mulheres unidas pelo compute dos níveis de fecundidade de coorte, equivalente à média de filhos tidos nascidos vivos por mulher de uma determinada coorte de nascimento (2.3).

$$TFC_{M,H}^t = \frac{FTNV_{M,H}^t}{TM_{M,H}^t} \quad (2.3)$$

- $TFC_{M,H}^t$: Taxa de Fecundidade da Coorte de mulheres nascidas no ano t, com nível de escolaridade M e em união com parceiros de nível de escolaridade H.
- $FTNV_{M,H}^t$: Filhos tidos nascidos vivos de mulheres nascidas no ano t, com nível de escolaridade M e em união com parceiros de nível de escolaridade H.
- $TM_{M,H}^t$: Total de mulheres nascidas no ano t, com nível de escolaridade M e em união

com parceiros de nível de escolaridade H.

Com os resultados em mãos, podem ser analisados os diferenciais de escolaridade masculina e feminina na fecundidade para as diferentes coortes de nascimento das mulheres.

2.4 Qualidade dos dados

Tendo em vista a reconstrução do comportamento reprodutivo por coorte feminina e pareamento de escolaridade é importante averiguar a qualidade das informações que permitem essa estimativa. Assim, interessa saber o impacto dos valores faltantes ou desconhecidos das variáveis de filhos tidos, nível de escolaridade e *status* conjugal nas amostras de cada censo. Levando em conta ainda a proposta de uso dos censos de forma agregada para reconstrução das coortes, a continuidade das informações reprodutivas por censo e nível de escolaridade devem também ser checadas.

2.4.1 Informações Faltantes

Verificando inicialmente o impacto dos valores desconhecidos, a Tabela 2 mostra que este é bastante reduzido⁶. As informações de escolaridade e *status* conjugal, mesmo nos censos mais antigos eram menos susceptíveis ao problema de dados faltantes. Mesmo com relação aos valores desconhecidos de filhos tidos, somente o ano de 1991 apresentou uma proporção desconhecida superior ao patamar de 3%. Portanto, o problema da falta de informações em específico não incorre em grandes perturbações nas estimativas.

TABELA 2 – Proporção de valores desconhecidos para as variáveis de filhos tidos nascidos vivos, *status* conjugal e nível de escolaridade. Casais compostos por mulheres na faixa etária de 40 a 69 anos e homens entre 35 e 79 anos

Ano Censitário	Filhos tidos	Status Conjugal	Nível de Escolaridade
1970	2,86%	0,15%	0,06%
1980	2,04%	1,36%	0,08%
1991	6,25%	0,77%	0,00%
2000*	0,00%	0,00%	0,00%
2010*	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010), Minnesota Population Center (2018).

⁶ Os censos de 2000 e 2010 apresentaram 0% de informações faltantes por conta das imputações aplicadas pelo IBGE.

2.4.2 Qualidade das Informações Reprodutivas

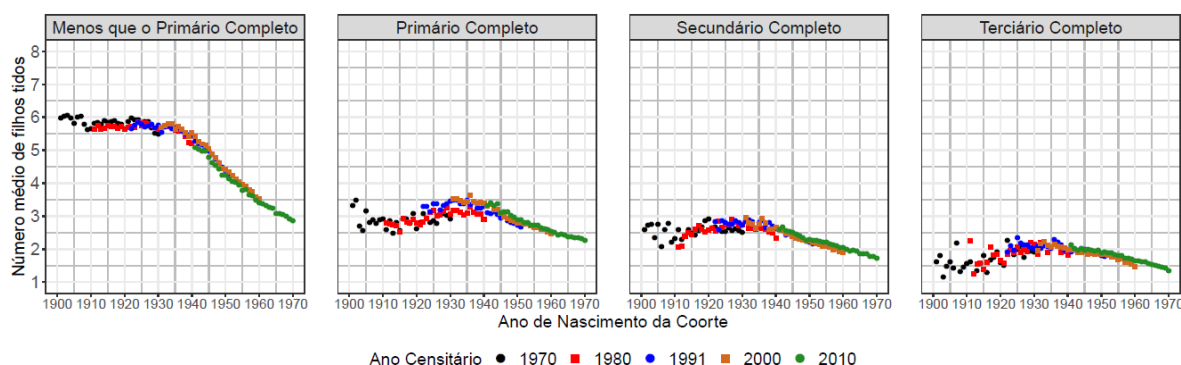
A informação de filhos tidos nascidos vivos usualmente apresenta problemas relacionados à falha de memória das mulheres mais velhas (BRASS et al., 1968). A restrição da idade superior considerada para a reconstrução das coortes em 69 anos é uma estratégia para minimizar o impacto desse fator nas estimativas.

Outro aspecto a se levar em conta na avaliação da qualidade das informações se trata das declarações de parturições improváveis. Frente a esses prováveis casos, assume-se que uma mulher pode ter no máximo um filho nascido vivo a cada 18 meses a partir dos 12 anos de idade (MOULTRIE et al., 2013); quando o número de filhos declarados excede essa regra, considerou-se o número máximo esperado para a respectiva idade.

2.4.3 Continuidade das informações reprodutivas entre os Censos Demográficos

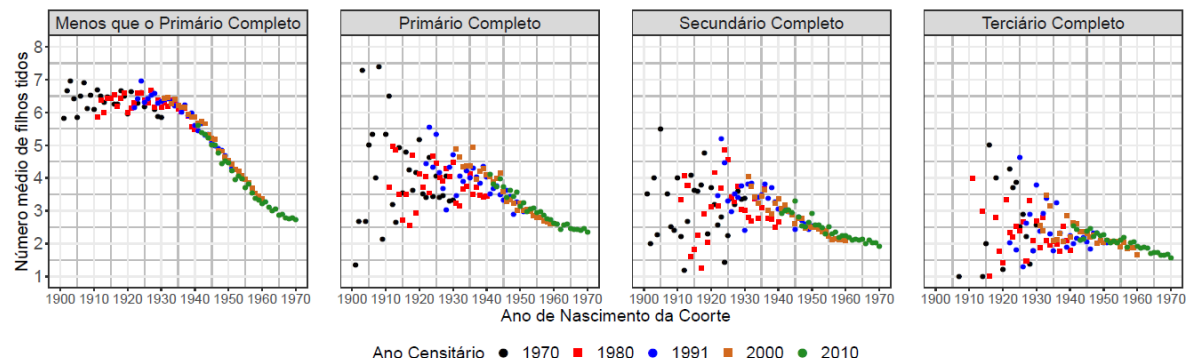
Nas Figuras 6 a 11 apresentam-se os históricos de fecundidade das coortes femininas nascidas entre 1900 e 1970 por nível de escolaridade a partir das informações de cada censo. A sobreposição das estimativas entre os diferentes censos representa um atestado e qualidade das estimativas computadas. Nessas figuras é evidente o impacto gerado pela composição por nível de escolaridade nas estimativas para o país e por região. Este é particularmente mais evidente nos Estados que apresentam um maior atraso na expansão do ensino, notadamente, Norte (Figura 9) e Nordeste (Figura 8). Esse efeito é ainda maior para as coortes mais velhas, por conta do reduzido número de pessoas com alguma escolaridade no período pré-1920.

FIGURA 6 – Avaliação dos dados de fecundidade de coorte por nível de escolaridade feminina. Histórico da fecundidade de coorte de mulheres nascidas entre 1900 e 1970 reconstruído por censo demográfico para mulheres com comportamento reprodutivo finalizado de todas as Regiões do Brasil



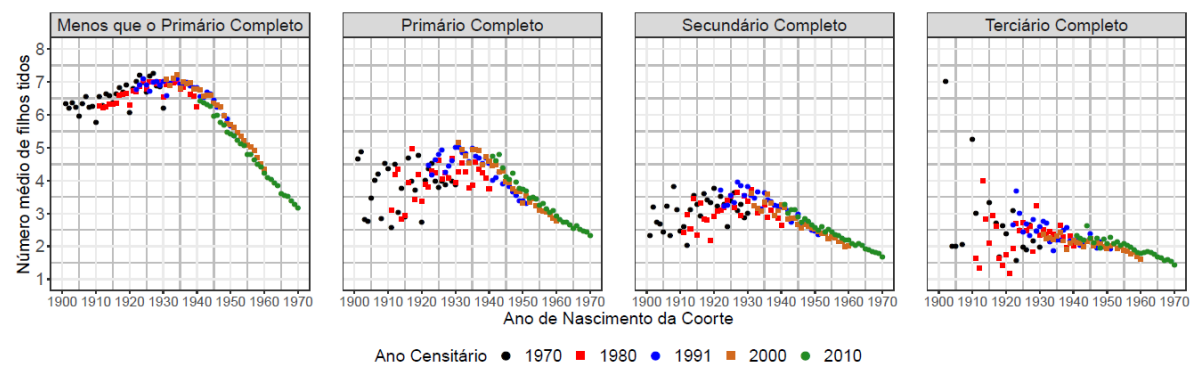
Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

FIGURA 7 – Avaliação dos dados de fecundidade de coorte por nível de escolaridade feminina. Histórico da fecundidade de coorte de mulheres nascidas entre 1900 e 1970 reconstruído por censo demográfico para mulheres com comportamento reprodutivo finalizado da Região Centro-Oeste



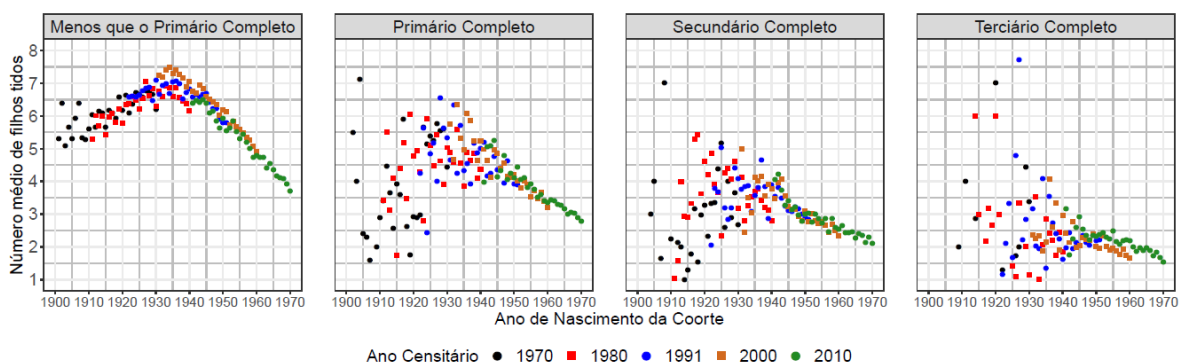
Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

FIGURA 8 – Avaliação dos dados de fecundidade de coorte por nível de escolaridade feminina. Histórico da fecundidade de coorte de mulheres nascidas entre 1900 e 1970 reconstruído por censo demográfico para mulheres com comportamento reprodutivo finalizado da Região Nordeste



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

FIGURA 9 – Avaliação dos dados de fecundidade de coorte por nível de escolaridade feminina. Histórico da fecundidade de coorte de mulheres nascidas entre 1900 e 1970 reconstruído por censo demográfico para mulheres com comportamento reprodutivo finalizado da Região Norte



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

FIGURA 10 – Avaliação dos dados de fecundidade de coorte por nível de escolaridade feminina. Histórico da fecundidade de coorte de mulheres nascidas entre 1900 e 1970 reconstruído por Censo Demográfico para mulheres com comportamento reprodutivo finalizado da Região Sudeste

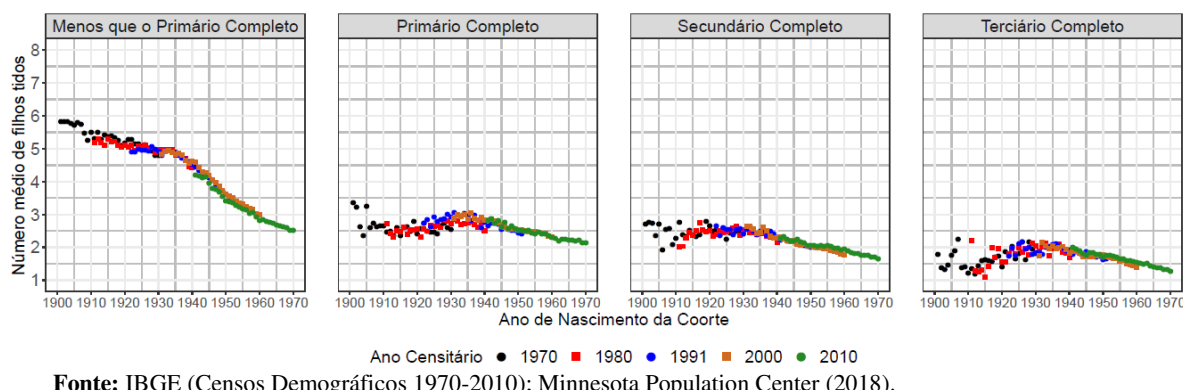
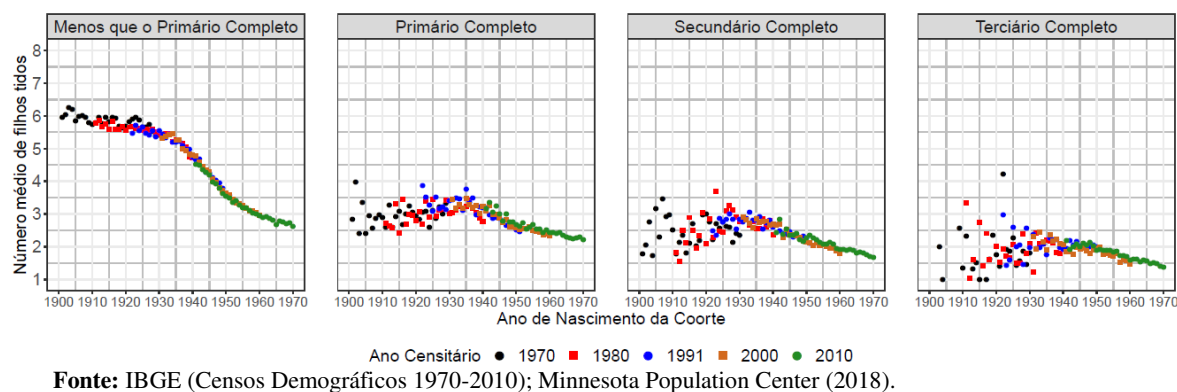


FIGURA 11 – Avaliação dos dados de fecundidade de coorte por nível de escolaridade feminina. Histórico da fecundidade de coorte de mulheres nascidas entre 1900 e 1970 reconstruído por censo demográfico para mulheres com comportamento reprodutivo finalizado da Região Sul



Outro importante aspecto observado nos gráficos é relativo aos diferenciais de nível reprodutivo entre os censos. Estes são reflexo da sobre-mortalidade de grupos sociais menos abastados, que incorre nas diferenças de nível das estimativas entre os censos (LAM; SEDLACEK; DURYEA, 1992). No caso, a reconstrução dos níveis de fecundidade de coortes femininas de censos mais recentes apresentam estimativas mais baixas, pois a mortalidade feminina de grupos sociais menos favorecidos, que em geral apresentam uma prole mais elevada, é maior do que a mortalidade de grupos sociais com menor número médio de filhos tidos (WOOD; CARVALHO, 1988). Esses diferenciais de mortalidade entre grupos sociais tem efeito ainda sobre os elevados números da mortalidade materna observados no Brasil, sobretudo nas décadas em que a fecundidade ainda não havia se estabelecido em patamares baixos (SIQUEIRA et al., 1984). Portanto, as estimativas de fecundidade de coorte tendem a ser sub-estimadas, sobretudo, para as coortes mais velhas por conta da seletividade da mortalidade e da sub-declaração de filhos tidos (VAN BAVEL et al., 2018).

2.5 Estratégias metodológicas de análise

Tendo em vista os pontos metodológicos levantados nesse capítulo, apresentam-se duas estratégias de análise para ir de encontro aos objetivos do trabalho. As duas estratégias utilizam os cinco censos dos quais se dispõem de modo a otimizar a cobertura das coortes e suavizar as estimativas, tendo em vista o reduzido número de observações para alguns casos específicos (VAN BAVEL et al., 2018).

2.5.1 Análise da série histórica do comportamento reprodutivo de coorte

Primeiramente, a reconstrução da fecundidade conjugal para coortes femininas nascidas antes do período de expansão do ensino formal do país deve levar em conta a qualidade das informações de que se dispõem. Observar como o comportamento reprodutivo das coortes femininas se dá ao longo do tempo de acordo com o seu nível de escolaridade e com o nível de escolaridade do parceiro requer, portanto, alguns agrupamentos de coortes e de grupos de escolaridade para que os resultados sejam apresentados de forma suavizada e para que possíveis impactos de inconsistências sejam minimizados.

Dessa maneira, para a análise da evolução histórica das coortes por grupos de escolaridade, propõe-se agregar os dois maiores níveis de escolaridade (Secundário Completo e Terciário Completo - Nível Médio completo ou Superior Completo, respectivamente), tendo em vista que o comportamento reprodutivo destes se apresenta em níveis semelhantes e destacados dos dois demais grupos. Assim, dispõem-se de amostras maiores e menos susceptíveis à sobre ou sub-estimação, principalmente para as coortes mais velhas.

Outra medida adotada é o recorte do período de tempo considerado para o ano de nascimento das coortes. De modo a conciliar a necessidade de analisar o comportamento dos grupos de pessoas que nasceram antes do início da expansão do ensino (1930) com a garantia de qualidade dos dados, serão consideradas as coortes nascidas entre 1925 e 1969, reunindo os anos de nascimento das coortes em grupos quinquenais (1925-1929, 1930-1934, 1935-1939, 1940-1944, 1945-1949, 1950-1954, 1955-1959, 1960-1964, 1965-1969). A partir de 1925, a variação das estimativas entre os censos começa a reduzir, como pode ser observado anteriormente nas Figuras 6 a 11, garantindo uma maior coesão e menos distorções para as análises.

Feitos os agrupamentos de coorte e escolaridade, a análise da série histórica da fecundidade de coorte de mulheres unidas pelo nível de escolaridade do parceiro é feita de forma gráfica. Constroem-se três gráficos subsequentes, cada um com o nível de escolaridade da mulher fixado e com as taxas de fecundidade de coorte plotadas por nível de escolaridade do parceiro. Assim, pode-se analisar como a escolaridade do parceiro atuou sobre o

comportamento reprodutivo final dos casais ao longo da evolução das coortes com relação ao nível de escolaridade das mulheres.

2.5.2 Diferenciais reprodutivos de escolaridade entre parceiros por arranjo de escolaridade do casal

O presente trabalho se propõe ainda a discutir os diferenciais de fecundidade de coorte entre os diferentes tipos de pareamento entre os casais. Propõe-se novamente uma comparação gráfica entre os casos de hipergamia (homem com maior escolaridade) e hipogamia (mulher com maior escolaridade), de modo a visualizar o impacto relativo da escolaridade de cada parceiro no nível reprodutivo final do casal. Essa abordagem é diferente da primeira em alguns aspectos. Como seu objetivo principal não é a observação da série histórica, podem-se fazer grupos mais amplos de coortes de nascimento. No caso, escolheram-se três grupos de coortes femininas de nascimento:

- coortes nascidas entre 1925-1939: grupo de mulheres de coortes mais velhas, precursoras do processo de declínio da fecundidade observada no país e do processo de intensificação da escolarização feminina (AZEVEDO; FERREIRA, 2006), mas que tiveram influência mais reduzida do início da expansão da educação formal no país;
- coortes nascidas entre 1940-1954: grupo de mulheres que nasceram em contato com um sistema educacional em expansão (mesmo que ainda estando em desvantagem de escolaridade média em relação aos homens) e que contribuíram substantivamente para a queda da fecundidade observada nas décadas de 1960-1980, sob forte influência da difusão de métodos contraceptivos modernos (MERRICK; BERQUÓ, 1983; GOLDIN; KATZ, 2002);
- coortes nascidas entre 1955-1969: mulheres de coortes mais jovens que alcançaram níveis de escolaridade em média superiores aos dos homens e que experimentaram maiores taxas de participação no mercado de trabalho do que as coortes anteriores (LAM; SEDLACEK; DURYEA, 1992; SCORZFAVE; MENEZES-FILHO, 2001; GOLDIN, 2006).

Nessa segunda proposta de análise, mantém-se a desagregação inicial de quatro grupos de escolaridade. A maior amplitude de coortes consideradas permite a suavização das estimativas para os grupos de escolaridade mais avançados, que dispunham de menos informações no passado. Assim, apresentam-se os patamares reprodutivos (número médio de filhos tidos nascidos vivos) pelos diferentes arranjos de casal (homogâmicos e heterogâmicos) controlando pelo nível de escolaridade dos parceiros separadamente. Pretende-se avaliar se o posicionamento hipergâmico (homem com maior escolaridade) do casal puxa a fecundidade para patamares superiores ou inferiores aos arranjos hipogâmicos (mulher com maior

escolaridade). Ou seja, podem ser verificadas as diferenças entre os arranjos em que o parceiro está em vantagem de escolaridade e aqueles em que a mulher se encontra em vantagem. Esta proposta da metodologia 2 busca reforçar o olhar sobre os diferenciais entre pareamentos.

2.6 Limitações e pontos fracos

As propostas metodológicas apresentadas e os dados de que se dispõe para a análise expõem alguns pontos fracos que devem ser destacados. Tais limitações não invalidam a importância do trabalho, já que este preenche uma lacuna da ausência de estudos longitudinais de fecundidade e nupcialidade no Brasil e possibilita a inserção das características masculinas na abordagem do comportamento reprodutivo dos casais Brasileiros.

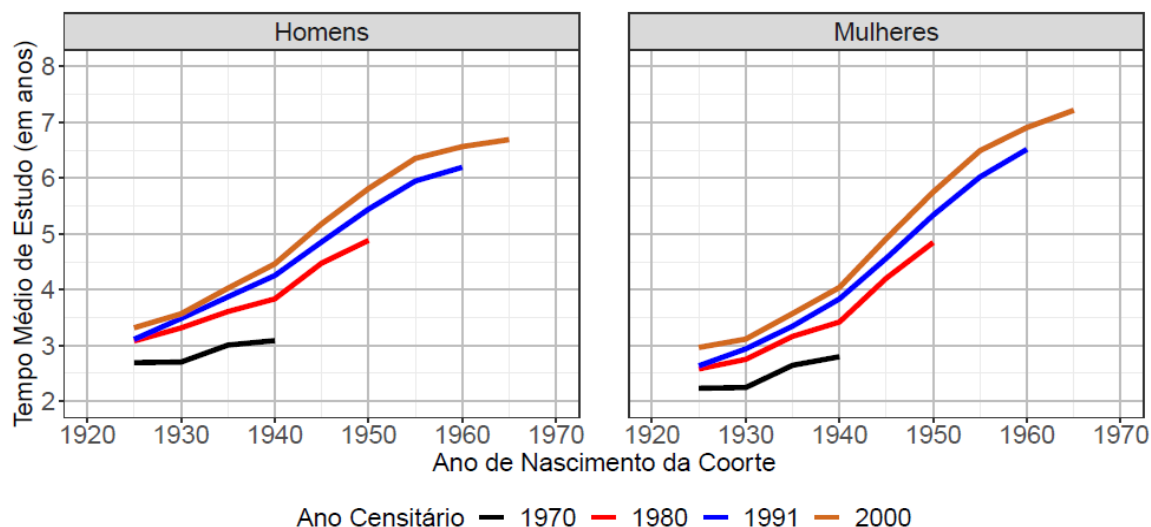
Primeiro, não se leva em conta o tempo de duração da união e nem seus efeitos sobre a fecundidade. Ou seja, assume-se que influência de uniões anteriores no comportamento reprodutivo observado é exíguo e que, portanto, a maioria dos filhos tidos coletados teriam sido concebidos dentro da união observada no momento da pesquisa censitária. Esse problema tende a se acentuar conforme crescem os números de recasamentos e de famílias reconstituídas no Brasil, por mais que ainda sejam minoria frente ao total de casais com filhos (CAMARANO, 2014, p. 146). A presença de questões referentes ao histórico conjugal dos indivíduos nos Censos Demográficos poderia contornar tal limitação.

Outro ponto importante é que se consideram somente os casais que coabitam um mesmo domicílio. Essa abordagem esbarra na impossibilidade de reconstituir uniões de pessoas que não coabitam, pois as relações entre os indivíduos no censo demográfico são estabelecidas entre os indivíduos que habitam o mesmo domicílio, unidade básica de análise do censo. Perde-se, portanto, a informação reprodutiva de mulheres que não tinham seu companheiro habitando o domicílio no momento do censo por motivo de trabalho, por exemplo. Este caso é típico, sobretudo, de regiões menos abastadas - notadamente, a Região Nordeste - em que geralmente o parceiro migra em busca de recursos para o sustento da família, deixando a mulher com os filhos em casa (MALUF; MOTT, 1998).

Com relação ao aspecto da escolaridade, tem-se em mente que mudanças de nível de escolaridade são possíveis entre os anos censitários. A Figura 12 apresenta o tempo médio de anos de estudo para as coortes de nascimento de homens e mulheres por ano censitário, de 1970 a 2000, quando a informação de escolaridade por anos de estudo esteve disponível. Entre os censos é notável o incremento de tempo de estudo de um ano censitário para o outro para

uma mesma coorte, especialmente do censo de 1970 para os demais. Quanto mais jovem a coorte, maior o aumento do tempo médio de anos de estudo observado entre censos. Portanto, um casal pode transitar entre categorias de pareamento de escolaridade entre os censos e influenciar nas estimativas de diferentes grupos. No entanto, entende-se que esse efeito é reduzido, tendo em vista que as categorizações de escolaridade são feitas com base em níveis de escolaridade alcançada compreendem um grande intervalo em anos de estudo e o cumprimento de determinadas etapas do ensino formal. O nível Primário, que corresponde ao Fundamental Completo, por exemplo, equivale a 8 anos de estudo, um patamar elevado se considerarmos os resultados da Figura 12. Ademais, a universalização do ensino primário no país foi alcançada somente na década de 1990 (CASTRO, 1998), atingindo coortes mais jovens do que as consideradas no presente estudo. Assim, entende-se que as oscilações observadas de anos de estudo entre os censos, tenham se dado principalmente dentro dos grandes grupos de escolaridade considerados ou tenham se refletido em reduzidos saltos para grupos adjacentes.

FIGURA 12 – Evolução da escolarização no Brasil por tempo médio de anos de estudo da população por sexo, ano de nascimento da coorte e ano censitário. Coortes de nascimento de 1925 a 1970, para indivíduos com pelo menos 30 anos no momento do censo



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2000); Minnesota Population Center (2018).

Por fim, o efeito migratório, sobretudo para as regiões Norte e Nordeste, podem resultar em inconsistências nas estimativas. Esse efeito tende a ser amplificado para coortes de períodos de migração intensa entre essas regiões e a região Sudeste, principalmente, dado o intenso processo de urbanização e industrialização após 1930 (SINGER, 1973). A intensidade do fluxo desses grupos para outras regiões no século passado corrobora para uma maior instabilidade das informações do Nordeste e Norte, pois influencia tanto nas contagens do

numerador (número de filhos tidos) quanto do denominador (número de mulheres casadas por arranjo de escolaridade). Tais efeitos estão atrelados à seletividade migratória por idade, sexo, local de residência e às condicionantes socioeconômicas de desenvolvimento desigual de cada região (RAVENSTEIN, 1885; LEE, 1966; SINGER, 1973; ROGERS; CASTRO, 1981).

Considerações finais: análise de coorte para além das limitações

Nesta seção foram apresentadas as principais diferenças entre as abordagens de período e de coorte. As vantagens desta última foram destacadas frente as propostas do presente trabalho. Analisar o percurso da fecundidade no Brasil sob uma perspectiva de coorte permite acompanhar os avanços de políticas públicas, principalmente no campo da educação, junto às diferentes gerações que se viram afetadas pelas medidas Governamentais e processos de ordem socioeconômica e cultural (RYDER, 1965). Unindo a abordagem de coorte à ideia de pareamento de grupos educacionais dos cônjuges, pode-se verificar a trajetória da fecundidade de coorte entre os diferentes arranjos e destacar nuances comportamentais que possam surgir na análise, como por exemplo, diferenciais de comportamento de gênero entre arranjos distintos.

Serão discutidas no próximo capítulo, as duas metodologias apresentadas para análise. A primeira representa uma análise da série histórica da fecundidade de coorte, de modo a verificar como o nível de escolaridade do homem atuou sobre a fecundidade conjugal controlando pela escolaridade de sua respectiva parceira. A segunda proposta apresenta uma análise entre os arranjos de escolaridade dos casais. Por esta, pretende-se verificar os diferenciais de fecundidade entre os arranjos em que o homem se encontra em posição de vantagem educacional e aqueles em que a mulher se encontra em posição de vantagem educacional.

Uma série de limitações afetam as metodologias propostas: problemas relacionados à falha de memória na declaração de filhos tidos de mulheres mais velhas, a ausência de informações sobre histórico conjugal, os diferenciais de mortalidade entre grupos sociais distintos e efeitos migratórios. Entretanto, tais limitações não invalidam o trabalho, pois este se coloca como uma alternativa a uma série de lacunas no registro das informações demográficas do país. A própria forma com que se analisa a participação masculina junto à fecundidade é uma maneira de contornar a falta de informações de fecundidade para os homens. Assim, apesar de não oferecer uma estimativa da fecundidade de coorte masculina, a presente análise insere a participação masculina no âmbito reprodutivo a partir da variável de educação, que apresenta efeito indireto sobre o comportamento reprodutivo dos casais.

CAPÍTULO 3 – RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados da análise de coorte dos processos relacionados à transição da fecundidade no Brasil. A primeira seção apresenta as tendências de fecundidade por coorte feminina para cada região e nível de escolaridade, relacionando-as brevemente com as discussões apresentadas no capítulo 1 com respeito aos processos socioeconômicos da transição de fecundidade de coorte. Posteriormente, calculam-se as tendências de fecundidade conjugal considerando também o nível de escolaridade do parceiro para séries históricas de coortes de mulheres nascidas entre 1925 e 1969. Por fim, comparam-se os resultados reprodutivos dos pareamentos de escolaridade hipergâmicos (homem com escolaridade mais alta que a parceira) e hipogâmicos (mulher com escolaridade mais alta que o parceiro) para os três grandes grupos de coortes de nascimento femininos, de modo a verificar o comportamento reprodutivo dos casais a partir da posição de vantagem educacional de cada um dos parceiros.

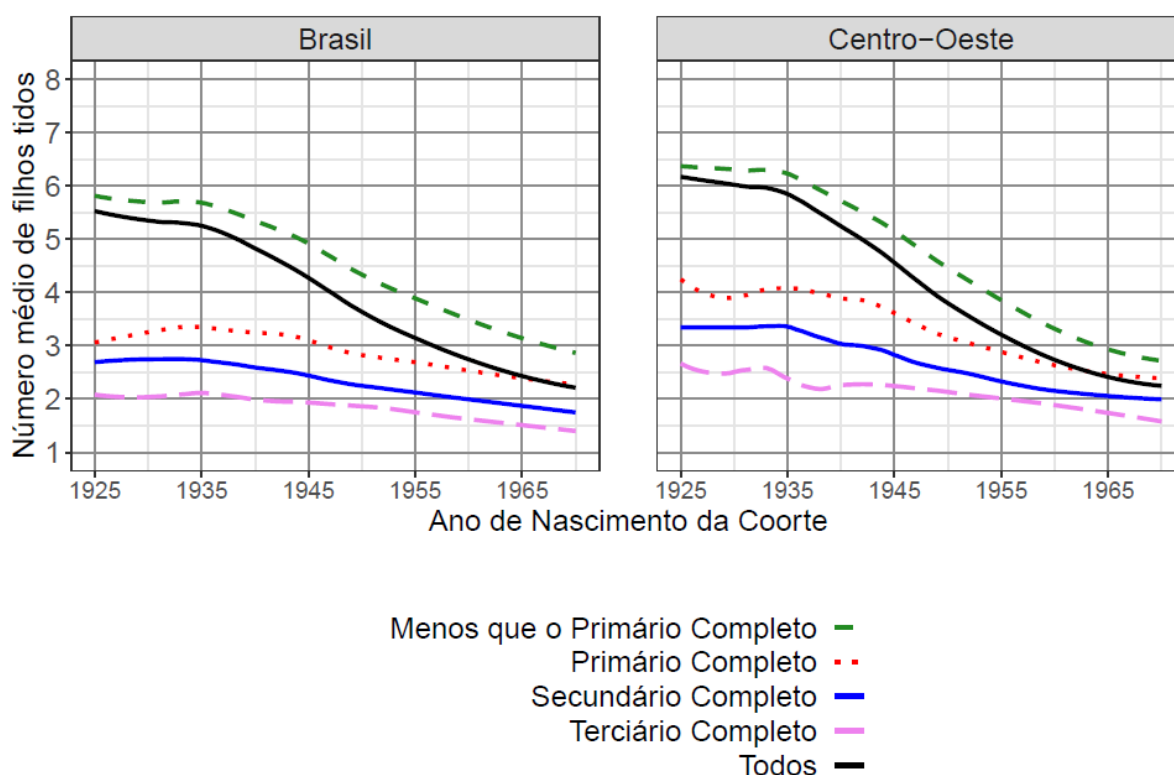
3.1 Transição da fecundidade no Brasil sob uma perspectiva de coorte

A proposta de analisar a fecundidade de coorte do Brasil surge como forma de acompanhar o histórico de grupos de mulheres que experimentaram semelhantes processos de transformação social, econômica e cultural do país (RYDER, 1965). Dessa maneira, analisa-se inicialmente o comportamento da fecundidade de coorte somente das mulheres, como forma de introduzir a temática e discutir as principais transformações dessa medida no Brasil ao longo da evolução das coortes femininas.

As Figuras 13 a 15 apresentam as taxas de fecundidade de coorte para mulheres nascidas entre 1925 e 1969 para as diferentes Regiões por nível de escolaridade. As coortes femininas são apresentadas por ano de nascimento e os níveis de fecundidade foram estimados a partir da concatenação dos censos demográficos de 1970 a 2010 utilizando métodos não paramétricos para a suavização das curvas. Comparando os valores agregados (sem estratificar por nível de escolaridade) com os valores por grupo de escolaridade, verifica-se que a queda no agregado da fecundidade de coorte no país se deu de maneira concomitante à redução do número de filhos tidos por mulheres de escolaridade mais baixa. Esta constatação está em consonância com o observado por Berquó e Cavenaghi (2014). As figuras foram apresentadas em duplas de acordo com a semelhança do padrão observado para a fecundidade de coorte no período analisado: 1) Brasil e Região Centro-Oeste, com níveis intermediários com relação aos

dois outros grupos e com tempo de declínio mais próximo ao perfil da Região Sudeste; 2) Regiões Norte e Nordeste, com níveis de fecundidade em patamares mais elevados no início do declínio (entre 6 e 7 filhos por mulher em média) e com tempo de queda mais lento com relação às demais regiões; e 3) Regiões Sul e Sudeste, que partem de níveis reprodutivos mais baixos (entre 5 e 6 filhos por mulher) e com tempo de declínio mais acelerado.

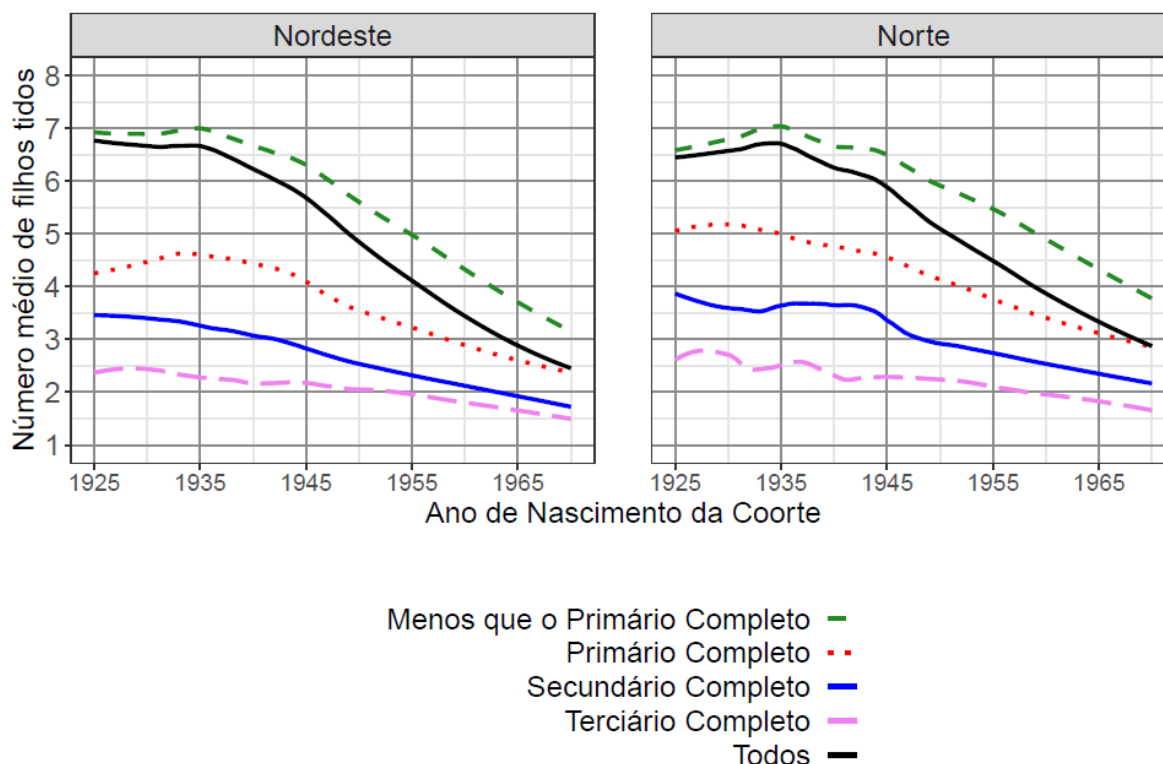
FIGURA 13 – Taxas de fecundidade de coorte totais por ano de nascimento da coorte feminina e tipo de pareamento educacional para o Brasil e Região Centro-Oeste



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

Um ponto de destaque desses resultados é que a fecundidade de coorte do grupo de mulheres nascidas na década de 1960 – que finalizaram seu comportamento reprodutivo no decênio 2000/2010 – se apresenta levemente acima dos níveis de reposição populacional para todas as regiões e para o Brasil como um todo. Esse resultado difere dos cálculos de período que estimaram uma fecundidade de 1.90 filhos por mulher no ano de 2010 (CAVENAGHI; ALVES, 2016), possivelmente influenciados por um efeito tempo, conforme esperado pelas diferentes metodologias implementadas por essas duas formas de medida.

FIGURA 14 – Taxas de fecundidade de coorte totais por ano de nascimento da coorte feminina e tipo de pareamento educacional para as Regiões Nordeste e Norte

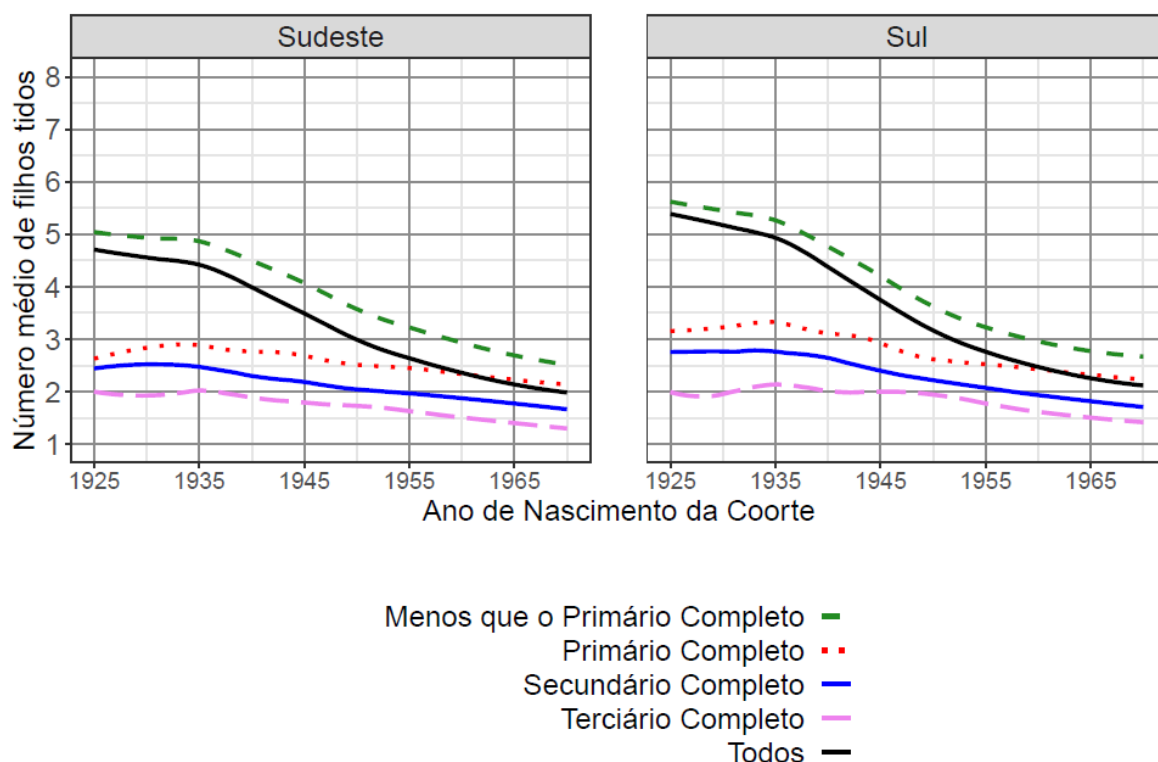


Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

Os gráficos reforçam os trabalhos anteriores que destacavam os diferentes passos e processos de transição da fecundidade no Brasil, tanto em termos inter-regionais quanto intra-regionais (entre os diferentes estratos sociais) (MERRICK; BERQUÓ, 1983; PATARRA; OLIVEIRA, 1988; GUZMÁN; RODRÍGUEZ, 1993; POTTER; SCHMERTMANN; CAVENAGHI, 2002; POTTER et al., 2010). Norte e Nordeste iniciam seu processo de queda da fecundidade a partir das coortes de mulheres nascidas entre 1945-49, quando os grupos de menos escolaridade apontam para uma queda contínua e acentuada até as últimas coortes acompanhadas. Essas duas regiões partiram de patamares próximos à marca de 7 filhos por mulher em média para níveis próximos a 3 filhos por mulher para as coortes nascidas entre 1965-1969. As regiões Sudeste e Sul verificam o início mais sustentado do declínio da fecundidade de coorte a partir das coortes femininas nascidas no quinquênio 1935-39, ou seja, dez anos antes, e partindo de patamares bem mais baixos, entre 5 e 6 filhos por mulher em média e já com tendência declinante. As duas regiões apresentaram taxas de fecundidade de coorte muito próximas do nível de reposição já para os grupos de mulheres nascidas entre 1965 e 1969. A temporalidade da queda para a região Centro-Oeste é similar a das regiões Sul e Sudeste, no entanto, essa região partiu de patamares mais elevados, superiores a 6 filhos por

mulher para as coortes de 1925-29, alcançando a marca de cerca de 2,5 filhos por mulher para as coortes nascidas entre 1965 e 1969.

FIGURA 15 – Taxas de fecundidade de coorte totais por ano de nascimento da coorte feminina e tipo de pareamento educacional para as Regiões Sudeste e Sul



Os dois grupos de escolaridade mais elevada apresentaram para praticamente todas as regiões do país um comportamento mais estável, principalmente para o grupo com escolaridade superior. Este grupo manteve certa flutuação em torno dos patamares de reposição populacional, com uma tendência de declínio mais acentuada a partir das coortes nascidas entre 1945 e 1955. Mulheres com escolaridade secundária completa apresentaram uma tendência de queda de média de filhos tidos ao longo das coortes, mais acentuada para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Esses dois grupos de escolaridade se apresentaram com taxas de fecundidade de coorte abaixo ou muito próximas ao nível de reposição para as coortes nascidas na década de 1960.

A maior participação deste estrato populacional mais escolarizado (Secundário Completo ou mais) no mercado de trabalho formal, intensificada a partir da segunda metade do século XX com o crescimento do setor terciário no meio urbano (SINGER, 1973; MERRICK; GRAHAM, 1981), bem como a incompatibilidade entre os custos percebidos para a criação

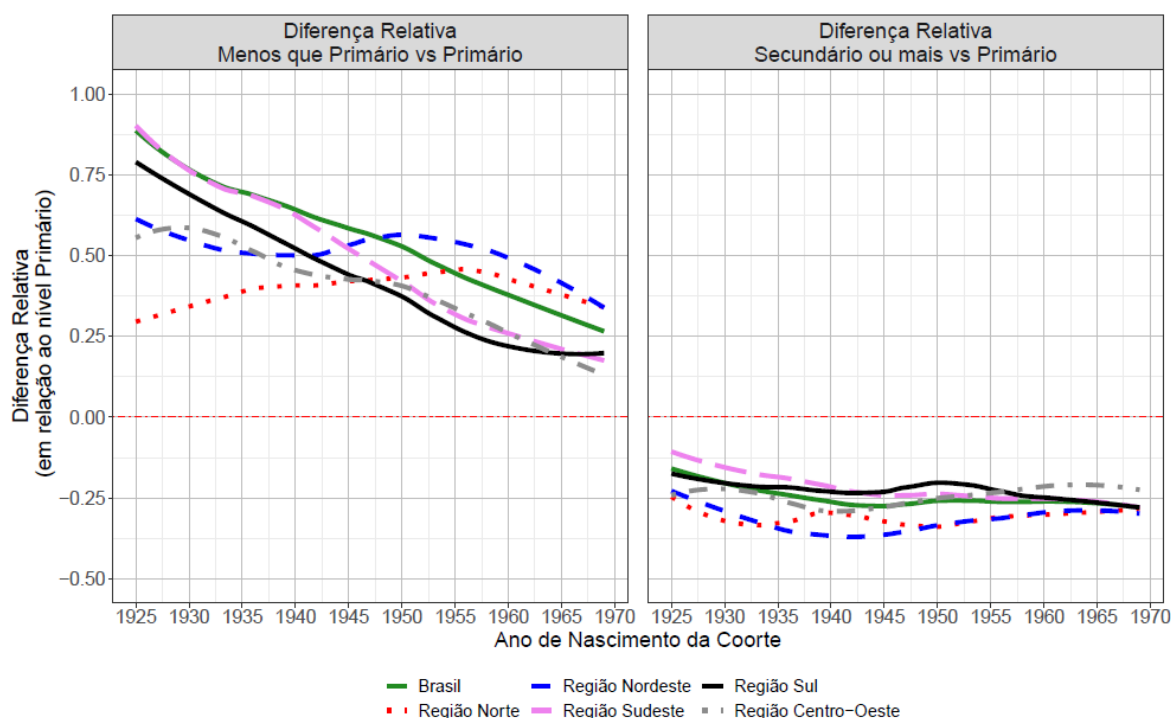
dos filhos com o trabalho no mercado formal (BECKER, 1993) e os desequilíbrios de gênero no âmbito domiciliar (FOLBRE, 1994; MCDONALD, 2000; ENGLAND, 2010; ITABORAÍ, 2015) refletem na queda dos níveis reprodutivos desse grupo, mesmo apresentando certa vantagem socioeconômica com relação a disponibilidade de recursos e capital humano para a criação dos filhos. A dedicação à formação profissional e à carreira por esses grupos de mulheres, principalmente dessas coortes mais recentes, também atua no sentido oposto ao da formação de uma família mais numerosa, pois adia os processos de formação familiar e reprodução (GOLDIN, 2006). O próprio papel uniformizador do ensino formal, a partir de um domínio Ocidental da formação com figuras e exemplos de modelos familiares Europeus e Norte-Americanos também influencia nesses grupos mais expostos à ampliação do acesso a educação no Brasil (CALDWELL, 1996, 2006).

O descolamento gradual entre as curvas de fecundidade da população total e da população de menor nível de escolaridade evidenciam as mudanças composicionais no campo da educação que tomaram força principalmente na década de 1930. Para as coortes de 1965-69, por exemplo, o comportamento reprodutivo médio da população é praticamente igual ao comportamento de mulheres com pelo menos o nível fundamental (primário) completo. Especula-se que a inclusão de futuras coortes a partir de dados mais recentes ampliará um efeito composicional que marca a tendência de postergação da maternidade entre as coortes de mulheres mais jovens, com nível de instrução mais elevado e maior tempo dedicado à escolaridade formal, sobretudo de nível médio e superior (RIOS-NETO; MIRANDA-RIBEIRO; MIRANDA-RIBEIRO, 2018). As tendências que se apresentam para os grupos junto a uma perspectiva de continuação gradual da expansão da escolaridade levam a crer que a fecundidade de coorte seguirá em declínio para além dos níveis de reposição da população. Um exercício mais aprofundado sobre perspectivas futuras envolveria a projeção desse comportamento de coorte (SCHMERTMANN et al., 2014).

Pode-se aprofundar a discussão acerca do processo de convergência da fecundidade para os níveis de escolaridade a partir das diferenças relativas de fecundidade para um determinado grupo de referência. A Figura 16 apresenta as diferenças relativas entre os resultados reprodutivos dos grupos de mulheres com escolaridade Menos que Ensino Primário e Secundário ou Terciário (agrupados) com relação ao grupo com escolaridade Primária⁷.

⁷ O cálculo se dá pela divisão da diferença entre a fecundidade do grupo de análise e a fecundidade do grupo de referência pela fecundidade do grupo de referência. A diferença relativa entre os níveis reprodutivos desses grupos varia de $-\infty$ a $+\infty$ (quanto mais distante de 0, maior a diferença entre os grupos, conforme fica negativa, a diferença caminha no sentido do grupo de referência e caso se torne positiva, a diferença caminha no sentido oposto).

FIGURA 16 – Diferenças relativas entre níveis de escolaridade menos que primário e secundário ou mais com relação ao nível de escolaridade primário – Brasil e Regiões



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

Os resultados dos gráficos mostram que as Taxas de Fecundidade de Coorte para os níveis de escolaridade Menos que Primário e Primário estão convergindo (diferença relativa se aproximando de 0) para todas as regiões. No entanto, as Regiões Norte e Nordeste começaram a convergir somente a partir das coortes femininas nascidas após 1955, reflexo de um atraso na integração econômica e de infraestrutura de comunicações e transporte dessas regiões junto às demais, que ingressaram bem antes nesse processo (FARIA, 1989; POTTER et al., 2010). A convergência entre esses dois grupos reflete os efeitos indiretos dos investimentos em infraestrutura urbana e de comunicações das décadas de 1960 a 1980, resultando numa progressiva homogeneização do comportamento reprodutivo final, reflexo da exposição feminina às mesmas influências culturais e aos aparelhos públicos de saúde (FARIA, 1989; MARTINE, 1996; FARIA, 1997; FARIA; POTTER, 1999). Esse mesmo processo de convergência não se observa entre o grupo com escolaridade Secundária ou superior com relação ao nível de escolaridade Primário. Para todas as regiões a diferença de nível reprodutivo se manteve praticamente constante ao longo das coortes apontando uma fecundidade mais elevada do grupo de referência. Essa diferença constante é esperada, tendo em vista a diferença de participação laboral entre esses grupos de escolaridade (SCORZAFATE; MENEZES-FILHO, 2001; SOARES; IZAKI, 2002) e ao maior tempo

despendido pelo grupo de maior escolaridade no sistema de ensino, adiando sua entrada à maternidade e por consequência, restringindo o resultado reprodutivo final (SCHMIDT et al., 2012; NEELS et al., 2017).

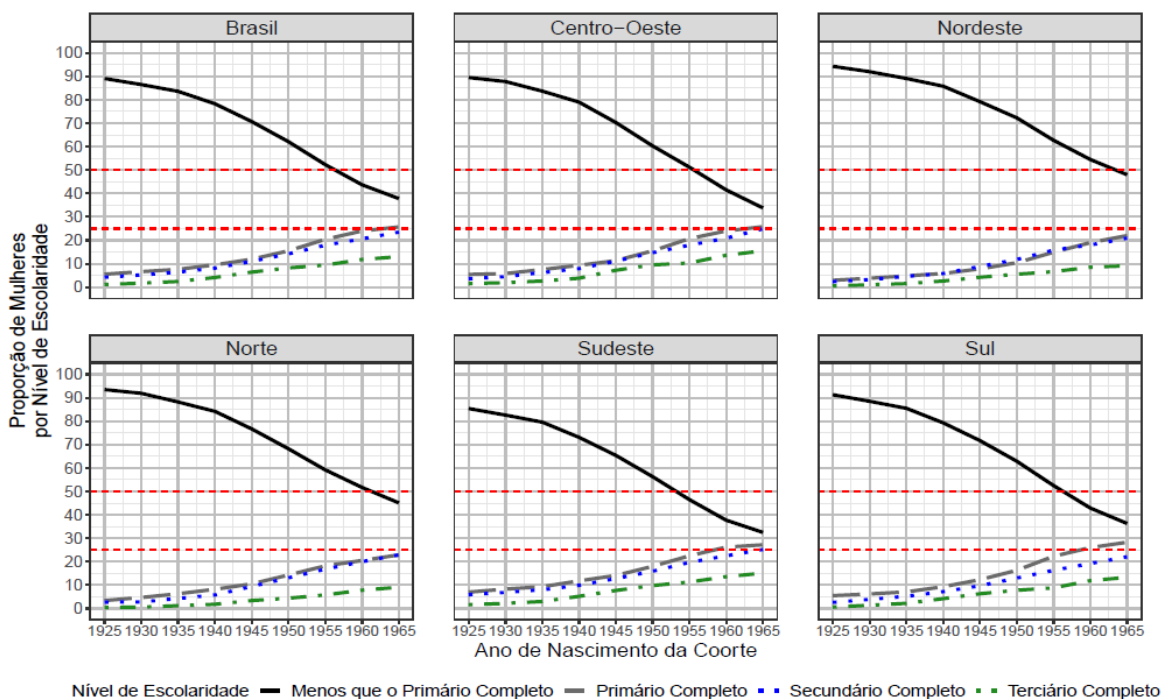
Ou seja, observa-se uma aproximação entre nível reprodutivo somente entre o grupo de menor escolaridade com relação ao grupo com escolaridade Primária, reflexo tanto de mudanças de cunho cultural e de acesso da população a serviços como da queda do analfabetismo em geral, com populações alcançando cada vez mais alguma escolaridade, mesmo que inferior ao nível fundamental.

3.2 Transição da fecundidade conjugal no Brasil sob uma perspectiva de coorte

3.2.1 Mudanças composicionais na escolaridade dos casais

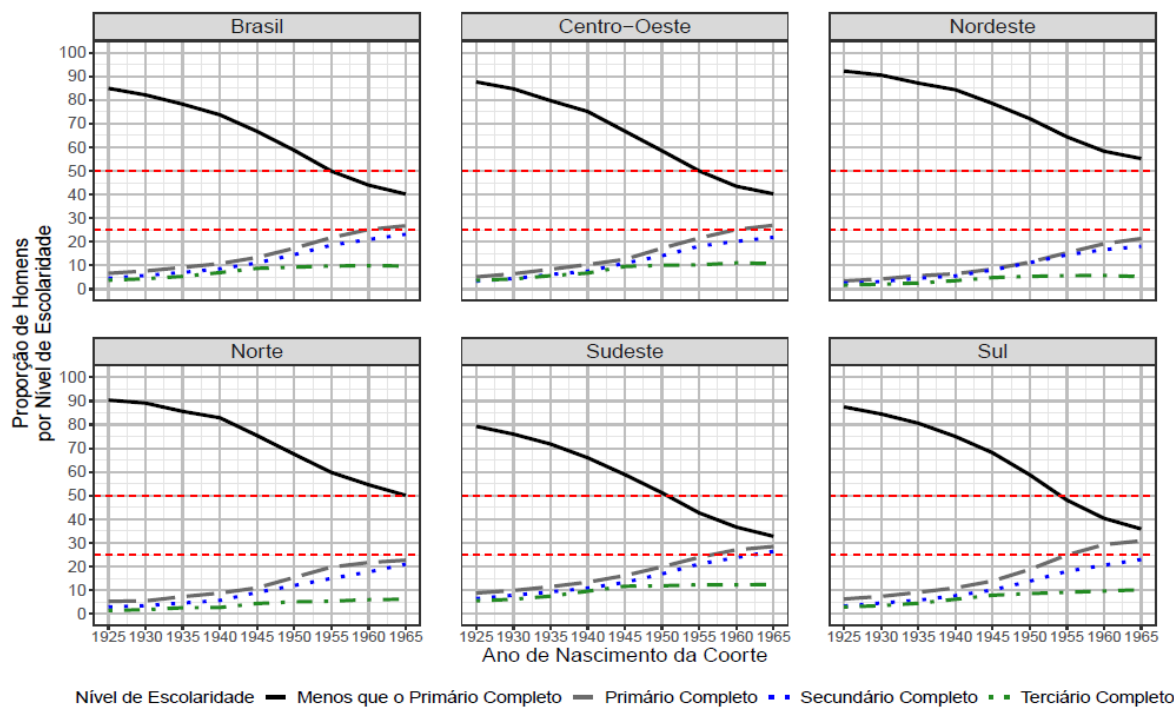
Os gráficos apresentados nas Figuras 17 e 18 mostram a evolução da escolaridade das coortes de casais analisadas no presente trabalho. O atraso das regiões Norte e Nordeste com relação às demais no avanço da escolaridade por coorte de nascimento é evidente, nas duas o grupo com escolaridade inferior ao ensino primário representa quase metade da população observada mesmo para as coortes mais jovens analisadas. Nas demais regiões esse grupo representa em torno de 35 a 40 por cento da população, e por mais que ainda seja maioria, encontra-se em plena queda. Comparando as coortes femininas e masculinas, a participação do grupo de menor escolaridade entre os homens é levemente mais acentuada e a de grupos de escolaridade primária e secundária é praticamente igual. A principal discrepância encontra-se na escolarização terciária: uma maior proporção de mulheres nas coortes mais recentes se beneficiou de formação superior, em comparação aos homens. Resultado direto de um processo de escolarização que se inicia de forma estratificada, restringindo as mulheres a determinados campos do conhecimento (magistratura e saúde), mas que culminou na ampliação do acesso da população feminina ao ensino superior formal e ao saber científico (AZEVEDO; FERREIRA, 2006).

FIGURA 17 – Proporção (por 100) de mulheres unidas (nascidas entre 1925 e 1969) por nível de escolaridade alcançado no momento do censo e ano de nascimento da coorte para Brasil e Regiões



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

FIGURA 18 – Proporção (por 100) de homens unidos (nascidos entre 1925 e 1969) por nível de escolaridade alcançado no momento do censo e ano de nascimento da coorte para Brasil e Regiões

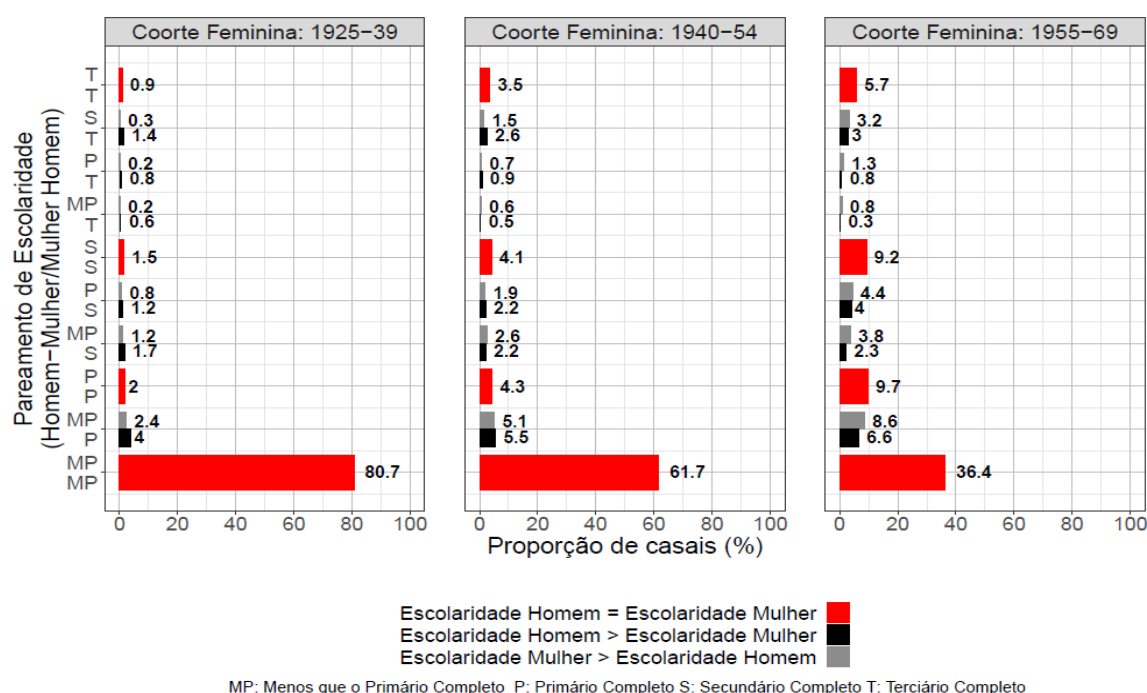


Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

Conforme mostram os gráficos, o aumento da parcela de homens e mulheres casados e nascidos entre 1925 e 1969 se acentua a partir das coortes nascidas na década de 1950, num efeito relacionado à promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em 1961. Os padrões de seletividade conjugal do país, portanto, foram diretamente influenciados pelo efeito composicional das transformações no campo educacional. Assim, as principais mudanças no mercado conjugal Brasileiro no período é fruto de transformações de ordem estrutural (composição populacional) (RIBEIRO; SILVA, 2009). Notadamente, o país refletiu processos de transformação nos padrões conjugais entre grupos socioeconômicos que se desdobram em diferentes continentes: a expansão do sistema de ensino resulta na inversão da vantagem educacional masculina na educação, o que por sua vez incorre na queda da hipergamia, arranjo conjugal em que o homem apresenta maior nível de escolaridade (ESTEVE et al., 2016). O número de casais com parceiros de mesmo nível de escolaridade (homogamia), por sua vez, se reduz como efeito natural do aumento da heterogeneidade dos mercados conjugais conforme os grupos de escolaridade mais elevada começam a apresentar um aumento substantivo em seus montantes (BLAU; SCHWARTZ, 1997; ESTEVE; MCCA, 2007).

As Figuras 19-24 mostram as mudanças nos padrões de seletividade conjugal ao longo das coortes de mulheres nascidas entre 1925-39, entre 1940-54 e entre 1955-69.

FIGURA 19 – Proporção de casais para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por nível de escolaridade entre homens e mulheres – Brasil



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

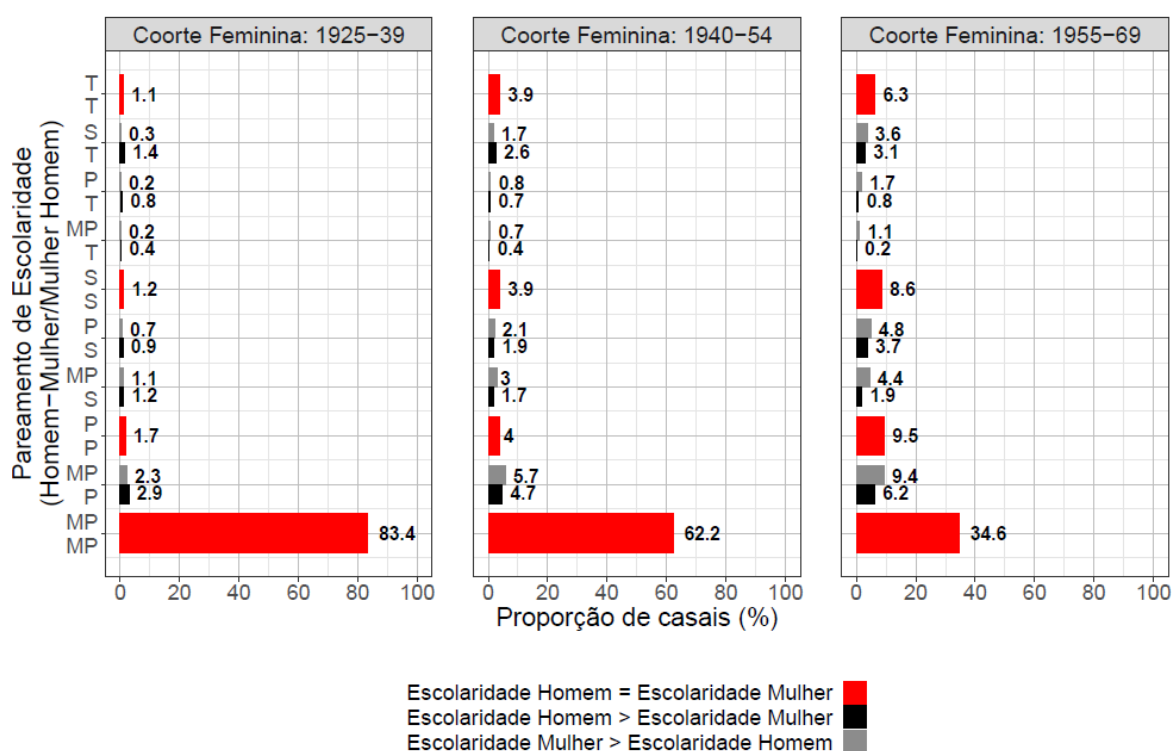
A elevada homogamia observada no país para as coortes analisadas é resultado direto da concentração de grupos de baixa escolaridade tanto entre homens quanto entre mulheres na estrutura educacional Brasileira (ESTEVE; MCCAA, 2007). Observa-se que a queda da homogamia ao longo das coortes de mulheres é resultado direto da queda da homogamia no grupo de escolaridade menos elevada. Basta verificar que, em todas as regiões, a queda da participação relativa desse grupo representou um aumento de todos os demais grupos de homogamia ou heterogamia. Nitidamente, as mudanças na composição educacional dos casais intensificaram-se de sobremaneira entre as coortes de 1940-54 e as coortes de 1955-69. Os maiores crescimentos relativos foram observados para os casais homogâmicos com escolaridade maior ou igual ao nível Primário. No Brasil, estes três arranjos homogâmicos (Primário, Secundário ou Terciário) apresentaram para as coortes mais jovens prevalências cerca de cinco vezes maiores do que a proporção encontrada para as coortes nascidas entre 1925 e 1939. Esse aumento mais destacado da homogamia de grupos com algum nível de escolaridade reflete o papel do ambiente escolar enquanto um importante mercado conjugal e condicionante dos primeiros contatos de formação familiar (MARE, 1991).

A heterogamia também observou um importante crescimento no período, porém mais espalhado entre os diferentes arranjos. Os grupos que mais cresceram foram aqueles envolvendo uniões entre os níveis de escolaridade Primário e Secundário entre si e entre o nível mais baixo de escolaridade. Entre o primeiro grupo de coorte feminina acompanhado e o último observa-se ainda a transição da heterogamia de uma maior prevalência de homens com maior escolaridade que a parceira entre as coortes nascidas entre 1925-39 para uma maior prevalência de arranjos de mulheres com maior escolaridade do que o parceiro para as coortes nascidas entre 1955-69, passando por um momento transicional nas coortes nascidas entre 1940-54, onde há praticamente um empate entre hipergamia e hipogamia. Ou seja, conforme o país constata uma expansão do seu sistema de ensino, há um maior aproveitamento deste por parte das mulheres, resultando em mudanças de ordem composicional nos mercados conjugais que incorrem diretamente no aumento da hipogamia (ESTEVE et al., 2016).

Sob a ótica regional, padrões semelhantes aos notados para a transição da fecundidade de coorte são observados para o país. Pode-se, portanto, falar em três tipos de transição dos padrões de seletividade conjugal: 1) um típico Brasileiro, que engloba também a região Centro-Oeste em que se transita de um padrão marcadamente homogâmico de nível de escolaridade baixo para um padrão mais disperso entre os diferentes pareamentos educacionais e com maior prevalência de arranjos hipogâmicos do que hipergâmicos; 2) um padrão

Nordeste-Norte, mais lento do ponto de vista da expansão do ensino, com a homogamia de menor escolaridade apresentando queda, mas ainda com patamares elevados, e uma hipogamia bem mais marcada do que a hipergamia; e 3) um padrão Sudeste-Sul, mais adiantado com relação aos demais e que reflete uma expansão do ensino que atinge ambos os sexos de maneira mais equilibrada, sendo menor o distanciamento observado entre hipogamia e hipergamia ao final da transição.

FIGURA 20 – Proporção de casais para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Centro-Oeste

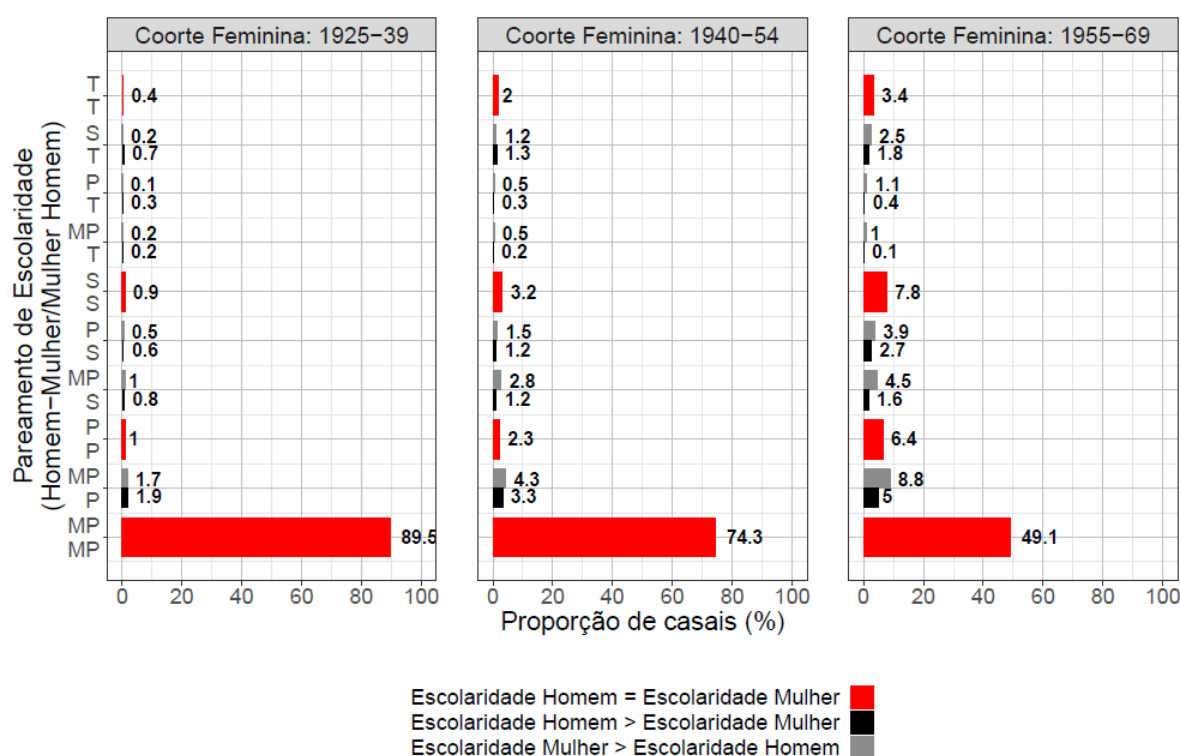


Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

A Região Centro-Oeste apresenta um padrão de transição dos padrões de seletividade conjugal por coorte feminina semelhante ao perfil observado para o país como um todo. A presença de arranjos conjugais com vantagem educacional feminina, no entanto, foi levemente maior na região Centro-Oeste e começou a sobrepor os números de arranjos hipergâmicos (homem com maior nível de escolaridade) já nas coortes intermediárias, nascidas entre 1940-54. Assim como no caso Brasileiro, os grupos homogâmicos de escolaridade superior ou igual ao nível de ensino Primário foram os que mais absorveram a queda observada entre os arranjos conjugais em que os dois parceiros apresentam nível de escolaridade mais baixa (de cerca de 80% para valores em torno de 35%).

Conforme verificado na expansão educacional, as regiões Nordeste e Norte ingressam na transição dos padrões de seletividade conjugal com certo atraso. Os gráficos mostram que para as primeiras coortes analisadas (nascidas entre 1925-39), a homogamia se concentra no grupo de escolaridade mais baixo, respondendo por cerca 85 a 90% dos arranjos de casais. Os demais pareamentos educacionais apresentam valores praticamente residuais, não ultrapassando a casa dos 2 a 3%.

FIGURA 21 – Proporção de casais para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Nordeste

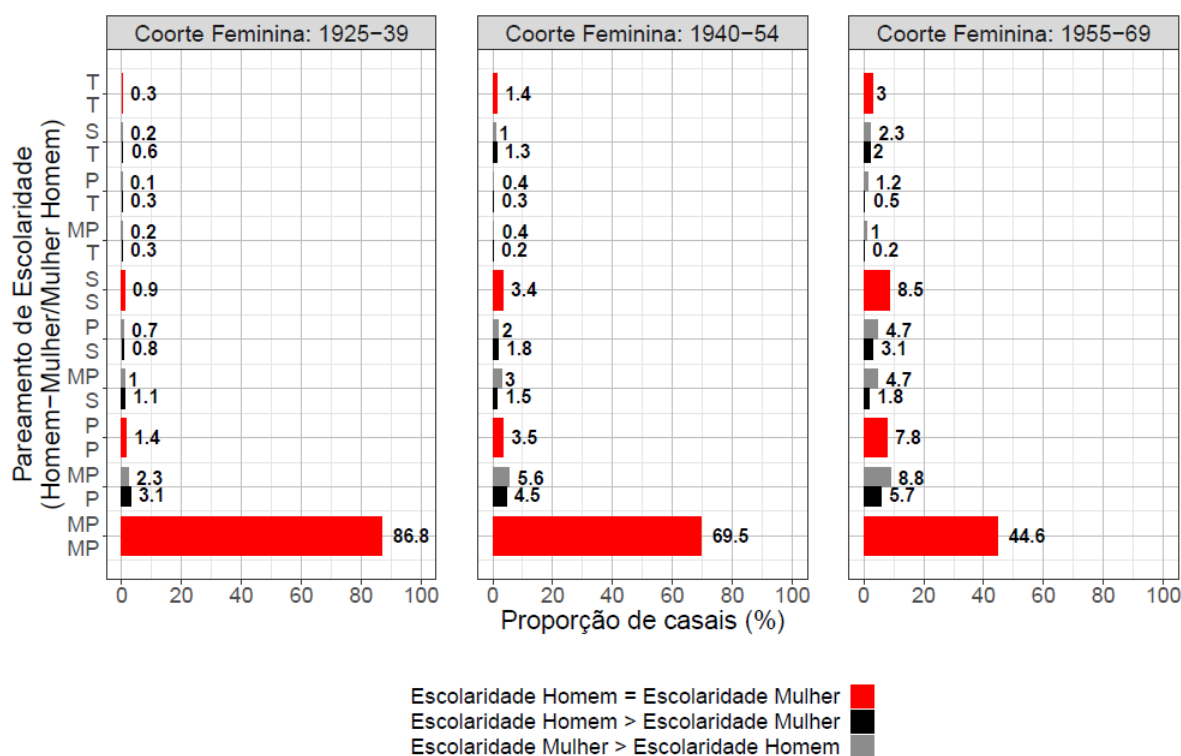


Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

A transição da maior prevalência da homogamia de nível de escolaridade mais baixo para uma maior diversidade de arranjos foi mais lenta nessas duas regiões e ainda assim, esse grupo menos abastado ainda respondeu por cerca de 45 a 50% dos casais dessas duas regiões. A hipogamia (mulher com maior nível de escolaridade), como no Centro-Oeste, também ganha destaque já nas coortes intermediárias e se acentua para as coortes mais jovens observadas. Ou seja, os padrões de pareamento das uniões dessas regiões refletem o descolamento mais marcante do nível de escolaridade médio das mulheres com relação ao nível de escolaridade dos homens, conforme apresentado no Capítulo 1 1.3, no processo de superação da hipergamia feminina. Isso se deu por conta dos baixos patamares de

escolaridade de partida dessas regiões, ou seja, menores barreiras para a inversão da vantagem educacional de gênero. Entende-se que, por se tratarem de regiões com uma transição mais lenta das atividades econômicas para os setores da indústria e dos serviços e com níveis mais elevados de desigualdade socioeconômica (MERRICK; GRAHAM, 1981; WOOD; CARVALHO, 1988), não houve uma busca intensa por escolarização da mão de obra, tradicionalmente masculina, que não necessitava de uma formação técnica muito aprofundada para as funções requeridas e que rapidamente buscava se inserir no mercado como estratégia de sobrevivência (ROMANELLI, 1986). Assim, a população feminina dessas regiões se beneficiou educacionalmente por desempenhar atividades domésticas ou profissionais mais compatíveis com a possibilidade de obter uma escolaridade formal, como por exemplo o magistério (AZEVEDO; FERREIRA, 2006; GUEDES, 2015).

FIGURA 22 – Proporção de casais para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Norte



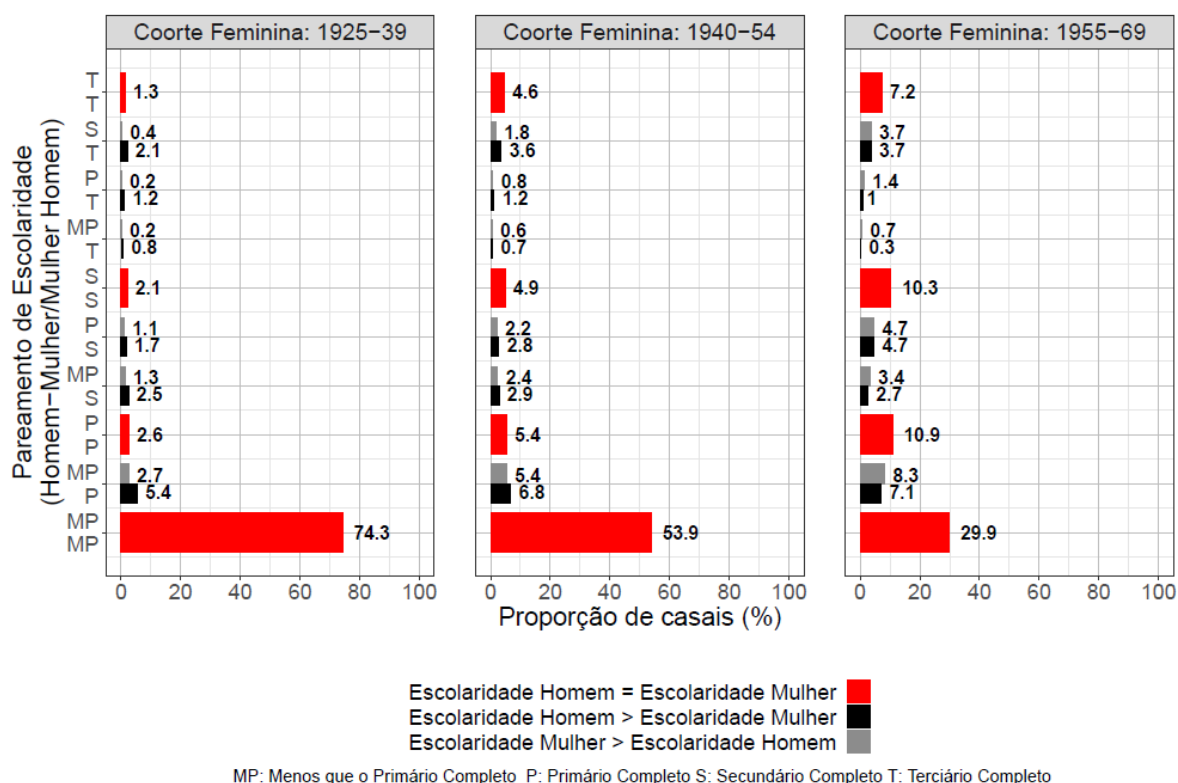
MP: Menos que o Primário Completo P: Primário Completo S: Secundário Completo T: Terciário Completo

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

A região Sudeste foi a região que observou o processo de transformação composicional dos padrões de seletividade conjugal de forma mais intensa. A região partiu de patamares de prevalência de homogamia no nível de escolaridade mais baixo menores do que as demais regiões e é a única que apresentou uma prevalência inferior a 30% desse arranjo no

país. Diferente do que se observou para as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, os arranjos conjugais com vantagem educacional feminina pouco se destacaram com relação aos arranjos conjugais com vantagem educacional masculina para as coortes femininas mais jovens. Essa transição reflete, portanto, a inversão mais tardia da vantagem educacional feminina desta região (ver Figura 3, Capítulo 1).

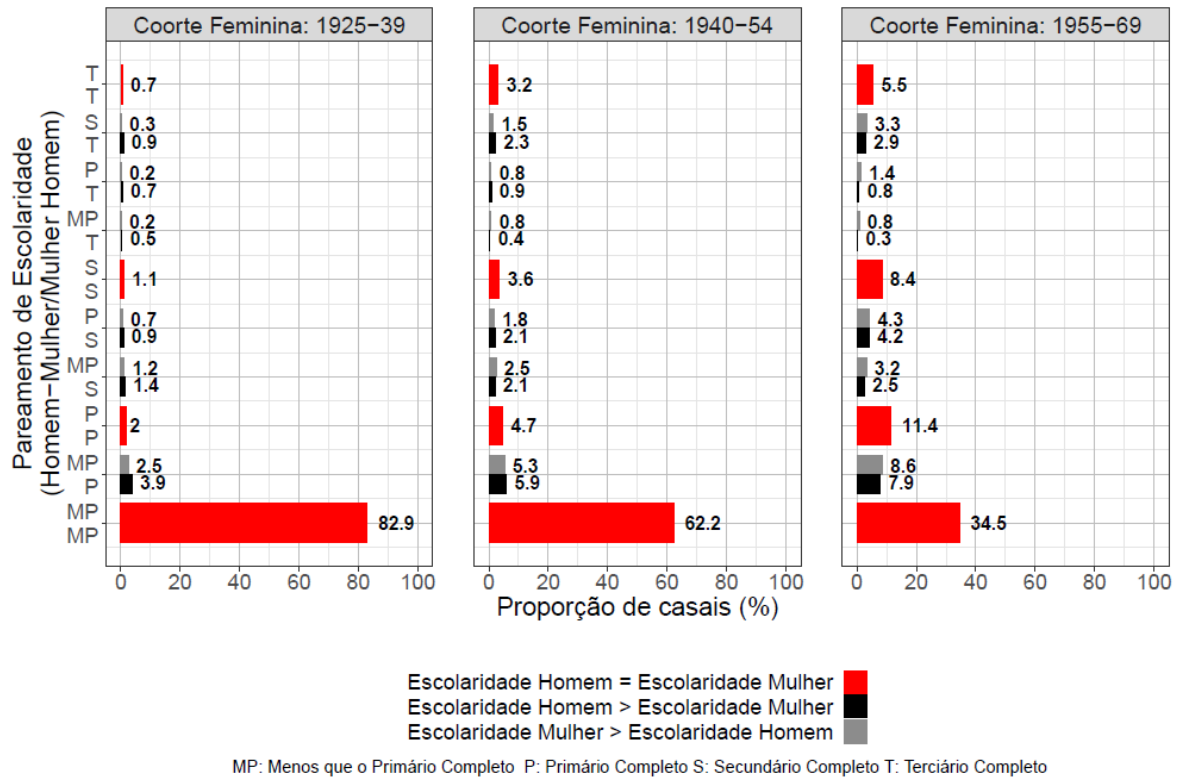
FIGURA 23 – Proporção de casais para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Sudeste



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

A região Sul, apesar de se assemelhar à região Centro-Oeste com relação às mudanças na homogamia, apresenta maior familiaridade com o processo da região Sudeste. Ao passo que a homogamia se distribuiu entre os níveis de escolaridade a heterogamia aumentou sem haver um grande descolamento entre as proporções de hipergamia (homem com maior nível de escolaridade) e hipogamia (mulher com maior nível de escolaridade), diferentemente do que se observou para as três demais regiões. A expansão educacional do Sul se assemelhou mais à observada para o Sudeste.

FIGURA 24 – Proporção de casais para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres - Sul.



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

Claramente, regiões que observaram reduções mais drásticas na proporção populacional com escolaridade inferior ao ensino primário foram as que constataram o maior aumento dos arranjos heterogâmicos (parceiros com nível de escolaridade distinta), tendo em vista que este grupo de menor escolaridade é o que responde pela maior parte da homogamia observada no país em todas as regiões. Apesar do aumento da heterogamia, principalmente da hipogamia, a homogamia para escolaridades mais elevadas também apresentou expansão a medida em que se reduz a proporção de casais formados por pessoas de escolaridade mais baixa.

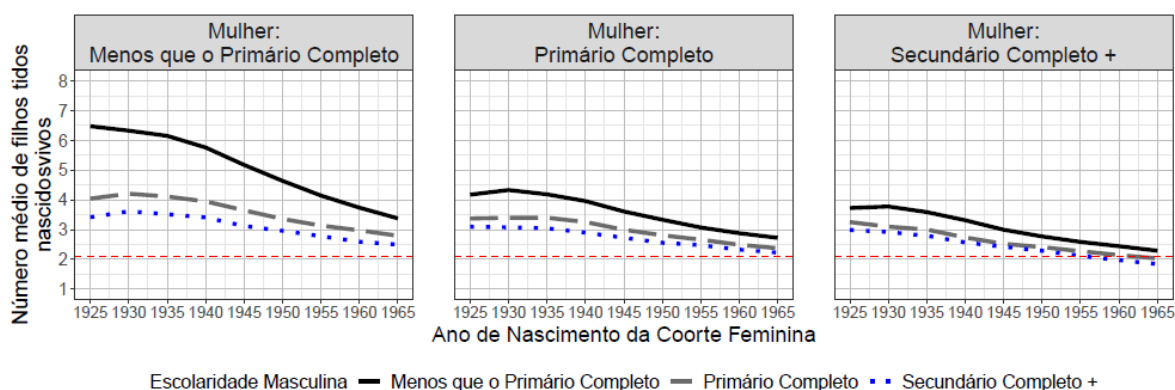
O processo de transição entre arranjos de uniões concentrados em torno da homogamia de mais baixa escolaridade para uma maior dispersão em torno de uma diversidade de arranjos se deu de forma diferenciada entre as regiões. As regiões com menor participação dos setores de serviços e da indústria na economia e com processo de urbanização mais lento constataram, concomitantemente ao declínio da homogamia para níveis de escolaridade baixos, um aumento da proporção de casais com vantagem educacional feminina mais rápido e acentuado ao longo das coortes. A divisão sexual do trabalho e as desvantagens

econômicas dessas regiões levam uma mão de obra masculina precocemente a um mercado de trabalho com menor demanda por educação formal mais elevada. Dessa maneira, a expansão dos sistemas de ensino nessas regiões foi mais aproveitada pelas mulheres, que desempenhavam funções domésticas e profissionais mais compatíveis com a escolarização formal e capacitação. As regiões Sudeste e Sul, mais inseridas na economia industrial, apresentaram uma inversão da vantagem educacional de gênero mais tardia que as demais regiões (ver Capítulo 1, Figura 3) e assim, apresentam um descolamento entre hipogamia e hipergamia feminina menos destacado para as coortes mais recentes, pois o mercado de trabalho industrial do meio urbano, marcadamente masculino (TEIXEIRA, 2014), já fazia exigências por uma maior capacitação via educação formal (ROMANELLI, 1986).

3.2.2 Série histórica das taxas de fecundidade conjugal de coorte por nível de escolaridade do casal

Os gráficos das Figuras 25 a 30 apresentam a construção das séries históricas das taxas de fecundidade de coorte para as mulheres casadas por nível de escolaridade próprio e do parceiro, conforme proposto na Metodologia 1 no capítulo 2. Esses gráficos apresentam um apanhado histórico do comportamento da fecundidade conjugal por coortes no Brasil e regiões. Da esquerda para a direita são apresentados os resultados reprodutivos de casais por coorte de nascimento de mulheres de três diferentes grupos de escolaridade: Menos que o Primário Completo, Primário Completo e Secundário Completo. As três curvas de cada um dos gráficos apresentam o comportamento reprodutivo do casal com a escolaridade feminina fixa em um determinado nível para cada um dos níveis de escolaridade do parceiro. Portanto, pretende-se verificar como a escolaridade masculina atua sobre a fecundidade de coorte do casal ao longo da evolução das coortes controlando pelo nível de escolaridade da parceira.

FIGURA 25 – Série histórica do número médio de filhos tidos nascidos vivos para coortes de nascimento de mulheres em união por grupo de escolaridade e nível de escolaridade do parceiro – Brasil



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

No caso do Brasil como um todo, tanto a escolaridade feminina quanto a escolaridade masculina apresentaram marcados diferenciais reprodutivos para as diferentes coortes. Para as coortes mais velhas, casais com ao menos um dos indivíduos com escolaridade de nível mais baixo apresentaram níveis de fecundidade bem superiores aos demais. Tal distância entre os grupos de escolaridade se atenua ao longo da evolução das coortes, tendência observada tanto para os homens quanto para as mulheres, como se verifica visualmente com a aproximação das curvas. Especula-se que essa tendência seja efeito das políticas institucionais não planejadas, junto às transformações socioeconômicas e culturais da urbanização e da difusão e ocidentalização do comportamento reprodutivo (FARIA, 1989; MARTINE, 1996; FARIA, 1997; CALDWELL, 2006), que atuaram principalmente sobre as camadas populacionais menos abastadas (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2014).

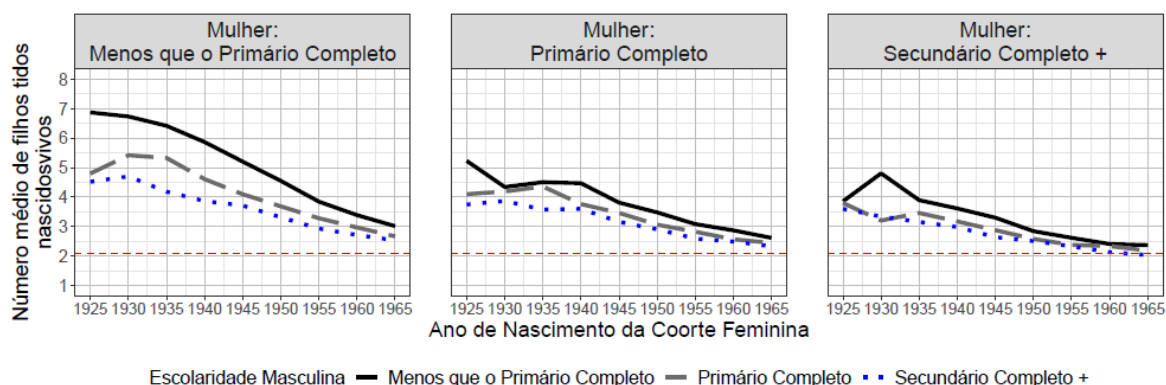
As distâncias entre as curvas de um mesmo gráfico podem ser interpretadas como a influência da escolaridade masculina sobre o comportamento reprodutivo do casal. O patamar elevado de nível reprodutivo observado para coortes antigas com parceiros de nível de escolaridade Menor que nível Primário mostra um efeito negativo da baixa escolaridade masculina no passado no processo de transição da fecundidade. Percebe-se ainda que o aumento da escolaridade feminina minimiza as distâncias de fecundidade entre os grupos de escolaridade do parceiro. Ou seja, a escolaridade feminina confere à mulher uma maior autonomia reprodutiva ou maior poder de barganha na decisão do tamanho familiar (JEJEEBHOY, 1995) garantindo um resultado reprodutivo final menos vinculado à escolaridade do seu parceiro e mais relacionada ao seu próprio *status* socioeconômico. Ademais, a redução das distâncias entre as curvas ao longo da evolução das coortes – constatada em todos os três gráficos evidencia um aumento da autonomia feminina mesmo

para mulheres de escolaridade mais reduzida. Duas mudanças podem justificar esse resultado: 1) ter alguma escolaridade, mesmo que inferior ao nível primário, pode ser suficiente para a efetivação do controle reprodutivo, logo, a aproximação das curvas para mulheres de menor escolaridade teria se dado pela redução da proporção de analfabetas desse grupo ao longo das coortes; 2) a medicalização da população feminina ao longo das décadas de 1970-1990 (FARIA, 1989; MARTINE, 1996; FARIA, 1997), bem como a influência das telenovelas para as camadas sociais menos favorecidas (FARIA; POTTER, 1999; LA FERRARA; CHONG; DURYEA, 2012) teriam promovido mudanças nas normas sociais e culturais, bem como promovido o acesso à informação de controle reprodutivo, proporcionando maior autonomia reprodutiva feminina.

Analogamente com o que se verificou nos Estados Unidos, nota-se uma semelhança entre as coortes de mulheres nascidas entre 1950-70 com relação aos aspectos da formação de capital humano e dedicação ao ensino formal, conforme analisado por Goldin (2006). O próprio aumento da participação feminina no mercado de trabalho de forma paulatina e diversificando-se para as diversas áreas de atuação junto à maior escolaridade percebida pelas mulheres evidencia uma preocupação cada vez maior com a carreira no longo prazo e com o estabelecimento de uma identidade própria, antes mesmo de estabelecer-se numa união, deixando de cumprir apenas com um papel secundário na economia domiciliar (GOLDIN, 2006). Certamente, tais aspectos influenciam diretamente na tomada de decisões reprodutivas e conjugais, garantindo à mulher uma maior independência para as suas escolhas pessoais no âmbito familiar (OPPENHEIMER, 1988).

Com relação ao perfil das séries históricas por região, podem-se estabelecer os mesmos agrupamentos realizados até então. A Região Centro-Oeste apresenta um perfil de transição da fecundidade conjugal de coorte por grupos de escolaridade dos parceiros similar ao perfil Brasileiro: a escolaridade masculina exerce maior influência para mulheres de menor nível de escolaridade para coortes mais velhas. Da mesma forma, conforme as mulheres desta região se escolarizam, reduzem-se os diferenciais por nível de escolaridade do parceiro e a fecundidade tende a seguir rumo aos níveis de reposição. Para as coortes mais recentes, observa-se um comportamento reprodutivo bastante semelhante para todos os grupos de escolaridade do parceiro, controlando pela escolaridade feminina, seguindo também para os níveis de reposição. Para o menor nível de escolaridade feminina, tem-se uma convergência entre os níveis de escolaridade do parceiro, sobretudo, com a aproximação do grupo de mais baixa escolaridade junto aos demais, iniciando-se para as coortes nascidas entre 1930 e 1935 tanto para o Brasil quanto para a Região Centro-Oeste.

FIGURA 26 – Série histórica do número médio de filhos tidos nascidos vivos para coortes de nascimento de mulheres em união por grupo de escolaridade e nível de escolaridade do parceiro – Região Centro-Oeste

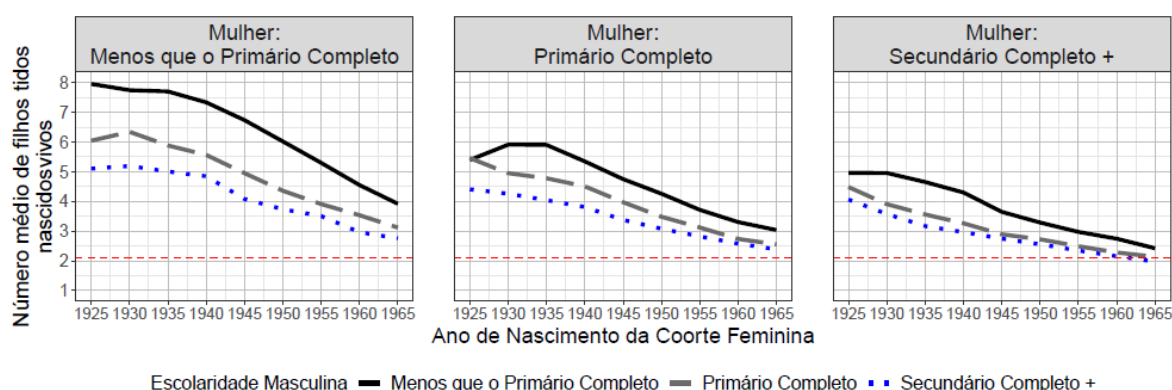


Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

As Regiões Nordeste e Norte mais uma vez apresentaram um comportamento similar no histórico da fecundidade conjugal de coorte, partindo ambas de patamares reprodutivos elevados e superiores a cerca de 7 filhos por mulher para os grupos menos abastados. Independente da escolaridade feminina observam-se diferenciais reprodutivos entre todos os grupos de escolaridade do parceiro, principalmente entre o grupo com menor escolaridade para o grupo com nível Primário completo. O aumento da escolaridade feminina reduz os níveis de fecundidade, mas não reduzem os diferenciais entre níveis de escolaridade do parceiro. Esses resultados sugerem que nessas regiões a autonomia reprodutiva feminina é menor, assim, a escolaridade do parceiro atua como importante definidora dos patamares reprodutivos do casal (JEJEEBHOY, 1995). O aumento da escolaridade masculina representa um maior envolvimento com as escolhas reprodutivas, principalmente no aspecto da contracepção (OLIVEIRA; BILAC; MUSZKAT, 2002). A olhar pela composição dos pareamentos de escolaridade apresentada anteriormente, percebe-se que estas regiões encontram-se mais distantes do nível de reposição populacional, pois ainda contam com uma média de filhos entre 3 e 5 para os grupos de casais com baixa escolaridade. Nas duas regiões é possível observar um processo de convergência de nível de fecundidade a partir do grupo de escolaridade masculina mais baixa para os demais grupos de escolaridade. No entanto, diferentemente do restante do país, esse processo se inicia para coortes mais jovens, nascidas após 1950, e se dá de maneira mais lenta. Uma possível explicação dos maiores níveis e do atraso de convergência observados para essas Regiões se dá pela integração mais lenta destas junto ao modelo econômico urbano-industrial que se estabelece no Brasil a partir da metrópole Paulista (SINGER, 1973; MERRICK; GRAHAM, 1981). Assim, a própria evolução da participação feminina no mercado de trabalho formal é mais reduzida nessas regiões

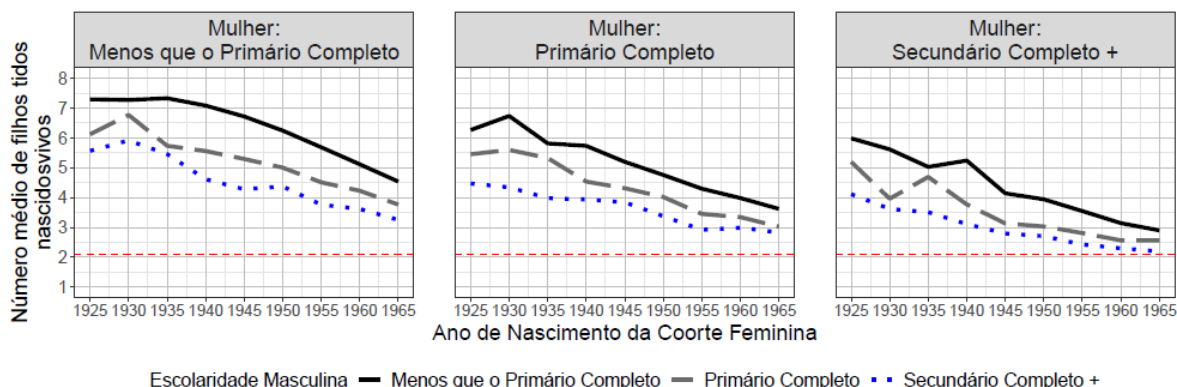
(GONÇALVES; PEREZ; WAJNMAN, 2004; BARBOSA, 2014), incorrendo em menores constrangimentos à reprodução. Ou seja, as regiões Norte e Nordeste estiveram sob uma influência maior de um modelo familiar patriarcal (AGUIAR, 2000) com menor presença da mulher na esfera pública e mais compatível com um nível de fecundidade mais elevado e com menor autonomia feminina na definição reprodutiva sob o aspecto de constrangimentos econômicos e sociais (BECKER, 1993; FOLBRE, 1994).

FIGURA 27 – Série histórica do número médio de filhos tidos nascidos vivos para coortes de nascimento de mulheres em união por grupo de escolaridade e nível de escolaridade do parceiro – Região Nordeste



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

FIGURA 28 – Série histórica do número médio de filhos tidos nascidos vivos para coortes de nascimento de mulheres em união por grupo de escolaridade e nível de escolaridade do parceiro – Região Norte



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

As Regiões Sul e Sudeste partem de patamares mais baixos de fecundidade de coorte (menos de 6 filhos por mulher, para os grupos de menor escolaridade) e apresentaram uma maior autonomia feminina para grupos de maior escolaridade já para algumas coortes mais velhas. Os diferenciais entre nível de escolaridade do parceiro são pequenos a partir do nível de escolaridade Primário para as mulheres. O processo de convergência reprodutiva de

casais com parceiro de escolaridade inferior ao nível primário para as demais se inicia antes mesmo das coortes nascidas em 1930, anunciando o início da influência da escolarização (pela redução do analfabetismo) e da transição para o modelo econômico capitalista urbano-industrial com aumento da demanda por mão de obra e consequente aumento da participação feminina na força de trabalho produtiva. As duas Regiões apresentaram para as coortes mais jovens nível de fecundidade próximo à reposição, estando inclusive abaixo deste patamar para mulheres com escolaridade superior ao nível Secundário, independente da escolaridade do seu parceiro.

FIGURA 29 – Série histórica do número médio de filhos tidos nascidos vivos para coortes de nascimento de mulheres em união por grupo de escolaridade e nível de escolaridade do parceiro – Região Sudeste

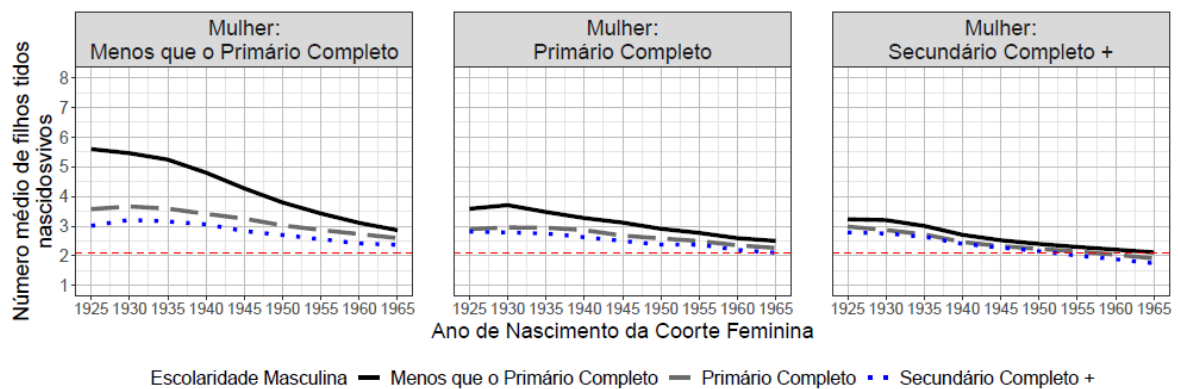
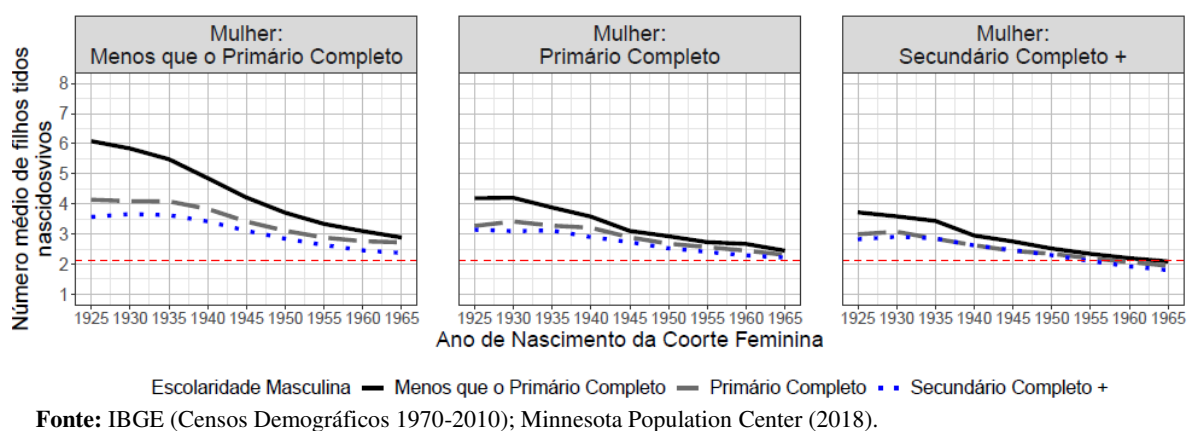


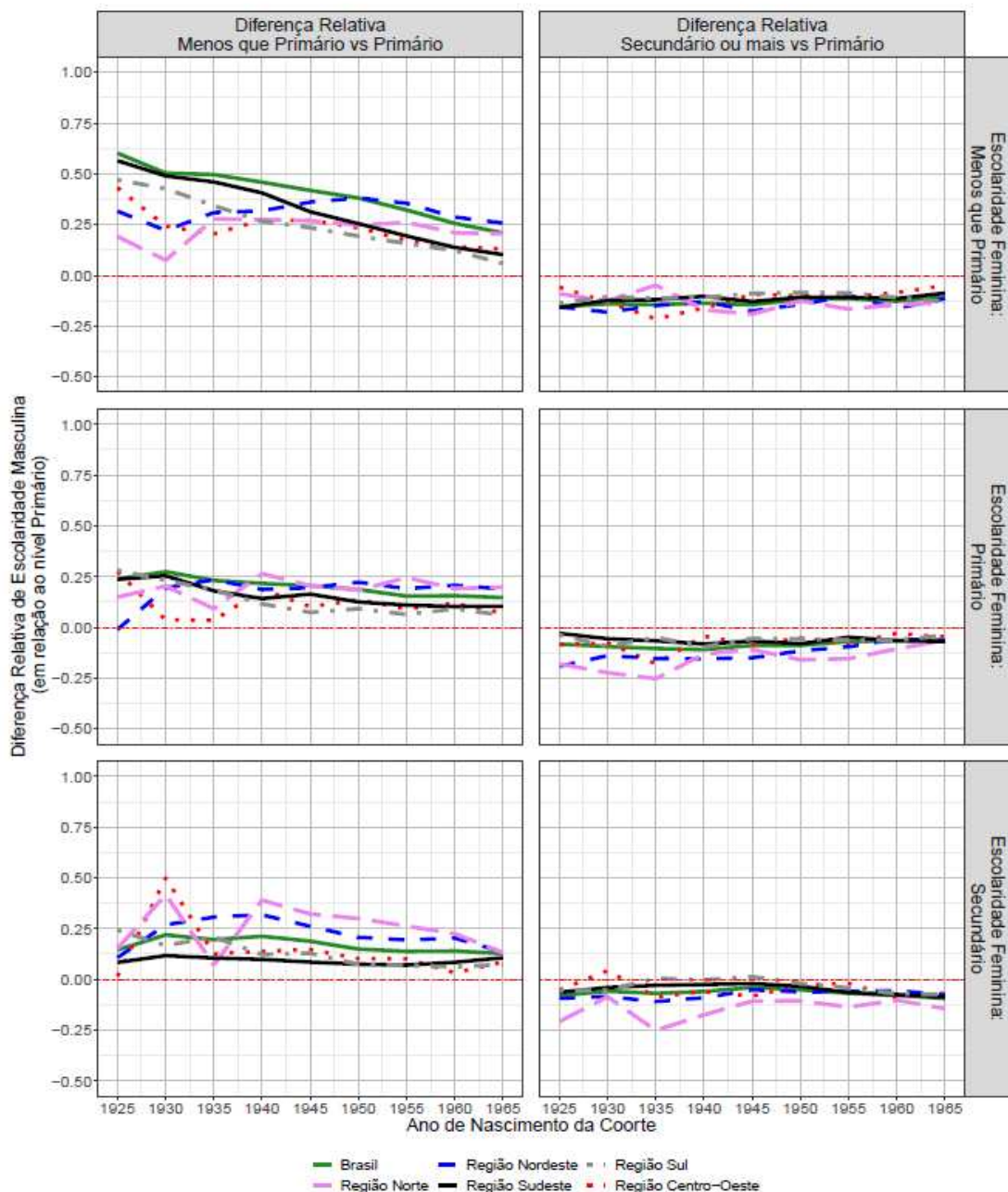
FIGURA 30 – Série histórica do número médio de filhos tidos nascidos vivos para coortes de nascimento de mulheres em união por grupo de escolaridade e nível de escolaridade do parceiro – Região Sul



Ainda que se apresente em diferentes passos entre as regiões, o processo de convergência das curvas mostra uma maior autonomia feminina no processo de tomada de decisões reprodutivas, anunciando os resultados mudanças nas relações de gênero para as

coortes mais jovens, influenciadas pelas diversas transformações socioeconômicas e seus respectivos impactos no âmbito sociocultural que marcaram o século XX no Brasil (PAMPEL, 2011; ITABORAÍ, 2015). A Figura 31 apresenta as diferenças relativas de nível reprodutivo entre os grupos de escolaridade dos parceiros controlando pelo nível de escolaridade feminino, de modo a verificar o passo desse processo de convergência entre as curvas para as diferentes Regiões e patamares educacionais das mulheres.

FIGURA 31 – Diferenças relativas entre níveis de escolaridade menos que primário e secundário ou mais com relação ao nível de escolaridade primário para os parceiros, controlando pela escolaridade feminina – Brasil e Regiões



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

Conforme mencionado anteriormente, nota-se que a convergência entre os grupos de escolaridade masculina se dão entre os dois níveis de escolaridade mais baixos (Menos que Primário e Primário Completo) quando o parceiro se relaciona com mulher de nível de escolaridade Menos que Primário. Quando a mulher apresenta nível de escolaridade superior ou igual ao nível Primário, não se observa convergência significativa de fecundidade entre os grupos de escolaridade de seu parceiro. Da mesma maneira, os grupos de escolaridade masculina com escolaridade igual ou superior ao nível primário não apresentaram convergência para nenhum nível de escolaridade da parceira. A convergência que se observou entre o grupo de escolaridade mais baixo para os demais já se apresentava como tendência para as primeiras coortes de mulheres analisadas (nascimento em 1925-29) para as Regiões Centro-Oeste, Sudeste, Sul e para o Brasil e se começa a se estabelecer timidamente nas Regiões Norte e Nordeste somente a partir de coortes nascidas após 1955. Esse resultado reflete a multiplicidade de transições socioeconômicas e demográficas que se observam no Brasil num contexto de desenvolvimento regionalmente e socialmente desigual (PATARRA; OLIVEIRA, 1988).

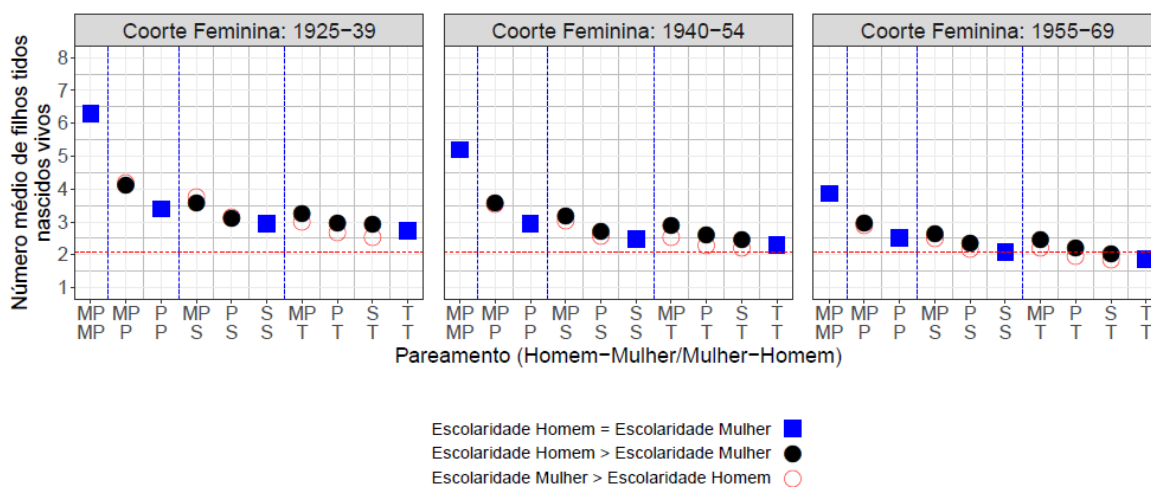
Os patamares de diferenças relativas observados nestes gráficos são menores do que os observados para os gráficos de análise da transição de fecundidade sob a ótica exclusiva da escolaridade feminina (Figura 16), evidenciando uma maior influência da escolaridade feminina no processo de convergência. Com relação ao significado dessa convergência, duas hipóteses se colocam: 1) os efeitos de cunho cultural e de mudanças em preferências individuais resultantes de processos socioeconômicos e estruturais discutidos por Faria (1989) teriam atingido a população masculina levando inclusive grupos homens de menor escolaridade a proporem o controle reprodutivo no âmbito do casal; ou 2) esses efeitos teriam influenciado principalmente a população feminina, tendo em vista a sua maior susceptibilidade de contato com programas de planejamento familiar e com o meio médico (MARTINE, 1996), sua vontade e autonomia teriam, portanto, prevalecido sobre a decisão reprodutiva do casal. Conclui-se que nenhuma das hipóteses pode ser descartada. Caso somente a segunda fosse válida, verificar-se-ia também uma redução da diferença relativa de fecundidade entre os grupos de escolaridade mais elevados de seus parceiros nos casos de menor escolaridade feminina, algo que não se mostrou evidente nos gráficos apresentados. Entende-se, então, que tanto as mulheres, quanto os homens de menor escolaridade apresentaram mudanças em termos de suas decisões reprodutivas, possivelmente, ajudadas por um processo de queda do analfabetismo e disseminada por efeitos indiretos de mudanças estruturais e culturais da sociedade Brasileira (FARIA, 1989).

A adição das informações de escolaridade do parceiro para a análise da fecundidade evidencia a multiplicidade de comportamentos reprodutivos para cada patamar de escolaridade feminina. Ou seja, essa nova abordagem corrobora para uma análise multidimensional do comportamento reprodutivo que não se limita a uma análise simplista do aspecto educacional feminino, mas que também incorpora elementos do meio familiar em que a mulher se insere e que certamente condicionam as intenções e resultados reprodutivos desta. O impacto dessa diversidade de cenários a partir de diferentes níveis de escolaridade do parceiro é verificado a partir das diferentes trajetórias das curvas observadas. Caso o efeito do parceiro fosse ausente, as curvas seriam sobrepostas. O que se observa é um efeito forte para coortes passadas e que se reduz ao longo do tempo, acompanhando tendências de mudanças nas relações de gênero, em especial com relação à presença feminina no espaço público (vida não doméstica) (ENGLAND, 2010; ITABORAÍ, 2015) que deprecia a fecundidade a partir de constrangimentos relacionados à dupla carga de trabalho (doméstico e não doméstico) (FOLBRE, 1994; MCDONALD, 2000). Para o Nordeste e Norte, a sobreposição das curvas se dá de forma mais lenta, pois tais constrangimentos do mercado de trabalho e do acúmulo de funções no âmbito doméstico ainda são reduzidos pela presença mais limitada das mulheres no mercado de trabalho formal. Pode-se supor que o país como um todo se encontra com a primeira fase da transição de gênero (GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGARD, 2015) em curso, pois a presença feminina no mercado de trabalho ainda se coloca sob uma série de obstáculos relativos a constrangimentos de gênero (ausência de creches e equipamentos públicos de cuidado) (COSTA, 2007; ITABORAÍ, 2016). Entretanto, as Regiões Norte e Nordeste apresentaram uma entrada mais tardia nesse processo e ainda lenta, resultado da tardia expansão do ensino e inserção econômica junto ao restante do país.

3.3 Taxas de Fecundidade Conjugal de Coorte e diferenciais por pareamento do casal

Nas Figuras 32 a 37, apresentam-se as taxas de fecundidade de coorte de pareamentos hipogâmicos (mulher com escolaridade mais elevada) e de pareamentos hipergâmicos (homem com escolaridade mais elevada), a partir da metodologia 2 proposta no Capítulo 2 para a avaliação dos diferenciais entre tipos de pareamento de casais. O número médio de filhos maior para arranjos em que a escolaridade masculina é superior à feminina estaria mais próximo de um modelo familiar patriarcal, segundo a teoria econômica de Becker (1993).

FIGURA 32 – Resultados reprodutivos finais para pareamentos homogâmicos e heterogâmicos para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Brasil

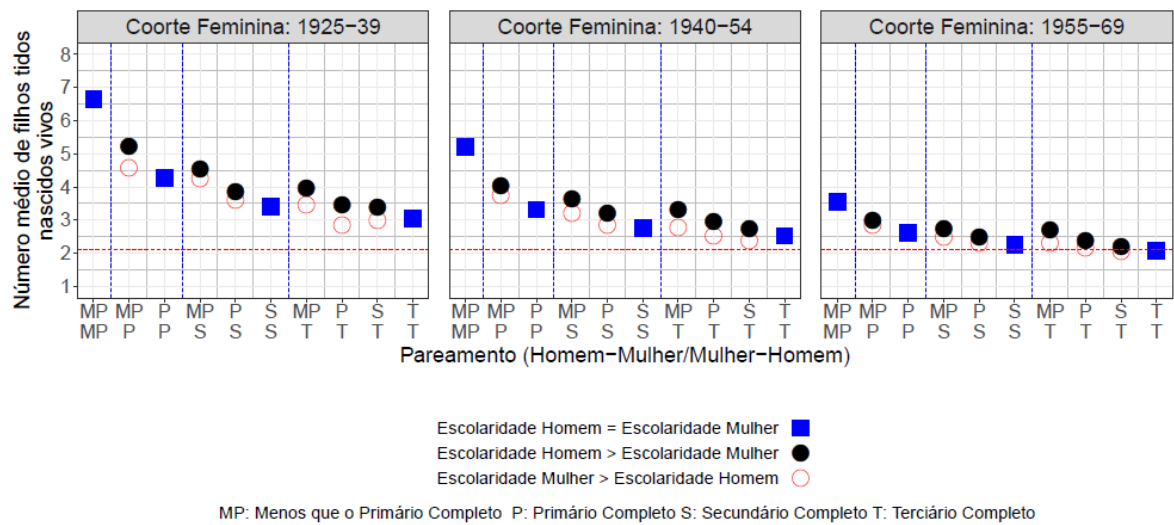


Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

Para todas as Regiões analisadas e para todas as três coortes observadas, constatou-se uma queda das taxas de fecundidade de coorte para os casais com parceiros de mesmo nível de escolaridade tanto ao longo da evolução das coortes quanto ao longo dos grupos de escolaridade. Em praticamente todos os casos de heterogamia, os arranjos com vantagem educacional masculina apresentaram níveis reprodutivos mais elevados do que os arranjos com vantagem educacional feminina. Destaque se dá para as Regiões Norte e Nordeste que apresentaram perfis reprodutivos mais típicos de modelos de famílias tradicionalmente patriarcais (homem na esfera pública e mulher na esfera privada), principalmente para as coortes mais velhas.

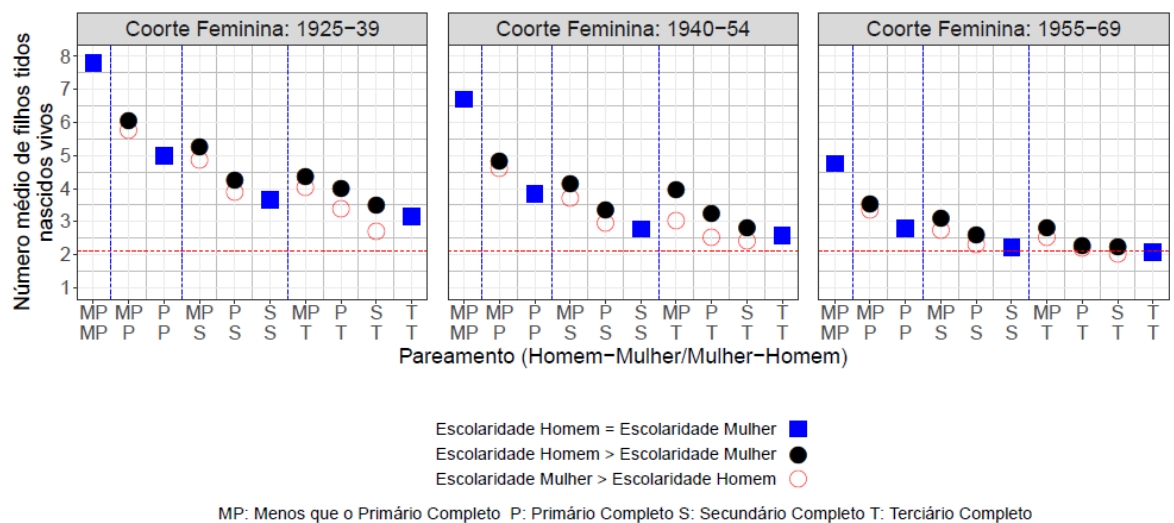
A presença de algum membro com escolaridade inferior ao nível primário representa uma força propulsora do patamar reprodutivo dos casais analisados. Da mesma maneira, a presença de um parceiro (independente do sexo) com escolaridade de nível igual ao Primário com relação ao grupo de menor escolaridade, por si só representa uma grande força de controle reprodutivo, apresentando diferenciais de cerca de 1 a 2 filhos para as coortes mais velhas e de 0,5 filho para as coortes mais jovens em todas as Regiões.

FIGURA 33 – Resultados reprodutivos finais para pareamentos homogâmicos e heterogâmicos para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Região Centro-Oeste



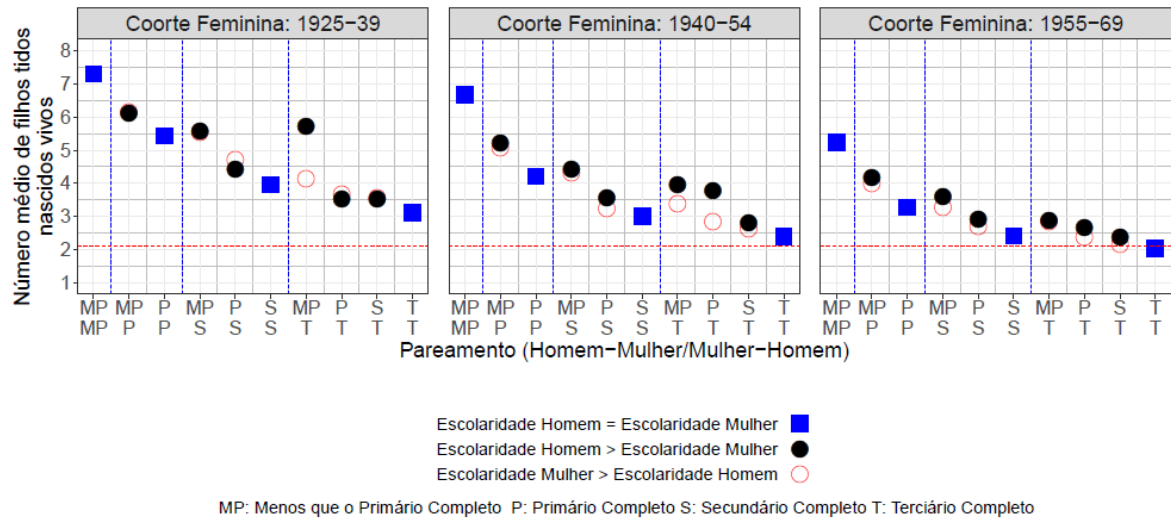
Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

FIGURA 34 – Resultados reprodutivos finais para pareamentos homogâmicos e heterogâmicos para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Região Nordeste



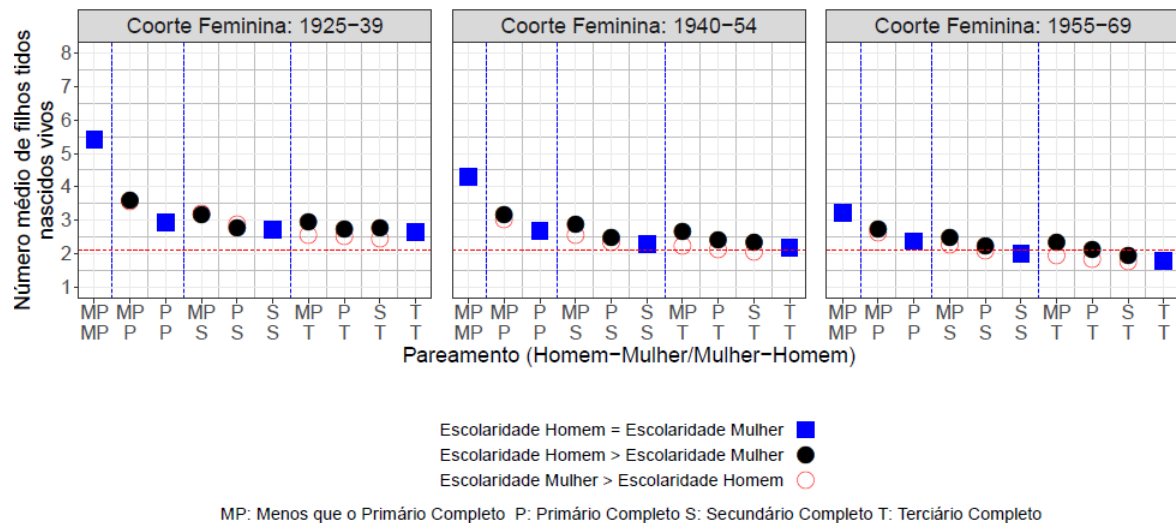
Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

FIGURA 35 – Resultados reprodutivos finais para pareamentos homogâmicos e heterogâmicos para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Região Norte



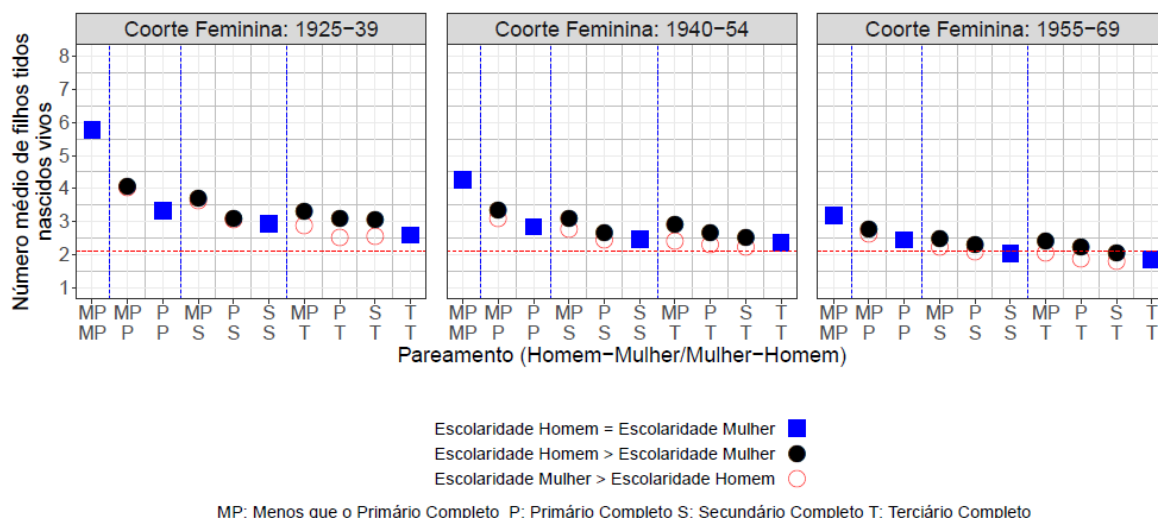
Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018).

FIGURA 36 – Resultados reprodutivos finais para pareamentos homogâmicos e heterogâmicos para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Região Sudeste



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018)

FIGURA 37 – Resultados reprodutivos finais para pareamentos homogâmicos e heterogâmicos para três grandes grupos de coortes de nascimento femininas por tipo de pareamento de escolaridade entre homens e mulheres – Região Sul



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970-2010); Minnesota Population Center (2018)

Chama a atenção a trajetória gradual de nível reprodutivo entre os pareamentos para as Regiões Norte e Nordeste com relação às demais Regiões. Entre cada pareamento, a fecundidade apresenta uma queda razoável com relação ao arranjo adjacente nestas duas Regiões. Sudeste e Sul, por outro lado, apresentaram taxas de fecundidade muito próximas entre casais com um dos membros tendo ao menos nível Primário, isso ao longo de todas as coortes analisadas.

Destaca-se, por fim, a aproximação entre os níveis reprodutivos dos arranjos hipogâmicos (mulher com maior escolaridade) e hipergâmicos (homem com maior escolaridade) para as coortes mais jovens. Esse comportamento se manifestou em todas as Regiões, marcadamente para o grupo de casais com ao menos um membro com escolaridade Superior (nível Terciário). Entretanto, esse grupo foi o que historicamente se destacou com relação aos demais no aspecto dos diferenciais entre pareamentos heterogâmicos. Ainda assim, tirar conclusões para esse grupo para coortes mais velhas pode ser precipitado, tendo em vista as reduzidas proporções de casais com tais características para as coortes mais antigas (ver Figuras 19 a 24).

Considerações finais: revolução de gênero em curso

Este capítulo apresentou os resultados da pesquisa a respeito da transição de fecundidade Brasileira sob uma perspectiva de coorte. Foram discutidos os processos de transição da fecundidade sob a ótica exclusivamente da escolaridade feminina e em seguida buscou-se inserir a perspectiva masculina no comportamento reprodutivo do casal, discutindo

não somente as mudanças de seletividade conjugal ao longo das coortes, bem como a transição da fecundidade conjugal por escolaridade dos parceiros e os diferenciais de fecundidade entre pareamentos e os diferenciais de fecundidade entre os diferentes pareamentos de escolaridade dos arranjos conjugais.

Os resultados encontrados para a análise de coorte reforçam as conclusões e discussões de Faria (1989) e Martine (1996), no sentido de que efeitos indiretos de medidas socioeconômicas e estruturais estiveram por trás da queda da fecundidade, principalmente entre os grupos de menor escolaridade. Ainda assim, grandes diferenciais regionais foram encontrados, com destaque para as diferenças entre as regiões Norte e Nordeste com relação ao Centro-Sul do país, reflexo de uma inserção desigual de cada Região do país no modo de produção capitalista vigente (PATARRA; OLIVEIRA, 1988).

O efeito composicional da escolaridade se mostrou importante na explicação da queda da fecundidade de coorte, principalmente com o aumento relativo do grupo de escolaridade em nível Primário (LAM; SEDLACEK; DURYEA, 1992). Ao longo das coortes e dos grupos de escolaridade, percebe-se um caminhar contínuo e progressivo para os níveis de reposição populacional (RIOS-NETO; MIRANDA-RIBEIRO; MIRANDA-RIBEIRO, 2018) que tende a se intensificar conforme a população feminina aumenta sua proporção com escolaridade em nível superior, grupo com maior participação no mercado de trabalho e, portanto, com maiores obstáculos à reprodução (SCORZAFAVE; MENEZES-FILHO, 2001; FOLBRE, 1994; ADSERÀ, 2018).

Os resultados corroboram com a importância observada por alguns demógrafos em inserir o homem na análise do comportamento reprodutivo dos casais (GOLDSCHIEDER; KAUFMAN, 1996; THOMSON, 1997; OLIVEIRA; BILAC; MUSZKAT, 2002; OLIVEIRA, 2007). Foi apresentado um comportamento diferencial da fecundidade de coorte quando considerado o nível de escolaridade do parceiro em adição ao nível de escolaridade feminino. Mais, tanto para os mulheres quanto para os homens, foi observado um comportamento convergente da fecundidade entre grupos com menor nível de escolaridade com relação aos demais. As hipóteses mencionadas para essa tendência consideram a alfabetização da população, as mudanças de cunho cultural e as mudanças estruturais do país ao longo da transição da fecundidade enquanto elementos de explicação para o comportamento convergente para ambos os atores reprodutivos.

Por fim, menciona-se que o Brasil esteja em curso com a primeira fase da revolução de gênero descrita por Goldscheider; Bernhardt e Lappegard (2015). A escolarização da população feminina, bem como a queda da fecundidade são indicadores de

uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, ou seja, uma ampliação da esfera de atuação feminina para a vida pública, além da esfera domiciliar. Especula-se que as Regiões do Centro-Sul se mostram mais avançadas nesse processo, tendo iniciado essa primeira fase para coortes nascidas na década de 1930, enquanto que as mulheres das Regiões Norte e Nordeste ingressam nessa fase a partir das coortes nascidas na década de 1950. A segunda fase - de maior participação masculina na esfera privada - começa a se anunciar em alguns grupos socioeconômicos, principalmente dentre aqueles de maior escolaridade do meio urbano, onde já se observa um maior envolvimento masculino no âmbito domiciliar, por mais que seu envolvimento no aspecto reprodutivo ainda seja diminuto (OLIVEIRA; BILAC; MUSZKAT, 2002; OLIVEIRA, 2007; ITABORAÍ, 2016).

Um maior detalhamento do atual trabalho, caminhando no sentido de avaliar essa Revolução de Gênero em curso requer uma análise mais aprofundada acerca das transformações no mercado de trabalho e na esfera domiciliar a nível Regional, considerando os aspectos educacionais e reprodutivos dos casais. Sugere-se ainda, um avanço no sentido de compreender o comportamento reprodutivo dos grupos femininos de escolaridade mais elevada, que começam a aumentar sua participação relativa no país na medida em que se avança na expansão dos ensinos secundário e superior.

CONCLUSÕES

O Brasil observou ao longo das décadas de 1960 a 2000 uma grande queda das suas taxas de fecundidade de período, guiadas pelo aumento do controle reprodutivo de mulheres casadas e de grupos sociais de escolaridade mais baixa (MERRICK; BERQUÓ, 1983; BERQUÓ; CAVENAGHI, 2014). Concomitante à queda da fecundidade o país passou por uma diversidade de mudanças sociodemográficas de cunho cultural e estrutural, dentre as quais destacam-se a expansão do ensino, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e mudanças nas relações de gênero (ROMANELLI, 1986; ALVES, 1994; SCORZAFAVE; MENEZES-FILHO, 2001; ITABORAÍ, 2015). As mudanças de cunho estrutural e de composição da população, por sua vez, incorreram em transformações nos padrões de seletividade conjugal do país, resultado no aumento da heterogeneidade das relações de nupcialidade entre grupos com diferentes níveis de escolaridade (RIBEIRO; SILVA, 2009).

O presente trabalho buscou discutir as tendências de fecundidade conjugal do Brasil sob uma perspectiva de coorte, levando em consideração os pareamentos educacionais dos casais. Ou seja, buscou-se avaliar a fecundidade para além da perspectiva feminina, analisando a influência do seu parceiro para o resultado reprodutivo final do casal. Dessa maneira, o trabalho tinha como objetivos analisar o papel da escolaridade masculina com respeito à fecundidade de coorte do casal, além de averiguar como essa influência se coloca ao longo da evolução das coortes de nascimento femininas e por fim, discutir os diferenciais reprodutivos observados a partir dos diferentes pareamentos educacionais heterogâmicos (parceiros com diferentes níveis de escolaridade) e homogâmicos (parceiros com mesmo nível de escolaridade). A hipótese inicial era de que os homens exercem influência no resultado reprodutivo dos casais e essa influência se modifica ao longo do tempo, conforme as coortes evoluem ao longo do processo de revolução de gênero e as mulheres ampliam sua autonomia reprodutiva seja via efeitos indiretos de políticas de governo, ou via expansão do ensino e maior participação no mercado de trabalho. No entanto, esperavam-se encontrar diferenças regionais marcantes devido às desigualdades socioeconômicas regionais inerentes ao processo de desenvolvimento desigual do capitalismo urbano-industrial no Brasil.

Adotou-se uma proposta de tratamento da fecundidade por coortes devido à falta de estudos sob esta perspectiva no país e como alternativa às necessidades de manipulações estatísticas e correções de *tempo* e de *quantum* que a análise de período requer. As coortes

foram reconstruídas a partir das informações de idade e ano de execução dos censos demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, obtidas da plataforma IPUMS, responsável pela compatibilização e harmonização dos dados utilizados (MINNESOTA POPULATION CENTER, 2018). Como forma de mensuração da fecundidade de coorte, adotou-se o computo do resultado reprodutivo final das coortes de mulheres - considerado como sendo igual ao número de filhos tidos nascidos vivos após atingir a idade de 40 anos. Selecionou-se um agrupamento de escolaridade em quatro níveis: 1) Menos que o Ensino Primário Completo, 2) Ensino Primário Completo, 3) Ensino Secundário Completo e 4) Ensino Secundário Completo. A depender da análise realizada, os dois grupos de escolaridade mais elevada foram agrupados de modo a suavizar as análises e de se obter um número maior de observações. Restringiu-se os anos de nascimento das coortes para o período de 1925 a 1969, de modo a maximizar a qualidade das informações e reduzir a influência de sub-enumerações para os grupos etários mais velhos. Duas metodologias foram adotadas para a análise.

Primeiramente, buscou-se analisar o histórico das taxas de fecundidade conjugais ao longo das coortes de nascimento femininas organizadas - construídas para cada grupo de escolaridade masculina controlando pela escolaridade da mulher - de modo a verificar a influência da escolaridade masculina ao longo do tempo no resultado reprodutivo final do casal. Em seguida, buscou-se visualizar o número médio de filhos tidos ao final do comportamento reprodutivo para diferentes pareamentos homogâmicos e heterogâmicos de três grandes grupos de coortes de nascimento de mulheres: 1) 1925-1939, precursoras da queda da fecundidade Brasileira e que observaram o início do processo de escolarização; 2) 1940-1954, mulheres que nasceram em meio a um sistema educacional em expansão e que aceleraram o processo de declínio da fecundidade com o auxílio de métodos contraceptivos modernos que se difundem ao longo do seu período reprodutivo; e 3) 1955-1969, mulheres mais jovens que completaram o seu comportamento reprodutivo na virada para o século XXI e que experimentaram as maiores taxas de participação no mercado de trabalho.

Através dessas duas metodologias, as hipóteses iniciais se confirmaram. De fato, a fecundidade conjugal de coorte se manifestou em diferentes patamares para um mesmo nível de escolaridade feminina a depender do nível educacional do seu parceiro. Notadamente, coortes femininas mais velhas observavam elevadas taxas de fecundidade quando ao menos um dos parceiros apresentavam nível de escolaridade inferior ao nível Primário. Para essas mesmas coortes, os diferenciais entre níveis de escolaridade do parceiro eram mais elevados, sobretudo entre os dois níveis de escolaridade mais baixos, mostrando um efeito retardante da baixa escolaridade masculina no processo de transição da fecundidade. Essa diferença se

reduz conforme aumenta a escolaridade feminina ou conforme se caminham rumo às coortes mais jovens, refletindo maior autonomia feminina nas decisões reprodutivas seja por efeitos de difusão de comportamentos de gênero mais igualitários ao longo das coortes ou por efeitos atrelados ao aumento da escolaridade. Constatou-se então uma convergência de nível reprodutivo entre o grupo com escolaridade inferior ao nível Primário e o grupo de escolaridade em nível Primário, apontado para transformações de cunho cultural e resultados dos efeitos indiretos das transformações socioeconômicas do país ao longo da transição da fecundidade. As Regiões Norte e Nordeste, entretanto, se mostraram defasadas das demais nesse aspecto, iniciando o processo de convergência mais tardiamente e apresentando diferenciais marcados entre os grupos de escolaridade masculina.

Com relação ao comportamento reprodutivo por pareamentos educacionais, observou-se uma queda da fecundidade para grupos de escolaridade mais elevados para os pareamentos homogâmicos, conforme esperado pela literatura revisada. Para os pareamentos entre parceiros de níveis de escolaridade distintos, constatou-se um maior nível reprodutivo dos arranjos hipergâmicos (de vantagem educacional masculina) com relação aos hipogâmicos (de vantagem educacional feminina). Esse comportamento é mais destacado para os grupos de escolaridade mais elevada e diminui ao longo da evolução temporal entre os três grupos de coortes analisadas. Novamente, as Regiões Norte e Nordeste se destacaram por apresentar os diferenciais mais elevados. Assim, essas Regiões apresentam um comportamento reprodutivo de casal mais próximo dos modelos teóricos classificados como patriarcais, em que a esfera privada de cuidado domiciliar e dos filhos representaria um espaço feminino, enquanto que a esfera pública do mercado de trabalho seria majoritariamente masculina. De fato, a literatura consultada aponta para uma menor participação feminina no mercado de trabalho nessas duas Regiões e ainda assim, uma participação que é marcada por um alto grau de informalidade.

Do ponto de vista da Revolução de Gênero, este trabalho apresenta resultados que corroboram com a ideia que o país encontra-se com uma primeira fase da transição (aumento da participação da mulher na esfera pública) ainda em curso. Destacam-se nesse processo as Regiões Sul e Sudeste, com maiores níveis de escolaridade feminina e consequentemente maior participação dessa população no mercado de trabalho. A segunda fase da revolução, marcada pela maior contribuição do parceiro na esfera domiciliar, ainda é incipiente no país e restrita a alguns grupos jovens específicos. Uma avaliação mais detalhada do comportamento de fecundidade a partir do mercado de trabalho pode contribuir para avançar sobre o tema, bem como uma análise mais aprofundada sobre o comportamento reprodutivo de mulheres de nível

de escolaridade mais elevada.

O presente trabalho apresenta uma série de limitações, destacadas no capítulo metodológico. Com relação aos limitantes da abordagem de coorte, destacam-se os diferenciais de mortalidade entre grupos sociais distintos e períodos censitários e os problemas de enumeração do número de filhos tidos devido à falha de memória, sobretudo para mulheres mais velhas. Além disso, a abordagem no nível de casal apresenta a limitação da falta de informações acerca do histórico conjugal nas pesquisas utilizadas. Assim, os filhos declarados em cada censo são alocados aos parceiros em união no período de referência de cada um, ignorando o fato de que alguns possam ser frutos de relacionamentos anteriores. No entanto, tais limitações não invalidam a proposta do estudo. Frente à falta de informações de histórico conjugal e de dados longitudinais para o acompanhamento das coortes, a presente análise se coloca como uma alternativa para estudar de forma multidimensional (comportamentos masculino e feminino) o comportamento reprodutivo dos casais. Esta metodologia pode ser replicada em outros locais que apresentem semelhantes limitações de disponibilidade de dados.

REFERÊNCIAS

- ADSERÀ, A. The future fertility of highly educated women: the role of educational composition shifts and labor market barriers. **Vienna Yearbook of Population Research**, Austria, v. 15, n. 1, p. 19-25, 2018.
- AGUIAR, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2000.
- ALVES, J. E. D. **Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil**. 1994. 306f. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1994.
- ARIES, P. Two successive motivations for the declining birth rate in the west. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 4, n. 6, p. 645-650, 1980.
- ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro, RJ: LCT, 1978.
- ARRIAGADA, I. Changes and inequality in Latin American families. **CEPAL Review**, Santiago de Chile, Chile, n. 77, p. 135-153, 2002.
- AZEVEDO, N.; FERREIRA, L. O. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 27, p. 213-254, 2006.
- BARBOSA, A. L. N. H. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. 2014. **Mercado de Trabalho**, Rio de Janeiro, RJ, n. 57 p. 31-41, 2014.
- BARROS, F. C. et al. Epidemic of caesarean sections in Brazil. **The Lancet**, London, v. 338, n. 8760, p. 167-169, 1991.
- BECKER, G. **A treatise on the family**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1993.
- BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação Brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 39, n. 136, p. 125-156, 2009.
- BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. M. Notas sobre os diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 31, n. 2, p. 471-482, 2014.
- BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, F. A. (ed.). **Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 411-438. (História da vida privada no Brasil, v. 4).
- BERQUÓ, E. Sobre a política de planejamento familiar no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, MG, v. 4, n. 1, p. 95-103, 1987.
- BESSE, S. K. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940**. São Paulo, SP: Edusp, 1999.
- BLAU, P. M.; SCHWARTZ, J. E. **Crosscutting social circles**. New York, NY: Routledge, 1997.
- BONGAARTS, J.; SOBOTKA, T. A Demographic Explanation for the Recent Rise in European Fertility. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 38, n. 1, p. 83-120, 2012.
- BONGAARTS, J. Completing the fertility transition in the developing world: the role of

educational differences and fertility preferences. **Population Studies**, London, v. 57, n. 3, p. 321-335, 2003.

BONGAARTS, J.; FEENEY, G. On the quantum and tempo of fertility. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 24, n. 2, p. 271-291, 1998.

BONGAARTS, J. A framework for analyzing the proximate determinants of fertility. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 4, n. 1, p. 105-132, 1978.

BRASIL. **Lei n. 9.263, de 12 de Janeiro de 1996**. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, DF, 1996.

BRASS, W. et al. **Demography of tropical Africa**. Princeton: Princeton University Press, 1968.

CAETANO, A. J. Esterilização cirúrgica feminina no Brasil, 2000 a 2006: aderência à lei de planejamento familiar e demanda frustrada. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 31, n. 2, p. 309-331, 2014.

CAETANO, A. J.; POTTER, J. E. Politics and female sterilization in Northeast Brazil. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 30, n. 1, p. 79-108, 2004.

CALDWELL, J. C. The globalization of fertility behaviour. In: CALDWELL, J. C. **Demographic transition theory**. The Netherlands: Springer, 2006. p. 249-271.

CALDWELL, J. C. Mass education as a determinant of the timing of fertility decline. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 2, n. 6, p. 225-255, 1996.

CAMARANO, A. A. **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2014.

CARDOSO, R. Planejamento familiar: novos tempos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, v. 2, n. 3, p. 2-7, 1983.

CARVALHO, J. A. M.; BRITO, F. A demografia Brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 22, n. 2, p. 351-369, 2005.

CARVALHO, J. A. M.; GARCIA, R. A. O envelhecimento da população Brasileira: um enfoque demográfico. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 19, n. 3, p. 725-733, 2003.

CARVALHO, J. A. M.; WONG, L. R. La transición de la fecundidad en Brasil: causas y consecuencias. **Notas de Población**, Santiago de Chile, Chile, n. 56, p. 107-141, 1992.

CASTANHEIRA, H. C.; KOHLER, H. P. Social determinants of low fertility in Brazil. **Journal of Biosocial Science**, Inglaterra, v. 49, S1, s131-s155, 2017.

CASTANHEIRA, H. C.; KOHLER, H. P. It is lower than you think it is: recent total fertility rates in Brazil and possibly other Latin American countries. **PSC Working Paper Series**, n. 63, 2015.

CASTRO-MARTIN, T. Women's education and fertility: results from 26 demographic and health surveys. **Studies in Family Planning**, New York, NY, v. 26, n. 4, p. 187-202, 1995.

CASTRO-MARTIN, T.; JUAREZ, F. The Impact of women's education on fertility in Latin America: searching for explanations. **International Family Planning Perspectives**, New York, NY, v. 2, n. 21, p. 52-57, 1995.

CASTRO, M. H. G. **Avaliação do sistema educacional brasileiro: tendências e perspectivas**.

Brasília, DF: INEP, 1998.

CAVENAGHI, S. M.; ALVES, J. E. D. Qualidade das informações sobre fecundidade no Censo Demográfico de 2010. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 189-205, 2016.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. Fertility and contraception in Latin America: historical trends, recent patterns. In: POPULATION ASSOCIATION OF AMERICA, 2009, Detroit. **Anais...** [s. l.]: PAA, 2009.

CHACKIEL, J.; SCHKOLNIK, S. América Latina: los sectores rezagados en la transición de la fecundidad. In: UNIDAS, N. (ed.). **La fecundidad en América Latina: ¿Transición o revolución?** Santiago de Chile, Chile: CEPAL, 2003. p. 51-74. (Serie Seminarios y Conferencias).

CLELAND, J.; WILSON, C. Demand theories of the fertility transition: an iconoclastic view. **Population Studies**, London, v. 41, n. 1, p. 5-30, 1987.

COALE, A. J. The decline of fertility in Europe since the eighteenth century as a chapter in human demographic history. In: COALE, A. J.; WATKINS, S. C. (ed.). **The decline of fertility in Europe**. Princeton: Princeton University Press, 1986. p. 1-30.

COALE, A. J. The demographic transition. **Pakistan Development Review**, Islamabad, v. 23, n. 4, p. 531-552, 1984.

COALE, A. J. The demographic transition reconsidered. In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 1973, Liege. **Anais...** Liège: IUSSP, 1973.

COSTA, J. S. M. **Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro**. 2007. 70f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

COVRE-SUSSAI, M. et al. Measuring gender equality in family decision making in Latin America: a key towards understanding changing family configurations. **Genus**, Roma, v. 69, n. 3, p. 47-73, 2013.

DAVIS, K.; BLAKE, J. Social Structure and fertility: an analytic framework. **The University of Chicago Press**, v. 4, n. 3, p. 211-235, 1956.

ECKLAND, B. K. Theories of mate selection. **Eugenics Quarterly**, Chicago, v. 15, n. 2, p. 71-84, 1968.

ENGLAND, P. The gender revolution: uneven and stalled. **Gender and Society**, US, v. 24, n. 2, p. 149-166, 2010.

ESPING-ANDERSEN, G. **Incomplete revolution: adapting welfare states to women's new roles**. Cambridge: Polity Press, 2009.

ESTEVE, A. et al. The end of hypergamy: global trends and implications. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 42, n. 4, p. 615-625, 2016.

ESTEVE, A.; GARCIA-ROMÁN, J.; PERMANYER, I. The gender-gap reversal in education and its effect on union formation: the end of hypergamy? **Population and Development Review**, New York, NY, v. 38, n. 3, p. 535-546, 2012.

ESTEVE, A.; LESTHAEGHE, R.; LÓPEZ-GAY, A. The Latin American cohabitation boom, 1970–2007. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 38, n. 1, p. 55-1, 2012.

ESTEVE, A.; MCCAA, R. Homogamia educacional en México y Brasil, 1970-2000: Pautas y tendencias. **Latin American Research Review**, v. 42, n. 2, p. 56–85, 2007.

ESTEVE, A.; SOBEK, M. Challenges and methods of international census harmonization. **Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History**, v. 36, n. 2, p. 66-79, 2003.

FARIA, V. E.; POTTER, J. E. Television, telenovelas, and fertility change in North-East Brazil. In: LEETE, R. (ed.). **Dynamics of values in fertility change**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

FARIA, V. E. Government policy and fertility regulation: unintended consequences and perverse effects. **Brazilian Journal of Population Studies**, Brasília, DF, v.1, n. 1, p. 179-205, 1997.

FARIA, V. E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: Consequências não antecipadas e efeitos perversos. In: ANPOCS (org.). **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, SP: Vértice e ANPOCS, 1989. p. 62-103.

FAÚNDES, A.; CECATTI, J. G. A operação cesárea no Brasil: incidência, tendências, causas, consequências e propostas de ação. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 2, p. 150-173, 1991.

FÍGOLI, M. G. B. Evolução da educação no Brasil: uma análise das taxas entre 1970 e 2000 segundo o grau da última série concluída. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 23, n. 1, p. 129-150, 2006.

FOLBRE, N. **Who pays for the kids?:** gender and the structures of constraint. New York, NY: Routledge, 1994.

FOLBRE, N. Of patriarchy born: the political economy of fertility decisions. **Feminist Studies**, US, v. 9, n. 2, p. 261-284, 1983.

GODINHO, T. et al. (org.). **Trajetória da mulher na educação brasileira, 1996-2003**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 7, n. 18, p. 65-137, 1993.

GOLDIN, C. The quiet revolution that transformed women's employment, education, and family. **American Economic Review**, US, v. 96, n. 2, p. 1-21, 2006.

GOLDIN, C.; KATZ, L. F. The power of the pill: oral contraceptives and women's career and marriage decisions. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 110, n. 4, p. 730-770, 2002.

GOLDSCHIEDER, F. K.; BERNHARDT, E.; LAPPEGÅRD, T. The gender revolution: a framework for understanding changing family and demographic behavior. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 41, n. 2, p. 207-239, 2015.

GOLDSCHIEDER, F. K.; KAUFMAN, G. Fertility and commitment: bringing men back. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 22, Supl., p. 87-99, 1996.

GONÇALVES, M.; PEREZ, E.; WAJNMAN, S. Taxas de participação (formal e informal) feminina no mercado de trabalho das Regiões Sudeste e Nordeste: uma análise a partir das PNADs 1992-2002. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.

GUEDES, M. C. Heterogeneização da mão-de-obra feminina: o que mudou no período recente? **Gênero**, Niterói/RJ, v. 15, n. 2, p. 139-154, 2015.

GUZMÁN, J. M.; RODRÍGUEZ, J. La fecundidad pre-transicional en América Latina: un capítulo olvidado. **Notas de Población**, Santiago de Chile, Chile, n. 57, p. 217-235, 1993.

GUZMÁN, J. M. The onset of fertility decline in Latin America. In: SEMINAR ON THE COURSE OF FERTILITY TRANSITION IN SUB-SAHARAN AFRICA, 1991, Harare, Zimbabwe. **Anais...** Paris: IUSSP, 1991.

HUMAN FERTILITY COLLECTION. **Max planck Institute for Demographic Research (Germany) and Vienna Institute of Demography (Austria)**. Germany, 2018. Disponível em: www.fertilitydata.org. Acesso em: 29 jul. 2018.

IBGE. **Nupcialidade, fecundidade e migração**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

IBGE. **Censo Demográfico 1970-2010**. Rio de Janeiro, RJ, 1970-2010.

ITABORAÍ, N. R. Temporalidades plurais: desigualdades de gênero e classe nos usos do tempo das famílias Brasileiras. In: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. (ed.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro, RJ: UERJ, 2016. p. 101-138.

ITABORAÍ, N. R. **Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero**. 2015. 491f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

JEJEEBHOY, S. **Women's education, autonomy, and reproductive behaviour: experience from developing countries**. Oxford: Clarendon Press, 1995.

KALMIJN, M. Intermarriage and homogamy: causes, patterns, trends. **Annual Review of Sociology**, US, v. 24, n. 1, p. 395-421, 1998.

LA FERRARA, E.; CHONG, A.; DURYEA, S. Soap operas and fertility: evidence from Brazil. **American Economic Journal – Applied Economics**, US, v. 4, n. 4, p. 1-31, 2012.

LAM, D.; DURYEA, S. Effects of schooling on fertility, labor supply, and investments in children, with evidence from Brazil. **The Journal of Human Resources**, US, v. 34, n. 1, p. 160-192, 1999.

LAM, D.; SEDLACEK, G.; DURYEA, S. Increase in womens education and fertility decline in Brazil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, Brasília, DF. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1992.

LAPLANTE, B.; CASTRO-MARTÍN, T.; CORTINA, C. Change and continuity in the fertility of unpartnered women in Latin America, 1980–2010. **Demographic Research**, Germany, v. 38, n. 51, p. 1577-1604, 2018.

LAPLANTE, B. et al. The contributions of childbearing within marriage and within consensual union to fertility in Latin America, 1980- 2010. **Demographic Research**, v. 34, n. 29, p. 827–844, 2016.

LAPLANTE, B. et al. Childbearing within marriage and consensual union in Latin America, 1980–2010. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 1, n. 41, p. 85-108, 2015.

LEE, E. S. A theory of migration. **Demography**, New York, NY, v. 3, n. 1, p. 47-57, 1966.

LEE, R.; MASON, A. Is low fertility really a problem? Population aging, dependency, and consumption. **Science**, Washington, DC, v. 346, n. 6206, p. 229-234, 2014.

LESTHAEGHE, R. The unfolding story of the second demographic transition. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 36, n. 2, p. 211-251, 2010.

LESTHAEGHE, R.; SURKYN, J. Cultural dynamics and economic theories of fertility change. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 14, n. 1, p. 1-45, 1988.

- LEVY, M. S. F. A escolha do cônjuge. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 26, n. 1, p. 117–133, 2009.
- LIMA, E. E. C. et al. The emergence of bimodal fertility profiles in Latin America. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 44, n. 4, p. 723-743, 2018.
- LIMA, E. E. C.; QUEIROZ, B. L.; ZEMAN, K. Completeness of birth registration in Brazil: an overview of methods and data sources. **Genus**, Roma, v. 74, n. 1, p. 1-20, 2018.
- LIMA, E. E. C.; MYRSKYLÄ, M. Fertility transition in Brazil: a cohort analysis of fertility anticipation, postponement and recuperation. In: IUSSP INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 27., 2013, Busan. **Anais...** Liège: IUSSP, 2013.
- LONGO, L. **União intra e inter-raciais, status marital, escolaridade e religião no Brasil: um estudo sobre a seletividade marital feminina, 1980-2000**. 2011. 299f. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2011.
- MALUF, M.; MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, F. A. (ed.). **República: da belle époque à era do rádio**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998. p. 367-421. (História da Vida Privada no Brasil, v. 3).
- MARCÍLIO, M. L. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo, SP: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2014.
- MARE, R. D. Five decades of educational assortative mating. **American Sociological Review**, US, v. 56, n. 1, p. 15-32, 1991.
- MARTINE, G. Brazil's fertility decline, 1965-95: a fresh look at key factors. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 22, n. 1, p. 47-75, 1996.
- MCDONALD, P. Gender equity in theories of fertility transition. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 26, n. 3, p. 427-439, 2000.
- MERRICK, T.; BERQUÓ, E. **The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility**. Washington, DC: National Academy, 1983.
- MERRICK, T. W.; GRAHAM, D. H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil de 1800 até a atualidade**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1981.
- MESSINA, G. An overview of current thinking on gender equality in basic education in Latin America (1990-2000). In: UNESCO (ed.). **Gender equality in basic education in Latin America and the Caribbean**. Santiago de Chile, Chile: Regional Office of Education for Latin America and the Caribbean, 2002. p. 11-40.
- MINNESOTA POPULATION CENTER. **Integrated public use microdata series, international: version 7.0** [dataset]. Minneapolis, MN: IPUMS, 2018.
- MIRANDA-RIBEIRO, A. et al. Postergação ou antecipação? Uma análise do efeito tempo sobre a fecundidade Brasileira nas últimas décadas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016.
- MIRANDA-RIBEIRO, A.; GARCIA, R. A. Transition or transitions? Analyzing the fertility decline in Brazil in the light of educational levels. **Revista Latinoamericana de Población**, Cuernavaca, v. 7, n. 13, p. 91-106, 2013.
- MOREIRA, G. C.; CIRINO, J. F. Participação Feminina no Mercado de Trabalho: Uma análise de decomposição para as regiões Nordeste e Sudeste. **Gênero**, Niterói, RJ, v. 13, n. 1, p. 143-

168,2012.

MOULTRIE, T. et al. **Tools for demographic estimation**. Paris: IUSSP, 2013.

MYRSKYLÄ, M.; KOHLER, H. P.; BILLARI, F. C. **High development and fertility**: fertility at older reproductive ages and gender equality explain the positive link. Germany: Max Planck Institute for Demographic Research 2011.

NEELS, K. et al. Rising educational participation and the trend to later childbearing. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 43, n. 4, p. 667-693, 2017.

NÍ BHROLCHÁIN, M. Tempo and the TFR. **Demography**, New York, NY, v. 48, n. 3, p. 841-861, 2011.

NI BHROLCHAIN, M. Period paramount? A critique of the cohort approach to fertility. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 18, n. 4, p. 599-629, 1992.

NITSCHKE, N. et al. Partners' Educational Pairings and Fertility Across Europe. **Demography**, New York, NY, v. 55, n. 4, p. 1195-1232, 2018.

NOTESTEIN, F. W. Population: the long view. In: SCHULTZ, T. W. (ed.). **Food for the world**. Chicago: University of Chicago Press, 1945. p. 36-57.

OLIVEIRA, M. C. F. A.; VIEIRA, J. M.; MARCONDES, G. S. Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil. In: ARRETCHE, M. (ed.). **Trajetórias das desigualdades**. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2015. p. 309-333.

OLIVEIRA, M. C. F. A.; VIEIRA, J. M. Gravidez na adolescência e bem-estar infantil: evidências para o Brasil em 2006. **Revista Latinoamericana de Población**, Cuernavaca, v. 3, n. 3, p. 11-39, 2010.

OLIVEIRA, M. C. F. A. O lugar dos homens na reprodução. In: GUTIÉRREZ, M. A. (ed.). **Género, familias y trabajo**: rupturas y continuidades. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2007.

OLIVEIRA, M. C. F. A.; BILAC, E.; MUSZKAT, M. Homens e anticoncepção: duas gerações de camadas médias no Brasil. **Cahiers des Amériques Latines**, Paris, v. 39, p. 59-82, 2002.

OLIVEIRA, M. C. F. A.; BILAC, E. D.; MUSZKAT, M. Os Homens, esses desconhecidos... **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 89-93, 1994.

OLIVEIRA, M. C. F. A. Trabalho, família e condição feminina: considerações sobre a demanda por filhos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 6, n. 1, p. 25-33, 1989.

OPPENHEIMER, V. K. Women's Rising Employment and the Future of the Family in Industrial Societies. **Population and Development Review**, v. 20, n. 2, p. 293-342, 1994.

OPPENHEIMER, V. K. A theory of marriage timing. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, n. 3, p. 563-591, 1988.

PAIVA, P. T. A. O processo de proletarização e a transição da fecundidade no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 41, n. 4, p. 383-414, 1987.

PAIVA, P. T. A. **Fecundidade e padrão de vida**: a experiência brasileira recente. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR, 1983. (Textos para Discussão, n. 14).

PAMPEL, F. Cohort change, diffusion, and support for gender egalitarianism in cross-national perspective. **Demographic Research**, Germany, v. 25, n. 21, p. 667-694, 2011.

PATARRA, N. L.; OLIVEIRA, M. C. F. A. Transição, transições. In: ENCONTRO

NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Olinda, PE. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1988.

PERPÉTUO, I. H. O.; WONG, L. R. Desigualdade socioeconômica na utilização de métodos anticoncepcionais no Brasil: uma análise comparativa com base nas PNDS 1996 e 2006. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE; CEBRAP (ed.). **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança**. Brasília, DF, 2009. p. 85-104.

PERPÉTUO, I. H. O.; WAJNMAN, S. Socioeconomic correlates of female sterilization in Brazil. In: CICRED-ISUNAM SEMINAR ON POVERTY, FERTILITY AND FAMILY PLANNING, 1998. **Anais...**

POTTER, J. E. et al. Mapping the timing, pace, and scale of the fertility transition in Brazil. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 36, n. 2, p. 283-307, 2010.

POTTER, J. E. et al. Women's autonomy and scheduled cesarean sections in Brazil: a cautionary tale. **Birth**, US, v. 35, n. 1, p. 33-40, 2008.

POTTER, J. E.; SCHMERTMANN, C. P.; CAVENAGHI, S. Fertility and development: evidence from Brazil. **Demography**, New York, NY, v. 4, n. 39, p. 739-761, 2002.

POTTER, J. E. et al. Unwanted caesarean sections among public and private patients in Brazil: prospective study. **BMJ**, US, v. 323, n. 7322, p. 1155-1158, 2001.

PRESTON, S.; HEUVELINE, P.; GUILLOT, M. **Demography: measuring and modeling population processes**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. **Journal of the Statistical Society of London**, New York, NY, v. 48, n. 2, p. 167-235, 1885.

REHER, D.; REQUENA, M. Was there a mid-20th century fertility boom in Latin America? **Revista de Historia Económica (New Series)**, Lisboa, v. 3, n. 32, p. 319-350, 2014.

RIBEIRO, C. A. C.; SILVA, N. V. Cor, educação e casamento: tendências da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 52, n. 1, p. 7-51, 2009.

RIOS-NETO, E. L. G.; MIRANDA-RIBEIRO, A.; MIRANDA-RIBEIRO, P. Fertility differentials by education in Brazil: from the conclusion of fertility to the onset of postponement transition. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 44, n. 3, p. 489-517, 2018.

RIOS-NETO, E. L. G.; GUIMARÃES, R. R. d. M. The educational gradient of low fertility in Latin America. In: IUSSP INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 27., 2013, Busan. **Anais...** Liège: IUSSP, 2013.

RIOS-NETO, E. L. G. Television, value constructs, and reproductive behavior in Brazilian excluded communities. In: IUSSP INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 24., 2001, Salvador, BA. **Anais...** Liège: IUSSP, 2001.

ROGERS, A.; CASTRO, L. J. **Model migration schedules**. Laxenburg, Austria: IIASA, 1981.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930/1970)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

ROSETO-BIXBY, L.; CASTRO-MARTIN, T.; MARTIN-GARCIA, T. Is Latin America starting to retreat from early and universal childbearing? **Demographic Research**, Germany,

n. 20, p. 169-194, 2009.

RYDER, N. B. What is going to happen to American fertility? **Population and Development Review**, New York, NY, v. 16, n. 3, p. 433-454, 1990.

RYDER, N. B. The cohort as a concept in the study of social change. **American Sociological Review**, US, v. 30, n. 6, p. 843-861, 1965.

SCHKOLNIK, S.; CHACKIEL, J. Los sectores rezagados en la transición de la fecundidad en América Latina. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, Chile, n. 83, p. 13-31, 2004.

SCHMERTMANN, C. et al. Bayesian forecasting of cohort fertility. **Journal of the American Statistical Association**, New York, NY, v. 109, n. 506, p. 500-513, 2014.

SCHMERTMANN, C.; POTTER, J. E.; CAVENAGHI, S. M. Exploratory analysis of spatial patterns in Brazil's fertility transition. **Population Research and Policy Review**, Amsterdam, v. 27, n. 1, p. 1-15, 2008.

SCHMIDT, L. et al. Demographic and medical consequences of the postponement of parenthood. **Human Reproduction Update**, Oxford, v. 18, n. 1, p. 29-43, 2012.

SCHWARTZ, C. R.; MARE, R. D. Trends in educational assortative marriage from 1940 to 2003. **Demography**, New York, NY, v. 4, n. 42, p. 621-646, 2005.

SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES-FILHO, N. A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, RJ, v. 31, n. 3, p. 441-478, 2001.

SEDLACEK, G. L.; SANTOS, E. C. **Mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar**. Brasília, DF: IPEA, 1991. (Textos para Discussão, n. 209).

SILVA, N. V.; HASENBALG, C. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, RJ, v. 43, n. 3, p. 423-445, 2000.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1973.

SIQUEIRA, A. A. F. et al. Mortalidade materna no Brasil, 1980. **Revista de Saúde Pública**, v. 18, p. 448-465, 1984.

SOARES, S.; IZAKI, R. S. **A participação feminina no mercado de trabalho**. Brasília, DF: IPEA, 2002. (Textos para Discussão, n. 923).

SOBOTKA, T. et al. Postponement and recuperation in cohort fertility: Austria, Germany and Switzerland in a European context. **Comparative Population Studies**, Germany, v. 36, n. 2-3, p. 417-452, 2012.

SOBOTKA, T.; LUTZ, W. Misleading policy messages derived from the period TFR: should we stop using it? **Comparative Population Studies**, Germany, v. 35, n. 3, p. 637-664, 2010.

SOBOTKA, T. Is lowest-low fertility in Europe explained by the postponement of childbearing? **Population and Development Review**, New York, NY, v. 30, n. 2, p. 195-220, 2004.

TEIXEIRA, M. O. **Formalização do emprego e permanência das desigualdades de gênero**. Germany: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

THOMSON, E. Couple childbearing desires, intentions, and births. **Demography**, New York, NY, v. 34, n. 3, p. 343-354, 1997.

TORCHE, F. Educational assortative mating and economic inequality: a comparative analysis

of three Latin American countries. **Demography**, New York, NY, v. 47, n. 2, p. 481-502, 2010.

VAN BAVEL, J. et al. Seeding the gender revolution: women's education and cohort fertility among the baby boom generations. **Population Studies**, London, v. 72, n. 3, p. 283-304, 2018.

VAN BAVEL, J. What do men want? The growing importance of men's characteristics for fertility. **Vienna Yearbook of Population Research**, Austria, v. 15, p. 41-47, 2017.

VERONA, A. P. The end of the rejuvenation of the fertility schedule in Brazil: evidence from changes in contraception use and reproductive preferences among adolescents and young women. **Population Review**, v. 57, n. 1, p. 20-27, 2018.

VIEIRA, J. M. Diferenciales en la fecundidad Brasileña según la naturaleza de la unión: algunas reflexiones sobre decisiones reproductivas y convivencia. **Notas de Población**, Santiago de Chile, Chile, n. 102, p. 67-94, 2016.

VIEIRA, J. M.; ALVES, L. C. O comportamento da idade média à união e ao casamento no Brasil em 2000 e 2010. **Revista Latinoamericana de Población**, Cuernavaca, n. 19, p. 107-126, 2016.

VIGNOLI, J. R.; CAVENAGHI, S. Adolescent and youth fertility and social inequality in Latin America and the Caribbean: what role has education played? **Genus**, Roma, v. 1, n. 70, p. 1-25, 2014.

WARREN, B. L. A multiple variable approach to the assortative mating phenomenon. **Eugenics Quarterly**, Chicago, v. 13, n. 4, p. 285-290, 1966.

WONG, L. L. R.; CARVALHO, J. A. M. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 23, n. 1, p. 5-26, 2006.

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. M. **The demography of inequality in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.